

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – ICHL
PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE E CULTURA
NA AMAZÔNIA

**Trajatória de Vida e Trabalho das Mulheres Empreendedoras de
Boa Vista, Roraima: avanços e vitórias**

Mestranda: Jerce Lania Araujo Pinheiro Queiroz

Bolsista: Capes

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Iraildes Caldas Torres

MANAUS – AM

2013

JERCE LÂNIA ARAUJO PINHEIRO QUEIROZ

**Trajectoria de Vida e Trabalho das Mulheres Empreendedoras de
Boa Vista, Roraima: avanços e vitórias**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia. Linha de Pesquisa: Sistemas Simbólicos e Manifestações Socioculturais, sob a orientação da professora doutora Iraildes Caldas Torres.

Manaus – Amazonas

2013

JERCE LÂNIA ARAUJO PINHEIRO QUEIROZ

**Trajetória de Vida e Trabalho das Mulheres Empreendedoras de
Boa Vista, Roraima: avanços e vitórias**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia. Linha de Pesquisa: Sistemas Simbólicos e Manifestações Socioculturais, sob a orientação da professora doutora Iraíldes Caldas Torres.

Aprovada em 27 de 08 de 2013.

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Iraíldes Caldas Torres - Presidente

Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Profª. Dª. Rosa Ester Rossini

Universidade de São Paulo - USP

Profª. Dª. Artemis de Araújo Soares

Universidade Federal do Amazonas

EPIGRAFE

Ela dança ao vento sem preocupar-se em ser vista.

No corpo, o vestido solto alça voo,

Desnuda pernas, nádegas, roça os seios.

Os olhos, fechados, libertam os outros sentidos.

Língua e boca revelam o próprio gosto – sabor liberdade.

A respiração, sedenta, puxa o prana da vida.

Braços e mãos desenham no ar contornos sinuosos.

Entre arrepios, numa explosão de prazer,

Morde delicadamente os lábios e

Sente, sem culpa, toda a dimensão do corpo

Escuta,

A natureza, cúmplice, compõe a melodia.

Clamores uníssonos saúdam a nova mulher,

Dona do próprio desejo.

Patrícia Rocha

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiro a Deus por todas as obras com vitórias realizadas em minha vida;

Ao meu marido José Queiroz e minha filha Ludimila Queiroz por terem me dado muito apoio nesta jornada e terem sido compreensivos com a minha falta de atenção em suas vidas neste período;

À minha Orientadora professora doutora Iraildes Caldas Torres, agradeço os “puxões de orelha” que serviram para eu acordar e ter mais dedicação e intensidade, e também suas palavras de carinho, incentivo, por estender sua mão nas horas mais difíceis;

A professora doutora Artemis Araujo e Professora doutora Antonieta Vieira pelas valiosas contribuições dadas por ocasião do exame de qualificação;

Aos colegas do GEPOS pela boa convivência e colaboração de uns para com os outros;

A CAPES pela concessão da bolsa que muito me ajudou financeiramente durante os dois anos de estudo;

A todos os mestres que contribuíram de forma impar nesta jornada e a minha amiga Leila Chagas que foi quem me incentivou de forma incansável para fazer um mestrado;

A todos os meus amigos que me acompanharam incentivando e torcendo pelo meu sucesso.

Ao Caio Roberto, secretário do Programa Sociedade e Cultura na Amazônia por sua cordial atenção, sempre nos lembrando e passando os informes pertinentes.

RESUMO

Este estudo discute o tema do empreendedorismo feminino na cidade de Boa Vista, Roraima. Assume o propósito de perceber em que sentido as mulheres donas de casa e trabalhadoras da informalidade encontram no empreendedorismo, uma oportunidade de geração de renda e sobrevivência, na cidade de Boa Vista, em Roraima. O tema nos inquietou por sermos mulher e perceber quão grande tem sido a nossa evolução nos últimos anos. E o empreendedorismo feminino tem sido uma das áreas nas quais as mulheres tem se destacado. O empreendedorismo tem estado frequentemente nas pautas das discussões econômicas de nosso país. O principal motivo que gera estas discussões é o fato de as mulheres encontrarem-se administrando negócios tanto quanto os homens. Sua criatividade para novos negócios é grande principalmente no âmbito da economia informal e da economia solidária, que é onde elas estão em destaque. A pesquisa assumiu o aporte das abordagens qualitativas sem exclusão dos aspectos quantitativos. Dentre os múltiplos aspectos revelados ficou claro, de modo geral, que existe um ponto em comum entre estas mulheres que é a história de subordinação à hegemonia androcêntrica, mas elas rasgaram o véu da submissão e conseguiram se destacar na esfera pública e já representam a metade da força produtiva do país, sendo a grande maioria chefe de família. Enfim, constatamos que a profissionalização e o empreendedorismo para estas mulheres é muito mais do que uma fonte de renda, é a condição para se sentirem gente, se sentirem pertencentes ao mundo, é condição para a elevação de sua auto-estima.

Palavras-chaves: Mercado de trabalho; Mulheres empreendedoras; Boa Vista/Roraima

ABSTRACT

This study discusses the issue of female entrepreneurship in the city of Boa Vista, Roraima. Assume for the purpose of realizing in which direction the housewives and workers are in the informal entrepreneurship, an opportunity for income generation and survival in the city of Boa Vista, Roraima. The theme for being disturbed in women and realize how great has been our progress in recent years. And female entrepreneurship has been one of the areas in which women have been highlighted. Entrepreneurship has often been on the agendas of economic discussions of our country. The main reason that produces these discussions is the fact that women find themselves conducting business as much as men. Their creativity to new business is great especially within the informal economy and the social economy, which is where they are featured. The research took the contribution of qualitative approaches without exclusion of the quantitative aspects. Among the many aspects revealed it was clear, in general, there is a common thread among these women is the story of subordination to the hegemony andorçêntrica, but they tore the veil of submission and managed to stand out in the public sphere and now represent half the productive power of the country, with the vast majority householder. Finally, we note that the professionalism and entrepreneurship for these women is much more than a source of income, is the condition to feel us, feel belonging to the world, is a condition for raising your self-esteem.

Keywords: Labor market; Women Entrepreneurs; Boa Vista / Roraima

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPITULO I – A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA ECONOMIA BRASILEIRA: LUTAS E PERSPECTIVAS	14
1.1 Mulher e mercado de trabalho: o desafio contemporâneo	14
1.2 A informalidade e a precarização do trabalho feminino	23
1.3 Empreendedorismo e as mulheres	33
CAPÍTULO II – A FEMINIZAÇÃO DO EMPREENDEDORISMO NA SOCIEDADE RORAIMENSE	43
2.1 As mulheres e suas experiências empreendedoras	43
2.2 O comércio como experiência de empreendedorismo feminino	52
2.3 Economia solidária: uma nova forma de valorização humana	65
2.4 Perfil das mulheres empreendedoras de Boa Vista	74
CAPÍTULO III – TRAJETÓRIA DE VIDA E TRABALHO DAS MULHERES EMPREENDEDORAS DE BOA VISTA, RORAIMA	85
3. 1 Bia, luta e vitória no empreendedorismo	85
3. 2 Nilza, sofrimento, suor e vitória no empreendedorismo	95
3. 3 Eliana: transformou brincadeira de criança em realidade	105
CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
REFERÊNCIAS	115
ANEXOS	122

INTRODUÇÃO

A trajetória das mulheres na sociedade é marcada pela cultura masculina e por lutas para romper com um *modus operandis* que muitas vezes só é perceptível nas sutilezas dos gestos, do olhar e das palavras. A discriminação contra as mulheres nem sempre tem uma cara, muitas vezes ela está disfarçada na própria forma como a sociedade, em seu arcabouço, trata a mulher.

Ao escolher pesquisar sobre a Trajetória de vida e trabalho das mulheres empreendedoras de Boa Vista, Roraima: avanços e vitórias, a intenção foi mergulhar além dos dados estatísticos, foi desvelar como o trabalho e se sentir produtiva podia ser elemento que contribuísse não só para a geração de riqueza, mas para a mudança de sua condição no mundo. Identificar como o trabalho poderia servir para reescrever uma trajetória de vida que vai além do ser mãe, esposa e dona de casa.

O fato das mulheres terem entrado no mercado de trabalho não significa que as diferenças de gênero deixaram de existir, já que elas foram capazes de conquistar os mais altos postos, inclusive ser presidenta. As mulheres ainda são vítimas de todo tipo de estereótipos e discriminação e pré-conceitos que se materializam por meio dos baixos salários, nas condições de moradia, na múltipla jornada de trabalho, na exploração sexual, na alta estima baixa, no subemprego, no sentir-se excluídas dos processos decisórios, entre outros.

Não é possível falar sobre as mulheres sem considerar que mesmo sendo seringueiras, lavadeiras, domésticas, sobreviventes da seca no Nordeste, operárias, empreendedoras, profissionais liberais, entre outras, são também aquelas “pertencentes ao ambiente doméstico se preocupam com os filhos, com a saúde, com a educação e com a reprodução da família. É a associação delas com os trabalhos de organização e manutenção da casa e da família que as impulsionam para dentro dos movimentos sociais” (TORES e SANTOS, 2011, p. 51). É a partir desta realidade que as mulheres foram para as ruas lutar por seus direitos que estão não somente na perspectiva pragmática, mas também simbólicas.

O desenvolvimento desta pesquisa teve muito mais do que a preocupação de entender a trajetória das mulheres no mundo do empreendedorismo de Boa Vista em Roraima,

implicou em mergulhar nas transversalidades étnico culturais considerando as suas diversas origens: Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e indígenas. São diferentes perfis, diferentes origens, diferentes realidades.

Roraima é formada por imigrantes oriundos de todas as regiões do Brasil e as mulheres empreendedoras, em sua maioria, são de origem do campo, que por algum motivo tiveram que vir para a cidade, essas mulheres desde a sua infância tiveram que enfrentar trabalho duro. Para Torres e Santos (2011, p. 63) “a dupla luta das mulheres que é abordada por Esmeraldo (1998) e Scott (1988), consegue algumas vitórias dentro dessa dinâmica amazônica. O trabalho na terra, tradicionalmente visto como masculino, também é feito por mulheres; assim como a luta pela terra e por direitos também conta com a participação de mulheres em cargos de chefias”.

Muitas dessas mulheres que migraram do campo para cidade traziam os sonhos de estudar, trabalhar e ser ‘alguém’ na vida, mas a realidade foi mais cruel, muitas delas ingressaram no subemprego ou no trabalho informal e no entendimento de Torres (2005, pp. 153-54),

Não é preciso recorrermos a lentes de aumento para lermos, nas entrelinhas da história, que a revitalização da figura da mulher no processo produtivo esconde uma face perversa das relações de poder intercapitalista, que se apropriam da chamada mística feminina, centrada num “imaginário social construído em torno do que é definido por natureza feminina”. Quando o universo masculino invade a cultura feminina historicamente hostilizada e tratada com desprezo, as mulheres precisam usar de astúcia para decifrar os reais interesses desse jogo.

Tornar-se empreendedoras representou para as mulheres muito mais do que ter uma renda, representou ser donas do seu próprio destino, ainda que as condições de desigualdades, da múltipla jornada de trabalho, os cuidados com os filhos e com a família, as tarefas domésticas estejam presentes, as mulheres já conseguem compreender que, como sujeito, elas têm que construir a sua história e desconstruir a hegemonia androcêntrica.

Muitas dessas mulheres desenvolvem apenas uma atividade prática no sentido de que ainda não conseguem ou não tem consciência da sua condição de explorada, elas sabem que algo não está bem, mas não tem uma práxis reflexiva como nos explica Vázquez (1977), há apenas uma reprodução ou repetição da forma como foram criadas e veem como natural determinadas condições de desigualdades que são postas. Romper com essa forma de pensamento requer muito mais do que lograr um bom emprego ou criar um grande negócio, é

preciso refletir sobre como as cotradições são produzidas e como as mulheres terminam sendo coadjuvantes, de forma inconsciente, para a perpetuação das desigualdades.

Não é apenas uma discussão sexista, o debate vai além disso, que no entendimento de Daune-Richard (2003, p. 69),

Se a transformação do capital humano em qualificação é uma operação de julgamento social, isso implica que ela passe pelo filtro das representações sociais: as que diferenciam o trabalho do não-trabalho (do qual não trataremos aqui), as das tarefas e das profissões e também as que diferenciamos trabalhadores entre eles. Nessas operações de julgamento social sobre o trabalho e os trabalhadores, as representações do masculino e do feminino e, mais globalmente, de uma “ordem do sexos” (ordem que nesse caso remete à dupla ideia de classificação, portanto de hierarquização, e de ordem estabelecida) ocupam um lugar tão central quanto as representações da relação capital-trabalho.

Essas representações do capital e trabalho estão muito cristalizadas e precisam ser desconstruídas no imaginário feminino. Entender esse imaginário e desvelar o processo pelo qual ele foi desconstruído nos levou a realizar pesquisa com 30 mulheres empreendedoras de Boa Vista, Roraima e com três empreendedoras de sucesso. Foram enviados formulários contendo perguntas abertas e fechadas e para complementar foram realizadas entrevistas com três empreendedoras, que foram gravadas e posteriormente transcritas para análise.

Estas mulheres entrevistadas apresentaram perfil e trajetória de vida semelhante, a maioria encontra-se na faixa etária de 35 a 45 anos de idade, possuem o ensino médio completo e 77% responderam que ter seu próprio negócio, representa uma grande mudança nas suas vidas, principalmente pela repercussão que teve na sua autoimagem e no fato de que se transformaram em novas mulheres.

A presente dissertação está estruturada em três capítulos, onde no primeiro trata da Participação das mulheres na economia brasileira: lutas e perspectivas onde se analisa as mulheres no mercado de trabalho frente os desafios contemporâneos. É realizada uma descrição histórica da participação das mulheres no mercado de trabalho buscando entender as desigualdades entre os gêneros. Também é analisado o trabalho informal como uma forma de precarização do trabalho das mulheres e o empreendedorismo feminino, descrevendo como as mulheres têm se destacado dentro de um meio que sempre foi considerado como espaço masculino.

No segundo capítulo foi analisado a feminilização do empreendedorismo na sociedade roraimense, dividido em: As mulheres e suas experiências empreendedoras; o comércio como experiência de empreendedorismo feminino e economia solidária: uma nova forma de valorização humana. Neste capítulo foi realizado estudo sobre as experiências empreendedoras e como elas se destacaram dentro da linha de comércio. Também foi realizado estudo de como a economia solidária constituiu em meio para o desenvolvimento de uma visão de gestão cooperativa e participativa.

O terceiro e último capítulo trata da trajetória de vida das empreendedoras Nilza Reginatto, Leoni Beatriz de Siqueira-Bia Shopping e Eliana Souza Lima, buscando entender suas dificuldades e como elas conseguiram romper as barreiras do androcentrismo e se destacarem como mulheres empreendedoras.

O presente estudo que é o coroamento de longos períodos de pesquisas e estudos, mas sua importância não se resume apenas na apresentação de resultados que vão contribuir para a compreensão da realidade das mulheres empreendedoras em Boa Vista, Roraima, é muito mais do que isso, é a constatação de uma identidade que foi se construindo na medida em que os estudos iam sendo realizados. Este estudo permitiu a minha própria introspecção, um visitar no meu eu e entender que como mulher faço parte e compartilho das mesmas dificuldades e das mesmas lutas.

CAPITULO I – A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA ECONOMIA BRASILEIRA: LUTAS E PERSPECTIVAS

1.1 Mulher e mercado de trabalho: o desafio contemporâneo

Este estudo assenta-se em três conceitos ou categorias analíticas sob os quais realizamos a nossa pesquisa, a saber: Gênero, trabalho e empreendedorismo. De acordo com o relatório da Organização do Trabalho – OIT que divulga Tendências Mundiais de Emprego das mulheres 2012, indica que as mulheres continuam enfrentando muitos obstáculos e segundo Michelle Bachelet, Diretora Executiva da ONU Mulheres “Garantir a igualdade de oportunidades para mulheres e homens não é somente uma medida justa, é também uma estratégia econômica rentável”¹. O problema de igualdade das mulheres não é um problema recente,

As palavras “lar” e “mãe” estão, certamente, escritas em todas as fases da agricultura neolítica e não menos nos novos centros de aldeamento, afinal identificáveis nos fundamentos das casas e nas sepulturas. Era a mulher que manjava o bastão de cavar ou a enxada: era ela que cuidava dos jardins e foi ela quem conseguiu essas obras primas de seleção e cruzamento que transformaram espécies selvagens e rudes em variedades domésticas prolíficas e ricamente nutritivas (MUMFORD, 2004, p. 19).

O modelo de família patriarcal segundo o qual ainda cabe às mulheres as responsabilidades domésticas e socializadoras, bem como a persistência de uma identidade construída somente em torno de um mundo doméstico, condicionam a participação feminina no mercado de trabalho a outros fatores além daqueles que se referem a sua qualificação e a oferta de emprego. A constante necessidade de articular papéis familiares e profissionais limita a disponibilidade das mulheres para o trabalho fora de casa, que depende de uma complexa combinação de situações pessoais e familiares como o estado conjugal e a presença dos filhos. Todo esse conjunto ainda está atrelado à idade, escolaridade e a particularidade do grupo familiar das trabalhadoras. Fatores como esses afetam diretamente a participação

¹ **Desigualdades de gênero no mercado de trabalho: dois passos adiante, um atrás.** Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/content/desigualdades-de-genero-no-mercado-de-trabalho-dois-passos-adiante-um-atras> acesso em agosto de 2012.

feminina no mercado de trabalho. É importante registrar que além desses fatores o trabalho das mulheres decorre também de uma articulação complexa e em permanente transformação.

De acordo com Rocha (2000, p.17) “após os anos 70 decorreu uma mudança no perfil da População Economicamente Ativa (PEA) feminina, surgindo um expressivo aumento do trabalho feminino. O fato sugere que as responsabilidades familiares já não estariam mais sendo um fator impeditivo ao trabalho feminino no mercado”. Não foi só a necessidade de completar a renda familiar, as mulheres foram movidas pela mudança na identidade feminina que lhe confere certa emancipação em diferentes aspectos como a redução no número de filhos a possibilidade de elevação de sua escolaridade e inserção na vida organizativa da sociedade civil.

Mudanças não são fáceis, é uma trajetória difícil de ser feita afinal “foram séculos e séculos de história de subjugação e opressão do feminino pelo masculino” (GUIMARÃES, 2010, p. 23). Nos últimos anos as mulheres estão construindo carreira sólida de sucesso de se estabelecer no mercado de trabalho, elas não aceitam mais ser coadjuvantes, a cada dia é uma luta nova em busca desta conquista, desse reconhecimento tão esperado. (GUIMARÃES, 2010, p. 26). É fato que elas devem se preparar para a reviravolta em suas vidas neste século XXI que desponta como o século das mulheres.

As taxas femininas e masculinas de participação no mercado de trabalho e desigualdade de gênero, conforme Rocha (2000, p. 30) não são equiparadas. Enquanto que as taxas masculinas se mantiveram estáveis as das mulheres ampliaram-se significativamente na ordem de 63% nos anos de 1985 a 1990.

O mundo dos negócios não é mais só masculino. As mulheres deram um salto importante rumo à liberdade econômica, o que oportunizou uma série de conquistas sociais, políticas, econômicas e também pessoais. Elas estão conseguindo ser reconhecidas gradativamente. Basta um olhar histórico retrospectivo para captar a capacidade de organização, superação e inserção em um mundo que era exclusivamente masculino.

Para Rocha (2005, p. 27) “a produção de estudos sobre as mulheres que atuam na vida privada e vida pública é razoável, mas que sobre as condições das mulheres no século XIX e início do século XX na Amazônia há uma grande lacuna”. De acordo com Torres (2005, p. 43),

Refletir sobre a condição humana na Amazônia sugere uma viagem através de saberes, no sentido de estabelecer um diálogo com vozes da literatura ficcional e científica, com confrontos de ideias, estranhamento e convergências interpretativas acerca da problemática étnica neste espaço regionalizado.

Para esta autora é “histórica a ideia preconcebida ao gênero feminino é visivelmente demonstrada das mais diferentes formas dentro da formação histórica e sociocultural da Amazônia” (TORRES, 2005, p.44).

Essas são algumas das questões que pedem respostas e ao respondê-las se está aos poucos fazendo emergir uma História que oferece novas perspectivas às velhas questões; redefine antigas questões em termos novos, torna as mulheres visíveis como participantes ativas. Os gêneros não devem ser visto em partes, as distinções devem ser extintas neste mundo contemporâneo e se construir uma visão nova e moderna do todo. Nesse sentido, Scott, (1994 p.17):

Estabelece uma distância analítica entre a linguagem aparentemente fixada do passado e nossa própria terminologia e por último, mas não menos importante, abre possibilidades para reflexão sobre as estratégias políticas feministas atuais e futuras, já que sugere que gênero tem que ser redefinido em conjunção com uma visão de igualdade política e social, incluindo além do sexo, classe e raça.

A história do trabalho feminino é uma ferramenta poderosa para a compreensão contemporânea das sociedades capitalistas. Hirata e Segnini (2007, p. 39) acreditam que existem três tempos na história contemporânea do trabalho das mulheres.

O primeiro é aquele em que a noção de trabalho das mulheres predomina, o segundo aquele em que a visibilidade da mulher assalariada (operária e funcionária) seria o mais marcante; o terceiro, ancorado na primeira parte do século XX, aquele em que a questão do acesso das mulheres às novas profissões seria claramente formulada.

Essas autoras consideram que o “tema gênero e trabalho ou podemos dizer a questão da diferença entre os sexos no trabalho emergiu no fim dos anos de 1960 na Europa e nos Estados Unidos impulsionados pelos movimentos feministas.” (HIRATA, SEGNINI 2007, p. 9). Nos países da América Latina somente a partir de 1975 é que emergiu essa discussão. A legitimidade e importância do tema estão relacionados com o novo comportamento da atividade feminina que se proliferou em todo o mundo, o qual tornou-se forte de uma forma generalizada nos últimos trinta anos. O aumento das atividades desenvolvidas reduz o tempo disponível das mulheres e este fato vem ocasionando mudanças nos padrões de fecundidade e no comportamento feminino de um modo geral.

Uma das grandes transformações ocorridas no mercado de trabalho brasileiro foi o aumento do número de mulheres em diversas áreas do mercado de trabalho. Há aproximadamente 50 anos atrás era inimaginável que as mulheres teriam tanta força no mercado de trabalho porque havia o predomínio dos homens como força produtiva. Mas as mulheres emergiram como mão de obra requisitada pelo capital pelo fato de contribuírem para baratear os custos e porque possuem uma certa mística feminina baseada em qualidades tidas como naturais, tais como a atenção apurada, destreza e perfeccionismo que as torna hábeis para o desenvolvimento de certas atividades (TORRES, 2005). É, portanto, plenamente justificável o fato de não vivenciarmos mais grandes disparidades entre os gêneros no mercado de trabalho urbano no que se refere a cargos ocupados por homens e mulheres, apesar de haver desigualdade salarial.

Rocha (2000, p.172) lembra que desde a década de 70 Bruschini vem “apontando o crescimento da participação feminina no mercado de trabalho chamando a atenção para a diversificação e a intensificação dessa participação, principalmente no espaço urbano”. De acordo com Bruschini (2008), não só a busca da complementação salarial em face da deterioração dos salários reais dos trabalhadores levaram as mulheres pobres para o mercado de trabalho, mas também as expectativas de maior consumo redefiniram o conceito de necessidade econômica. É o que pudemos perceber na fala de uma das mulheres entrevistadas nesta pesquisa, a saber:

Casei-me muito cedo, e as coisas eram bem mais simples, conseguíamos viver bem. Mas as coisas foram ficando difíceis, principalmente a questão da saúde e a escola dos meus filhos. Foi aonde comecei fabricar coisinhas de artesanato pra vender e ajudar nas despesas básicas da casa e dos meninos. E fui tomando gosto pela coisa e criando mais e mais, resolvi montar uma lojinha de artesanato, fui mudando para peças de decoração e hoje tenho minha loja bem estruturada e é de onde tiramos 60% da renda da família. (Natalina Figueira, 53 anos, entrevista/2012).

Os anos 1970 foram primordiais para a inserção das mulheres no mercado de trabalho. Com o chamado milagre brasileiro ocorreu um vasto crescimento dos parques industriais o que exigiu a mão de obra feminina em vários setores, principalmente o têxtil, metal-mecânico e eletrônico. Nessa época a mulher brasileira começou a entrar em cena já com expressividade questionando e denunciando as condições de desigualdade nas quais elas estavam submetidas, travando grandes lutas e reivindicando seus direitos. O primeiro marco importante de visibilidade no movimento feminista no Brasil foi o reconhecimento pela ONU do ano de 1975 como o Ano Internacional da Mulher. A partir de então, o movimento feminista foi

ganhando força com o apoio das redes de solidariedade constituídas pelos movimentos de bairros e centros urbanos, pelas Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica, pelos clubes de mães e pelas associações de bairros. Nesses movimentos sociais há uma concentração grande de mulheres.

De acordo com Bruschini (2008, p. 3) o crescimento das mulheres no mercado de trabalho tomou uma proporção rápida na medida em que em “1990 o número de trabalhadoras brasileiras atingiu a cifra de 22,9 milhões, 18 dos quais concentradas na zona urbana”. Não obstante a isto, ainda perdura a não equiparação salarial entre homens e mulheres mesmo no exercício do mesmo cargo, o que desrespeita as determinações da OIT (Organização Internacional do Trabalho).

A OIT é uma agência especializada da Organização das Nações Unidas (ONU) cujo objetivo é o de promover justiça social e direitos humanos e trabalhistas internacionalmente reconhecidos. Foi fundada após a Primeira Guerra Mundial, em 1919, juntamente com a antiga Liga das Nações, sendo a única agência que restou do Tratado de Versalhes. As convenções 100 e 111 são consideradas fundamentais pela OIT. No momento de sua adoção, os países industrializados viviam uma situação de pleno emprego e de desenvolvimento tecnológico. Também foi um momento em que as mulheres entraram em massa no mercado de trabalho, mulheres casadas ou com responsabilidades familiares. A OIT estabeleceu, nesse período, medidas especiais em atenção a esse fato e instituiu linha dedicada ao combate da discriminação.

A Convenção 100² versa sobre a igualdade de remuneração para trabalhadores e trabalhadoras que realizam trabalho de igual valor. Trata-se de um texto relativamente curto que determina, basicamente, que os países-membros devem promover e garantir o princípio da igual remuneração para homens e mulheres que realizem trabalho de igual valor, ressaltando que a diferença de remuneração que resulte de efetiva diferença de trabalho não deverá ser considerada discriminação.

Essa Convenção foi adotada juntamente com uma Recomendação (n. 90, 1951)³, na qual são especificadas as diversas formas por meio da qual o princípio da igual remuneração pode ser implementado. Entre essas medidas, está o Princípio da equidade de gênero a ser

² Todas as convenções, recomendações e protocolos da OIT estão disponíveis na íntegra no site da OIT (2009). Convenção 100, sobre Igualdade de Remuneração, 1951.

³ Recomendação 90, sobre Igualdade de Remuneração, 1951.

observado pelos órgãos governamentais, seus departamentos e agências bem como pelos setores privados sujeitos ao controle público ou às suas regras estatutárias. Esta equidade de gênero diz respeito a remuneração salarial em igual valor entre trabalhadores e trabalhadoras em cargos iguais ou equivalentes, além das medidas afirmativas no sentido de promover a produtividade das trabalhadoras, como treinamento, orientação vocacional e serviços sociais apropriados (especialmente para aquelas com responsabilidades familiares).

Já a Convenção 111⁴ sobre Discriminação no Emprego e na Ocupação amplia de certa forma, amplia o princípio não discriminatório enunciado na Convenção 100. Esta convenção define como discriminação qualquer distinção, exclusão ou preferência baseada em raça, cor, sexo, religião, opinião política, nacionalidade ou origem social que anule o princípio da igualdade de oportunidade e tratamento no emprego e ocupação; qualquer outra distinção, exclusão ou preferência, ou que dê origem a qualquer desigualdade, do modo como for determinada por um país-membro, após consulta às organizações de empregadores e de trabalhadores. Caso a distinção, exclusão ou preferência em relação a um trabalho em particular seja baseada em requisitos a ele inerentes, esta não será considerada discriminação.

A Recomendação 111⁵ (1958) define as formas por meio das quais os países membros podem implementar tais diretrizes. Entre elas, a formulação de uma política nacional de prevenção da discriminação no emprego e ocupação, a vinculação de contratos públicos à observância do princípio de não discriminação e a fiscalização da observância do princípio, inclusive em acordos coletivos e negociações entre empregadores e empregados. Ressalta também que medidas especiais para resolver situações particulares de pessoas reconhecidas como objeto de especial atenção (por razões de sexo, idade, deficiência, responsabilidades familiares ou *status* cultural ou social) não deve ser considerado discriminação.

De acordo com Hirata e Segnini (2007, p.23) no “final da década de 1990 as mulheres da América Latina⁶ já representavam 40% da população urbana economicamente ativa”. O índice de crescimento mais acentuado nesta época foi identificado nas classes de mulheres mais pobres e com baixa escolaridade. Outro fato importante dos anos 1990 foi a escolaridade das mulheres que ampliou-se num ritmo muito superior ao dos homens, um fator que deveria

⁴ Convenção 111, sobre Discriminação no Emprego e na Ocupação, 1958.

⁵ Recomendação 111, sobre Discriminação no Emprego e na Ocupação, 1958.

⁶ Dados de Organización Internacional de Trabajo, Panorama laboral de América Latina n° 6 (Lima: OIT – Oficina Regional, 1999).

equiparar o salário das mulheres ao dos homens, mas ao contrário disso, a grande maioria delas recebe salários menores ou inferior ao dos homens.

A manutenção e a contínua reprodução das desigualdades existentes entre homens e mulheres são influenciadas por uma diversidade de fatores que remontam a cultura patriarcalista que define o lugar da casa e da família às mulheres onde o seu trabalho é desvalorizado, cuja desvalorização é levada consigo para o espaço do trabalho fora de casa (TORRES, 2005). Esta situação faz com que as mulheres estejam sempre postas à prova de sua competência, o que significa uma subvalorização econômica e social do trabalho feminino e de seu papel dentro da sociedade.

Para o mundo empresarial as mulheres de classe média primeiro priorizam construir uma família, lá pelos 25 anos é que elas se animam para abrir um negócio, uma empresa, e por volta dos 40 anos já estão deixando o ramo comercial por não estarem preparadas para competir com os homens. Outra questão é a dificuldade de dedicação à empresa devido o cuidado com a família, não pode fazer horas extras, não pode viajar, enfim, afasta-se por motivo de licença maternidade, doença de filhos, e outras inúmeras dificuldades colocadas contra a mulher no mercado de trabalho. Esta visão preconceituosa sobre a vida produtiva das mulheres contribui para que muitas mulheres de classe média se acomode com a sua condição de confinamento à esfera privada.

De acordo com Bárcena (2009, p.18) a “desigualdade na América Latina e no Caribe percorre cinco séculos de discriminação racial, étnica e de gênero, com cidadãos de primeira e segunda categoria e a pior distribuição de renda do mundo”. As mulheres pertencentes às classes subalternas conseguem inserir-se no mercado de trabalho com maior desenvoltura porque são requisitadas pelo próprio mercado, o fator econômico é o fundamental para elas que precisam prover a subsistência de suas famílias. O mesmo não ocorre com as mulheres de classe média. As mulheres pertencentes às camadas médias buscam uma realização pessoal no campo da satisfação do seu próprio ser, querem ser úteis e reconhecidas socialmente e a forma encontrada é o trabalho. De acordo com uma das mulheres ouvidas neste estudo,

Tinha o sonho de ser uma secretaria executiva de sucesso, me formei, fiz mais cursos e tudo. Mas sempre deixava meu currículo nas empresas e nunca me chamavam, nem pra entrevista, voltava nas empresas e sempre me davam uma desculpa esfarrapada, e nessas idas pra saber se ia ser chamada ou não, um dia em uma dessas idas pra saber a resposta, a mulher do recursos humanos de uma empresa falou na minha cara, pra ser secretaria, tem que ser no mínimo bonitinha. Me senti tão humilhada, fiquei sem chão, fui

discriminada por ser feia, olha, pra mim foi a gota d'água. O que a beleza tem a ver com competência. Decidi que eu ia ser alguém, não ia deixar que ou outros decidissem minha vida. Eu faria isso. (Flaviana, 37anos, entrevista/2013).

Azevedo (2007, p.20) chama a atenção para o “modelo” criado em torno das mulheres, dizendo que “a sociedade sacrifica as mulheres em busca de um padrão de mulher perfeita, principalmente na sua aparência”. É uma condição imposta que se acentua a cada dia. Mulheres estão fazendo verdadeiras loucuras que muitas vezes têm sérias consequências, a mídia noticia casos que chegam até a morte, em busca do corpo perfeito.

Não obstante a isto, conforme Rocha (2000, p. 265), “Já se percebe o interesse de corrigir tradicionais práticas discriminatórias [...] As transformações tem levado várias empresas a ser protagonistas na preparação e execução de políticas de emprego”. Trata-se de iniciativas que visam condutas que afirmam os princípios de igualdade de tratamento, equiparação salarial, ascensão de carreira, promoção e formação entre homens e mulheres nos locais de trabalho. Muitas empresas já adotam um novo diálogo de negociações para com os trabalhadores e trabalhadoras.

Pochmann (2007, p. 45) reconhece esta “revalorização dos recursos humanos impulsionados pela modernização empresarial”, novos elementos são enfocados no uso da mão de obra ao longo do processo. Note-se que “há pouco mais de um século quebravam-se teares mecanizados para salvar empregos, hoje, temos consciência de que os avanços tecnológicos são muito mais dramáticos e os efeitos sobre o emprego”. (MARUNARI E HIRATA, 2003). A inserção das mulheres no mundo do trabalho mexeu na ordem do mundo, ocorreu uma desarticulação das formas tradicionais do trabalho centrado no serviço doméstico.

A igualdade salarial é um anseio que tarda a se concretizar. As disparidades ainda são bem grandes quando comparamos as mesmas atividades desenvolvidas por homens e mulheres e este é, hoje, um dos principais fatores que mantém a desigualdade de gênero no país. As mulheres deveriam fazer jus ao melhor salário que o mercado pode oferecer, posto que realizam bem e com exímia responsabilidade todas as atividades delegadas a elas.

Mesmo depois de tantos séculos valeu a pena as mulheres terem conquistado direitos como: equalizar, decidir seu destino, julgar, tomar decisões e assumir o poder em vários âmbitos da sociedade com o compromisso e a exigência que isso implica. E o mais importante é que elas conseguiram tudo isso sem perder suas funções maternas e também sua

feminilidade. Enfim, da submissa obediente e dependente, elas hoje são livres e independentes, assumiram poder em casa, no trabalho e na política. As mulheres do século XXI são mulheres de coragem administram quase sempre com êxito sua carreira, seus filhos e suas tarefas domésticas. Elas alcançam sucesso no mercado porque conseguem ter iniciativa e determinação, têm a sensibilidade, intuição e cooperação tão próprias da natureza feminina. O grande desafio é manter o equilíbrio entre trabalho, família, estudos e carreira. Às vezes precisam fazer escolhas, mas isso não as faz perder a sensibilidade da alma feminina.

Em fim as mulheres tem a praxe diária pela conquista de seus objetivos sua força e ousadia vêm fazendo história na sociedade, percorrendo novas posições, rompendo barreiras, preconceitos e obstáculos. Elas realizaram reivindicações pelo direito do voto, igualdade social, a disputa pelo mercado de trabalho e seus direitos trabalhistas. À condição de inferioridade das mulheres ficou no passado faz parte apenas da historia mal escrita. As mulheres são vencedoras, símbolo do amor, da vida e da potencialização do trabalho.

1.2 A informalidade e a precarização do trabalho feminino

A identidade é resultado de um processo histórico-cultural. Nascemos com definições biológicas e raciais de homem, mulher, brancos e negros. A identidade de homens e mulheres é constituída a partir de elementos históricos, culturais, religiosos e psicológicos (SAFFIOTI, VARGAS, 1994, p.187). Esses fatores implicam em uma educação diferenciada para homens e mulheres que acaba por firmar papéis sociais sexuais, ou seja, papéis que devem ser desempenhados diferentemente por homens e mulheres de forma segmentada.

Embora, na atualidade, ocorra fortemente os deslocamentos desses papéis⁷ sexuados ainda perdura no mercado de trabalho a chamada mística feminina que confere a elas um certo lugar com perfil próprio para cada trabalho. Um exemplo claro no mercado é a presença da tradicional “secretaria que é apreciada nas empresas por suas qualidades femininas como qualificação, organização, aptidão para ouvir, mediar situações e cumprir tarefas heterogêneas com competência”. Com todos estes predicados ela continua sendo sempre secretária. (MARUNARI, HIRATA, 2003, p. 33).

Abre-se uma discussão no sentido de procurarmos saber até que ponto o fato de ser mulher representa um freio para o desenvolvimento da carreira. Isto, conforme Marunari e Hirata (2003, p. 36) “leva a reavaliar o peso das representações no seio da dinâmica de atribuição e da classificação dos postos de trabalho oferecidos”, haja vista que as competências apresentadas pelas mulheres se impõem de maneira evidente não correspondendo ao princípio da diferenciação. Os homens usam todos os seus recursos para manter a dominação masculina. Considerando que está claro que a capacidade intelectual das mulheres em geral é igual a dos homens e em muitos casos até superior.

De acordo com Melo, Piscitelli, Maluf, Puga (2009, p. 281),

É indiscutível a maior visibilidade do trabalho, por seu papel fundamental para a sobrevivência e pelo fato de ocupar grande parte da vida cotidiana. Todavia esse privilégio dado ao mundo do trabalho possivelmente se deve a uma herança da tradição marxista, cuja, preocupação era identificar os signos da opressão masculina e capitalista sobre as mulheres.

⁷ Há mulheres hoje na aviação, na plataforma de petróleo, na política à frente de países, à frente de grandes empresas como a Petrobrás outros espaços de poder.

As autoras acrescentam ainda que a partir dos anos 1980 a produção historiográfica brasileira sobre as mulheres apresenta diferentes abordagens analisando a questão de diferentes aspectos. No aspecto do trabalho feminino são feitos questionamentos afirmando as inconsistências ou incoerências dos sistemas sociais e políticos sociais sobre a suposta incapacidade das mulheres para o trabalho. As evidências da capacidade delas é patente na medida em que sua presença forte no espaço público onde as atividades femininas começam a contrair valores. Dentre essa suposta incapacidade estão o limite delas por causa do papel feminino na família, as relações atreladas ao casamento, a mulher enquanto mãe e a sexualidade feminina.

As dificuldades das mulheres no mercado foram agravadas dentro do contexto em que Hirata (2007, 90) chama de flexibilização do trabalho ou “fábrica flexível” que no entendimento da autora “tem conotação ideológica, mascarando sob um termo neutro ou mesmo de conotação positiva (adaptabilidade, maleabilidade, repartição mais adequada) práticas de gestão da mão-de-obra (sic) em que flexibilidade e precariedade andam frequentemente juntas no âmbito do mercado de trabalho”.

Na realidade a flexibilização representa trabalho temporário, terceirização, trabalho parcial que terminaram por incrementar o trabalho informal principalmente em países da América do Sul. Para Hirata (2007, p. 93) a flexibilização também concorre para a:

Diversificação e a multiplicação dos espaços de trabalho – trabalho domiciliar, trabalho a distância e teletrabalho, trabalho em empresas terceirizadas – concorrem para o desenvolvimento da produção dita “flexível” (aspas da autora). Em todos os casos, a divisão sexual do trabalho é predisposição para a realização da flexibilidade do trabalho.

Se de um lado estes tipos de trabalhos permitem a flexibilização e fez surgir novos tipos de empregos, por outro lado foram multiplicados os subempregos e a “precarização e instabilidade dos estatutos profissionais” HIRATA (2007, p. 95) que se caracteriza pela falta de seguro social, aposentadoria, décimo terceiro salário, férias remunerada, licença doença e maternidade, entre outras.

Dentro deste contexto a relação de trabalho entre homens e mulheres se apresenta de forma bastante discriminadora, a partir do momento que em plano internacional tem características femininas, podendo-se dizer que a flexibilidade é sexuada (HIRATA, 2007). Desta maneira aumenta as desigualdades de gênero e contribui para a exploração da mão de obra das mulheres.

Abramo e Abreu (1998, p. 333) discutem as mudanças ocorridas nos anos 1990 nos cenários brasileiros e Latino- americano onde a partir da época percebe-se que as mulheres tiveram acesso a uma melhor educação em consequência ocuparam melhores postos de trabalho e cresceram na política representativa. Ou seja, ocorreu o aumento do quantitativo de mulheres principalmente na esfera política onde toma-se as decisões mais importantes do país.

Com o crescimento do número de mulheres no mercado de trabalho aumentam também os desafios de rompimento com velhas convicções sociais e organizacionais originárias de uma cultura considerada machista e ultrapassada. Ascende à conscientização da necessidade de empoderamento das mulheres em busca de uma igualdade social, econômica e política, como também para ampliar o acesso a direitos humanos fundamentais como saúde e educação. Neste sentido a primeira vertente para esse empoderamento é o despertar da conscientização por parte das mulheres que existe uma discriminação de gênero, ainda bem presente, ou seja, reconhecer a existência da desigualdade entre homens e mulheres e inquietar-se com essa situação e cada vez mais buscando meios para transformá-la.

O tema da economia informal emerge, a partir dos anos 1990 no Brasil, com muito potencial de estudo. Trata-se de um tipo de trabalho precarizado que passa ao largo da cidadania na medida em que não atende às determinações das políticas trabalhistas de direito dos trabalhadores. É por este motivo que é um trabalho precarizado, porque não garante proteção social e previdenciária aos trabalhadores, especialmente no caso das mulheres empreendedoras que são compelidas a pagar o INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social como trabalhadoras autônomas.

Para Cacciamali (2000, p. 1) “a informalidade é resposta às demandas legítimas, encaminhando possíveis soluções para a crise da nova ordem mundial ou considerada como um foco de tensões sociais, ampliando desigualdades e incertezas, agravando o estado de crise social, política e econômica do capitalismo no novo milênio”. A nova informalidade é resultado direto do processo de reestruturação produtiva desencadeado no país a partir do final dos anos 1980 quando acontece o consenso de Washington e com ele a abertura da economia dos países em desenvolvimento como o Brasil. Esse processo de reestruturação expulsa do mercado a massa de trabalhadores portadora de alguma experiência acumulada em atividades formais, a qual é compelida a prover a sua subsistência através do trabalho informal.

A OIT lançou, em 1969, o Programa Mundial do Emprego cujo objetivo fundamental deste programa era avaliar os efeitos sobre o emprego e a distribuição de renda dos países em

desenvolvimento que encontravam-se atrasados no seu processo de desenvolvimento. Cacciamali (2000) Considera que a principal contribuição do estudo da OIT constituiu,

Em desenvolver uma tipologia alternativa que pudesse fazer frente às análises clássicas da economia dos países em desenvolvimento que sempre avaliaram as estruturas de produção, de emprego e renda daqueles países, sob um modelo operacional dual e estático, que dividia a economia em dois setores, moderno e tradicional.

A economia informal mesmo não sendo a modalidade de trabalho mais adequada vem oferecendo dinamismo para o crescimento econômico dos estados brasileiros. Embora as rendas individuais dos trabalhadores informais sejam baixas, o montante do conjunto desses trabalhadores se torna um valor volumoso contribuindo significativamente para o PIB.

O fato de, ao longo do tempo, a economia formal não ter sido capaz de gerar empregos na proporção do crescimento da população economicamente ativa, acabou contribuindo para o elevado índice da informalidade. A economia informal sustenta atualmente grandes contingentes humanos no Brasil. De acordo com IBGE (2001) cerca de 73.000 milhões de pessoas trabalham na informalidade no Brasil por falta de oportunidades de emprego ocasionado por fatores como ausência de qualificação ou mesmo perda do emprego no mercado formal por idade, doenças, diminuição dos custos que são as diretrizes da reestruturação produtiva.

Os trabalhadores excluídos pela reestruturação produtiva passam a viver à margem da formalidade, mas continuam economicamente ativos no mercado informal. O trabalho informal é aquele no qual a pessoa trabalha sem as condições regulamentadas pelo Estado brasileiro como sinalizamos anteriormente. O contrato entre empregador e empregado é acordado apenas na palavra, ou seja, é aquele em que o trabalhador não tem vínculo empregatício, não possui registro em carteira, nem usufrui dos benefícios que lhes são de direito como o FGTS, licença maternidade, férias remuneradas, 13º salário, descanso remunerado, aposentadoria, seguro desemprego entre outras. São incluídas nessa situação as pequenas empresas que não pagam taxas e impostos, os trabalhadores autônomos como os camelôs, os trabalhadores inseridos na economia solidária dentre outros. (TORRES, 2010). Uma das mulheres ouvidas nesta pesquisa diz o seguinte:

Até dá pra gente tirar um dinheirinho bom, o que não é bom é que a gente não tem amparo nenhum. Se o serviço público de saúde prestasse, eu não me importava de trabalhar na informalidade, mas também não quero registrar meu negócio, porque aí eu só pago e o dinheiro vai tudo para bolso de uns e outros. (Eunice, 38 anos, entrevista/2013).

As atividades da informalidade estão presentes hoje em todos os setores da economia sendo que os mais fortes são os setores de confecções, alimentação e artesanato. O trabalho deste setor informal basicamente se resume ao comércio nas ruas, feiras e pequenos negócios como lojinhas, restaurantes e lanchonetes sem registro. Outro fator que contribuiu fortemente para o crescimento do setor informal foi a excessiva carga tributária que no Brasil, é responsável por mais de 35% do PIB IBGE (2010). O alto valor de impostos indiretos embutidos nos preços dos produtos somado à substituição de grande parte dos trabalhadores pela máquina na mecanização das lavouras e na informatização das indústrias contribuíram, efetivamente, para a consolidação da informalidade no país. A alta tributação levou ao fechamento de muitas pequenas empresas, algumas das quais reabrem atualmente com novos nomes passando a ser informais, não pagando mais impostos.

A economia informal é impactante no PIB brasileiro. De acordo com a pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (ETCO) o valor constatado da economia informal no ano de 2011 foi de 748,4 bilhões correspondente a 16,9% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil naquele ano. Segundo Roberto Abdenur presidente do ETCO⁸ “o governo deve inspirar-se em exemplos de países como os Estados Unidos e Alemanha, criando ações de estímulo e apoio à formalidade”. Dentre as principais ações do Estado brasileiro sobre o apoio à formalidade podemos citar o incentivo ao pequeno e médio empreendedor com a facilitação de acesso ao crédito bancário, a racionalização da carga tributária e a desburocratização na abertura da empresa.

A economia brasileira vem evoluindo em vários setores importantes porque ocorreu também o aumento do crédito, a expansão da classe média, a agilização do Judiciário e algumas ações de simplificação do regime de arrecadação de impostos como o Simples, que beneficia as pequenas empresas. Há também a adoção, pelos Estados, de instrumentos modernos como a Nota Fiscal Eletrônica, mas ainda há muito o que ser feito pelas autoridades em termos de simplificação e racionalização do sistema tributário para o alívio da carga de impostos e redução de exigências burocráticas.

Abdenur presidente do ETCO afirma que,

A economia informal é um paliativo, tem poucos benefícios e vários prejuízos entre os quais a queda na geração de empregos formais e a permanência dos que atuam na informalidade em situação precária, desprovidos de qualquer segurança e de benefícios previdenciários.

⁸ Dados sobre ETCO ver Fundação Getúlio Vargas: portal. fgv.br em 22/12/2012.

Esses, por sua vez, formam um amplo contingente excluído do mercado de trabalho formal. No aspecto social a informalidade traz a perda da receita de impostos com prejuízos para programas importantes como a saúde pública, educação, infraestrutura e segurança. Há também prejuízos para o próprio consumidor que adquire produtos de má qualidade, fora dos padrões dos órgãos reguladores e de defesa do consumidor. Por fim, há o desestímulo a novos investimentos por parte de empresários que são prejudicados por essas atividades.

De acordo com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) esta situação abre espaço para uma apropriação desigual dos ganhos econômicos entre a população ocupada. Isso quer dizer que a distribuição desigual da produtividade - muita gente produzindo e ganhando pouco e pouca gente produzindo e ganhando muito - também cria desigualdades ao dificultar o acesso das pessoas ao bem-estar. “Essas assimetrias são, em grande medida, responsáveis pela concentração da renda trabalhista na América Latina”. (CACCIAMALI, 2000, p.26). Podemos considerar essa situação como tipos de trabalho que embora contribuam para gerar renda aos trabalhadores alavancando o PIB do país, não é o modelo adequado de relações entre capital e trabalho. O estado brasileiro tem que encontrar formas legais de amparo aos trabalhadores informais.

As relações de trabalho na atualidade não trazem benefícios para esses trabalhadores, não há nada de novo, permanece a mesma relação de exploração própria do capitalismo. O crescimento da economia informal impulsionado pela crise do trabalho formal aparece como um fenômeno central que as ciências humanas tentam compreender e elaborar respostas para explicar estas transformações que causa nas relações de trabalho. Para Quintaneiro et al (2002, 63),

As grandes transformações sociais não costumam acontecer de maneira súbita, sendo quase imperceptíveis para aqueles que nelas estão imersos. Mesmo os sistemas filosóficos e científicos inovadores entrelaçam-se a tal ponto com os que os antecedem que é difícil pensar em termos de rupturas radicais.

Nestes últimos 30 anos ocorreram um grande número de transformações estruturais, econômicas, sociais e políticas que condicionaram o surgimento de um novo modelo de organização do trabalho no qual se insere a informalidade dentro da sociedade, estabelecendo novos padrões de produção de relações de trabalho. Nas grandes cidades como Manaus, São Paulo e outros grandes centros ocorrem o aumento desordenado de ambulantes e camelôs nas praças e calçadas a ponto de em algumas ruas não ter mais espaço para os pedestres trafegarem nas calçadas.

O tema economia informal ou economia subterrânea vem sendo um dos temas mais discutidos, não só na literatura especializada como Economia e da Sociologia do Trabalho, mas também nos meios de comunicação social como um todo. Estas transformações ainda não estão definidas claramente, o que ainda exige muito estudo em torno da economia informal. São várias as categorias e conceitos utilizados para denominar o fenômeno da informalidade que acabam refletindo nas dificuldades que os indivíduos, organizações e o coletivo social têm enfrentado diante da situação de mudanças estruturais, econômicas, políticas, morais, objetivas e subjetivas que vêm transformando a realidade social em todas as partes do planeta.

Além da ciência os agentes sociais por meio de suas ações tentam interpretar e se inserir dentro dessa nova ordem mundial e o principal sobreviver dignamente dentro dela. Cacciamali (2000, p. 1) diz que a informalidade é resposta às demandas legítimas, encaminhando possíveis soluções para a crise da nova ordem mundial ou considerada como um foco de tensões sociais, ampliando desigualdades e incertezas, agravando o estado de crise social, política e econômica do capitalismo no novo milênio. Atribui-se que a nova informalidade também é um fruto direto do processo de reestruturação produtiva podendo ser analisado do ponto de vista econômico como um conjunto de novas formas de atividades informais. Pode ser identificada por um conjunto de novos trabalhadores portadores de alguma experiência acumulada em atividades formais e que vem se inserindo tanto nas velhas quanto nas novas atividades.

As mulheres são os sujeitos centrais do trabalho informal sem exclusão dos homens que aparecem em menor proporção, Torres (2005) assinala que as mulheres são sujeitos mais audazes, mais destemidas que não se envergonham de pôr banca de churrasco e de tacacá para vender e gerar renda. Os homens são mais tímidos e vergonhosos frente a esses tipos de trabalho. De acordo Maria Irene, 42 anos, uma das trabalhadoras informais ouvidas nesta pesquisa,

Aposto que eu ganho mais do que muitos empresários que tem loja chique, coloco minha banca de espetinho todos os dias, mas no final de semana é que a gente vende bastante, hoje já emprego cinco pessoas, tirando minha casa o resto é tudo daqui. Já cheguei a vender 450 espetos em uma noite. (entrevista/2013).

Melo (2009, p. 220) assinala que “as pesquisas sobre a condição feminina no Brasil se intensificaram lá pelos anos de 1970 a partir de uma historiografia do trabalho marcada pela tradição marxista”. A autora revela que a “exploração de mulheres da classe pobre era tão grande que no ano de 1912, de sete estabelecimentos fabris visitados pelos inspetores do

Departamento Estadual do Trabalho, do Estado de São Paulo, num total de 1.775 operários, constatou-se que 1.340 eram do sexo feminino”. Além das mulheres esses estabelecimentos também exploravam crianças e adolescentes no trabalho escravo ou semi-servil. Deve-se reconhecer que em alguns setores fabris como os de alimentos e os eletroeletrônicos são empregados mais mulheres do que homens. Esta é, por exemplo, a realidade de muitas empresas do Polo Industrial de Manaus que nos anos de 1970-1980 “o quadro funcional chegou a ser de 80% de mão de obra feminina numa variância de três a seis trabalhadores e trabalhadoras”. (TORRES, 2005, p.35).

De acordo com o relatório da OIT de 2008 essas assimetrias de gênero no mercado de trabalho que ora emprega mais mulheres do que homens são rentáveis para o capital, posto que a força de trabalho feminina é mais barata. Note-se que a participação masculina no mundo do trabalho pouco cresceu no período pós-70, a intensificação da inserção das mulheres foi o traço marcante nas duas últimas décadas. Atualmente essa presença feminina se dá mais no espaço dos trabalhos precários no qual a exploração, em grande medida, se encontra mais acentuada. O aumento do emprego feminino no mundo não ocasionou uma sensível redução das desigualdades entre homens e mulheres no trabalho. As mulheres continuam sendo exploradas de diversas maneiras até no mercado negro como é o caso do tráfico de mulheres para fins de exploração sexual e mulheres sendo usadas por traficantes para transportar drogas dentre outros.

De acordo com Rocha (2000, p. 265),

Recentemente, como um provável fruto das ações de sensibilização e das pressões e demandas por parte das organizações sindicais, as políticas de emprego em favor da igualdade de oportunidade entre homens e mulheres têm conseguido finalmente ser tema de debate entre os empresários e suas direções.

Algumas empresas estão sendo instigadas a fazer uma reflexão sobre políticas de equidade de gênero que levem em conta os princípios de igualdade de oportunidade entre ambos os gêneros. Essas ações são impulsionadas pelo Prêmio Pró-Equidade de Gênero e Raça da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres da Presidência da República que visa contribuir para que as empresas construam uma cultura e condutas que observem os princípios de tratamento sem discriminação de gênero e raça, equiparação salarial, ascensão na carreira, promoção e formação de mulheres nos locais de trabalho. Essas ações ajuízam um novo nível de diálogo entre trabalhadores, sindicatos, estados e empresários em prol da igualdade de gênero. Rocha (2000, p. 265) assinala que as “experiências a respeito do engajamento de

empresas são realidades recentes e dispersas e ainda muito tímidas”. Alguns empresários já admitem que a igualdade de tratamento entre homens e mulheres é justa, não existe diferença quanto ao poder de capacidade intelectual entre eles.

O trabalho fora de casa é um elemento que se coloca no processo de emancipação feminina. As mulheres pretendem chegar à eliminação das desigualdades de gênero tendo por base a sua inserção no mercado de trabalho, que é uma maneira de fazer frente ao capital à medida que essa situação de desigualdade entre trabalhadores e trabalhadoras atende aos interesses do capital. Isso se verifica, por exemplo, ao constatarmos que a tendência do trabalho em tempo parcial está reservada mais para a mulher do que ao homem.

O capital precisa também do tempo de trabalho das mulheres na esfera reprodutiva, o que é imprescindível para o seu processo de acumulação. É difícil ao capital realizar seu ciclo produtivo sem o trabalho feminino realizado na esfera reprodutiva. Podemos dizer que a precarização tem nome e sexo, a discriminação baseada no gênero se manifesta de diferentes formas no mercado de trabalho tais como o não acesso das mulheres trabalhadoras à direitos, benefícios, formação profissional e progressão funcional. Isso fere o princípio da igualdade de oportunidades e tratamento fundamental no trabalho reconhecido pela OIT na Declaração sobre Direitos e Princípios Fundamentais no Trabalho, de 1998.

De acordo com os dados do IPEA as mulheres chefes de família e com filho trabalham cerca de 13 horas semanais a mais que os homens na mesma situação. Além disso, elas realizam 30 horas semanais de trabalho não remunerado que é o trabalho doméstico, e isso é três vezes mais do tempo gasto pelos homens. Pode-se dizer que os homens além de ocuparem os melhores postos de trabalho ainda tem uma carga horária bem confortável, sobrando tempo até para o lazer. Enquanto que as mulheres em um número bem significativo, ocupam os postos de trabalho mais precarizados, com menor remuneração e com serviços que são, em sua maioria, extensão do serviço doméstico. Independente do trabalho e da função que ocupe, são raras as exceções em que uma mulher não enfrenta a dupla jornada de trabalho, estendendo seu trabalho a deveres de mãe e dona de casa. Para Castel (1998, p. 516),

O desemprego não é uma bolha que se formou nas relações de trabalho e que poderia ser reabsorvido. Começa a tornar-se claro que precarização do emprego e do desemprego se inseriram na dinâmica atual da modernização. São as consequências necessárias dos novos modos de estruturação do emprego, a sobra lançada pelas reestruturações industriais e pela luta em favor da competitividade que, efetivamente, fazem sombra para muita gente.

Entendemos o conceito de trabalho não apenas na sua dimensão econômica. É preciso ir um pouco além para entendê-lo também enquanto dimensão de afetividade e sociabilidade em que os trabalhadores mantêm laços e redes sociais que não se inserem numa lógica estritamente econômica. O trabalho não é constituído só por estratégias de sobrevivência ou de cumprimento de dever moral, é também da promoção de vínculos sociais na sociedade e de criação e recriação do homem como ser social (MARX, 2004).

É pelo processo de trabalho que o sujeito transforma consciente a natureza e transforma a si mesmo, é o caráter “criador”, como afirma Vázquez (1997, p. 248) nesse processo criativo, que parte de suas necessidades recria o mundo e atende suas necessidades objetivas e subjetivas. As necessidades objetivas se referem a criação de bens de sobrevivência como comer, casa para morar, roupas, entre outros e as subjetivas são lazer, artes plásticas, música e a própria busca da felicidade.

1.3 Empreendedorismo e as mulheres

Uma profissão se define como atividade econômica destinada a assegurar a manutenção da vida. Claus (1994, p. 16) “defende que do ponto de vista técnico do trabalho, caracteriza-se como um conjunto de habilidades, adquiridas mediante certa aprendizagem, seja de que gênero for”.

A partir do século XVI começou o surgimento das feiras internacionais, seus precursores foram a Antuérpia, Frankfurt, Lyon e outros mais.⁹ Os europeus desbravavam o mundo por meio de suas grandes navegações invadindo continentes, assim foram se formando colônias e o empreendedorismo foi se consolidando ainda de uma forma bem rudimentar. Nessa época esse ramo de atividade denominava-se mercantilismo, e ao longo dos séculos foi se acumulando conhecimentos e experiências, e assim o mercantilismo que cresceu até chegar aos dias de hoje no empreendedorismo.

Complexos empresariais foram erguidos em uma época onde não havia experiência ou regras que pudessem ser usados como orientação para a tomada de decisão, mas entre erros e acertos os personagens da época criaram uma vida econômica no Brasil nos últimos dois séculos, da primeira republica ao golpe militar de 1964. Marcovitch, (2006, p. 16) diz que “esses pioneiros enfrentaram literalmente, ruas de terra, epidemias, pragas, bondes puxados a burro e navios a vela”. Fizeram os caminhos mais difíceis possíveis, mas foram enfrentados e vencidos pelo ímpeto empreendedor que os desafiava. Cada geração busca novas soluções para enfrentar as dificuldades e realizar seus sonhos. E é nas incertezas e no desejo de dar certo que se afirmam a capacidade inovadora do pioneiro e o pensamento criativo do empreendedor.

Na visão de Marcovitch (2006, p. 42) o “empreendedorismo no Brasil inicia-se a partir do século XVII quando os portugueses perceberam a imensidão e o grande potencial de exploração do território brasileiro,” foi desde então que começaram a ocupar as terras brasileiras distribuindo-as aos cidadãos portugueses que sua grande maioria veio da região dos açores. Dentre esses homens estava Irineu Evangelista de Sousa, mais conhecido como *Barão de Mauá*. Para a época um empreendedor ousado, foi responsável pela fabricação de

⁹ Ver Marcovitch (2006).

caldeiras de máquinas a vapor, engenhos de açúcar, guindastes, prensas, armas e tubos para encanamento de água. Foi responsável também por empreendimentos de destaque como a organização de companhias de navegação a vapor no Rio Grande do Sul e no Amazonas, implantação da primeira ferrovia brasileira, entre Petrópolis e Rio de Janeiro no ano de 1852, implantou também uma companhia de gás para iluminação da cidade do Rio de Janeiro no ano de 1854, e também não menos importante a primeira rodovia pavimentada do país entre Petrópolis e Juiz de Fora, em 1856. Para a época sua façanha foi tão notável que ainda hoje é reconhecido como um dos primeiros empreendedores do Brasil.

Marcovitch (2006, p. 46) conta que no decorrer do século XX outros empreendedores também contribuíram para a história brasileira como: *Samuel Isaac Benchimol* é um exemplo de que um grande empresário pode ser também um grande intelectual. Era professor emérito da Universidade do Amazonas onde lecionou por mais de meio século, foi o fundador do grupo Benchimol, do qual faz parte a Bemol e Fogás. O grupo inclui também outras empresas voltadas para o comércio exterior no ramo de distribuição de gás de cozinha até lojas de departamento.

Marcovitch (2006) destaca também *Roberto Marinho* que é outra figura importante dentro do empreendedorismo. Em 1965, aos 61 anos, faixa etária em que tantos brasileiros estão se aposentando, criou a TV Globo no Rio de Janeiro, núcleo inicial de uma rede que quatro décadas mais tarde iria cobrir 99,84% dos 5043 municípios brasileiros. No início de 2005, suas 113 emissoras, entre geradoras e afiliadas, dominavam 74% da audiência no horário nobre. Suas novelas e programas encantavam 60 milhões de telespectadores brasileiros e outros 70 milhões espalhados por 130 países. Era proprietário também do jornal O Globo, o segundo em circulação no país, e da cadeia de rádios Globo. Dono de uma fortuna pessoal que, até o momento de sua morte, em seis de agosto de 2003, era estimada em um bilhão de dólares. Roberto Marinho foi o empresário mais influente do país.

O empreendedorismo tem sido visto como uma atividade que direciona a inovação e promove o desenvolvimento econômico. A gênese do pensamento sobre o empreendedorismo registra três visões sobre a expansão do fenômeno, a escola dos economistas, a dos behavioristas (comportamentalistas) e a dos precursores da teoria dos traços de personalidade.

De acordo com Swedberg (2000) uma das ideias mais significativas sobre empreendedorismo dentro das ciências sociais, foi traçada por Max Weber (1864-1920).

Weber, no último período de sua vida desenvolveu uma tipologia sociológica de análise voltada para uma sociologia econômica. A visão de Weber sobre o empreendedorismo é frequentemente identificada como a Teoria do Carisma. Sua principal contribuição é ter encontrado em sua análise um tipo ideal de ser humano, que faz as pessoas o seguirem por causa de sua virtude e personalidade extraordinária. Para Weber, o carisma teria funcionado como um importante motor de mudança durante os estágios iniciais da humanidade, o que se tornou menos importante na sociedade capitalista, já que as empresas devem gerar grandes lucros às forças de mercado, diferentemente das micro-empresas que geram pouco lucro. Na obra *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* Weber aborda o empreendedor e traz duas contribuições para o entendimento do empreendedorismo: primeiro, ele considera que houve uma mudança radical no conceito de trabalho a partir do advento da Reforma Protestante no mundo ocidental. Para ele a religião ajudou a desenvolver uma atitude positiva em direção à forma de ganhar dinheiro, o que facilitou a mudança geral de atitude em direção ao empreendedorismo.

O entendimento sobre do empreendedorismo e sua importância no desenvolvimento das nações, está de certa forma, exposta na teoria de Weber. O nosso foco neste estudo é o trabalho da mulher enquanto empreendedora e gestora de negócios. As mulheres têm desempenhado papel importante na sociedade como um todo, participando, ativamente, na geração de emprego e renda em nosso país. De acordo com Chiavenato (2007, p.9) “os empreendedores são cidadãos populares do mundo dos negócios. Fornecem empregos, introduzem inovações e incentivam o crescimento econômico.” Não são simplesmente provedores de mercadorias ou de serviços, mas fontes de energia assumindo riscos em uma economia em mudança, transformação e crescimento. São pessoas de todas as classes sociais que inauguram novos negócios por conta própria, dando sua parcela de contribuição ao desenvolvimento do país. É essa força vital que faz pulsar o coração da economia. Outra observação relevante é que para ser bem-sucedido, o empreendedor não deve apenas saber criar seu próprio empreendimento. Deve também saber conduzir para mantê-lo e sustentá-lo em um ciclo de vida prolongado e obter retornos significativos. Significa administrar, planejar, organizar, dirigir e controlar todas as atividades relacionadas direta ou indiretamente com o seu negócio.

Para Chiavenato (2007, p. 12) essas pessoas tem algo a mais que é o “espírito empreendedor, isto significa um envolvimento maior, uma mistura de emoção, paixão, impulso, inovação, risco e intuição”. Mas as pessoas devem também reservar um amplo

espaço para a racionalidade. O balanceamento entre aspectos racionais e emocionais do negócio é indispensável. Saber fixar metas e objetivos globais e localizar os meios adequados para “chegar lá”, da melhor maneira possível. Trata-se da elaboração de estratégias e métodos que garantam a gestão da empresa. O empreendedor precisa saber definir seu negócio, conhecer profundamente o cliente e suas necessidades, definir a missão e ter visão de futuro, formular objetivos e estabelecer estratégias para alcançá-los, criar e consolidar sua equipe, lidar com assuntos de produção, marketing e finanças, inovar e competir num contexto repleto de ameaças e de oportunidades. Um leque extenso. Uma corrida sem fim. Mas extremamente gratificante, uma adrenalina constante.

Chiavenato (2007, p. 16) assinala que “à sombra das grandes organizações empresariais que conduzem enormes negócios e cobrem amplos mercados, existe um emaranhado de pequenos nichos de negócios.” Esses negócios precisam ser rapidamente detectados, localizados e abocanhados por empresas de pequeno porte. São nichos que passam despercebidos a essas grandes organizações que não conseguem vislumbrá-los ou localizá-los em seus horizontes grandiosos. Trata-se de um mundo transpassado por constantes mudanças e transformações que ocorrem com velocidade crescente. Chiavenato diz ainda que “os pequenos negócios caracterizam-se pela enorme flexibilidade e facilidade nas manobras estratégicas e na mudança rápida em seus mercados, produtos e serviços”. É fato, as pequenas empresas possuem características específicas como agilidade, inovação e uma valorosa rapidez de resposta que são apreciadas pelas grandes corporações. Daí o fato de que muitas delas procurarem desdobrar-se em pequenas unidades estratégicas de negócios a fim de aproveitar as vantagens típicas das pequenas organizações. É o explica uma das participantes da pesquisa a saber:

Eu prefiro ter as três lojas pequenas do que uma grande, primeiro que grande você é muito visado. Mas o importante pra mim é que ficamos em pontos estratégicos e pegamos todos os serviços de reforma do governo e alguns da prefeitura e temos os clientes comuns também. Os hospitais tem que reformar direto, as cadeiras estragam muito e eles não compram tudo novo, tem as maracutaias. (Francisca Francinete, 55 anos, entrevista/2013).

Todos os dias surge um produto ou serviço novo que só os empreendedores percebem rapidamente que pode nascer daí um novo negócio. É assim que surge no mercado uma imensa variedade de pequenas e médias empresas, demonstrando a pujante vitalidade de nossa economia. Algumas estratégias são utilizadas para ingressar o mercado ou para manterem-se no mercado que seria “se desenvolver a partir das tecnologias duras (*hardware*). Isto é, há o

predomínio de um paradigma técnico científico marcado por inovações nas áreas de microeletrônica, biotecnologia, novos materiais, microcomputadores, informática, entre outros” (POCHAMNN, 2007, p. 45).

Nem sempre o sucesso e a estabilidade é cem por cento garantido. Muitas empresas desaparecem na mesma velocidade com que nascem. Mas, Francisca Francinete pode ser considerada um modelo de empreendedor de sucesso, que tem perspicácia, tem visão de futuro e sabe calcular os riscos. Quase sempre o problema não está no mercado nem no produto, mas na maneira improvisada de tocar os pequenos negócios, pois certos empresários não estão com um bom planejamento para gerir suas empresas. Some-se a isto os eventos econômicos como o fraco desenvolvimento do país ou recessão econômica, aquecimento ou desaquecimento econômico, renda per capita da população, Produto Interno Bruto (PIB) baixo, inflação, juros, preços, aluguéis, câmbio, balança comercial. Todas essas variáveis são importantes para qualquer negócio porque são indicadores da situação econômica do país. Queira ou não, essas variáveis influenciam poderosamente a estabilidade de um negócio e afetam direta ou indiretamente as empresas, independentemente de seu tamanho.

Para Chiavenato (2007, p.20) um negócio enfrenta “vários riscos, seja quanto ao capital empatado seja quanto ao tempo e ao esforço investido, principalmente quando sua aplicação pode resultar em possíveis perdas.” Risco significa possibilidade de perda, mas são necessários. Há vários tipos de riscos que atingem uma empresa como a obsolescência do produto, disputas trabalhistas, administração incompetente, forças extraordinárias (como fogo, inundações etc.) e dificuldade em competir vantajosamente. Adam Smith, o criador da moderna economia, já dizia no século XVII, que “há uma mão invisível do mercado que se manifesta por meio da competição”. É a lei da oferta e da procura que define como o mercado funciona. Ele queria dizer que algumas pessoas iniciam seus negócios e conseguem competir com mais sucesso que outras.

Para Greco (2010, p.27), no Brasil “o empreendedorismo ganhou forças e se popularizou a partir da década de 90 com a abertura da economia, que propiciou a criação de diversas entidades voltadas para o tema”. Antes disso, o termo empreendedor era praticamente desconhecido e a criação de pequenas empresas era limitada em função da conjuntura política econômica nada favorável ao mercado para pequenos empreendimentos. Hoje o empreendedorismo é fundamental para a geração de riquezas na medida em que promove e aprimora as condições de vida da população. É também um fator importantíssimo na geração de empregos e renda. Para Greco (2010, p.27) que ser levado em conta “diferentes

características relativas ao empreendedorismo, conforme o estágio do empreendimento, nascente ou novo, motivação, oportunidade ou necessidade, ocorrendo variações de acordo com o setor de atividade econômica, bem como com o gênero, idade, escolaridade e renda familiar”. De acordo com o presidente do SEBRAE, Luiz Barreto Filho,

Hoje as mulheres são cerca de 450 milhões trabalhando no empreendedorismo. De cada 100 empreendedor 45 são mulheres, com a lei do empreendedor individual a partir de 2007 muitas se legalizaram para facilitar sua vida na questão de compras de materiais e outras vantagens que a legalização proporciona. Nós do SEBRAE queremos contribuir cada vez mais para o crescimento das mulheres.¹⁰

Para Cramer et al (2012, p. 54) para as mulheres assumirem esta posição dentro do mercado teve que travar uma disputa acirrada por seu espaço e as relações de trabalho começam a criar novos significados. Foi necessário construir uma nova identidade, desconstruir estereótipos sociais e culturais e “transpor barreiras, principalmente de natureza psicológica, que ainda permanecem e que se mostram como as mais difíceis de serem superadas”.

A Global Entrepreneurship Monitor (GEM) é o principal órgão de dinâmica empreendedora no mundo, mais de 80 países participam deste estudo desde o seu início, em 1999. Os principais objetivos deste estudo consistem em medir a diferença entre o nível empreendedor entre os países que estão inseridos nesta pesquisa e descobrir os fatores favoráveis e limitantes à atividade empreendedora no mundo, identificando as políticas públicas que possam favorecer o empreendedorismo nos países envolvidos. E pelo 10º ano seguido, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) é parceiro da GEM na realização da pesquisa no Brasil. Neste período, as Micros e Pequenas Empresas (MPEs) brasileiras se consolidaram como elementos fundamentais para o crescimento econômico do país, gerando emprego e renda para a população. O papel de destaque na economia ganha ainda mais força com a entrada em vigor da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, em 2007, e da Lei do Empreendedor Individual, em 2008. Essas Leis são decisivas para impulsionar o empreendedorismo no Brasil.

A Global Entrepreneurship Monitor (GEM) e o Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade (IBQP)¹¹ em pesquisa concluíram que a crise econômica não abalou o

¹⁰ <http://www.sebraemercados.com.br/?p=20262>

¹¹ Ver instituto brasileiro de qualidade e produtividade. disponível < [www. www.ibqp.org.br/gem](http://www.ibqp.org.br/gem) > em: 09/01/2012.

empreendedorismo no Brasil em 2010. A Taxa de Empreendedorismo em Estágio Inicial, (TEA), é a proporção de pessoas na faixa etária entre 18 e 64 anos envolvidas em atividades empreendedoras na condição de empreendedores de negócios nascentes ou empreendedores à frente de negócios novos. Ou seja, com menos de 42 (quarenta e dois) meses de existência foi a mais alta desde o início da realização da pesquisa no país há 11 anos. Isso demonstra uma tendência de crescimento do empreendedorismo motivado pela oportunidade que volta a ser maior que o dobro do empreendedorismo por necessidade. Isso é muito animador, pois o empreendedor tornou-se mais um ator do crescimento econômico e do desenvolvimento de nossa nação. Sua atuação se reflete nas transformações econômicas, sociais e ambientais da sociedade e é responsável direta pela evolução e bem-estar do cidadão. No entanto, apesar da clara vocação de nossa gente ao empreendedorismo, a pesquisa GEM mostra que a inovação ainda é incipiente no seu dia a dia, mesmo com toda a evolução nos últimos anos. As empresas brasileiras precisam vencer a barreira da inovação.

O presidente do conselho deliberativo do IBPQ Rodrigo da Rocha Loures, acredita que “a cidade é o lugar de empreendedores e seus negócios, a possível ideia de se criar espaços inovadores nas cidades é a melhor forma também de criarmos ambientes propícios ao florescimento de novas empresas no País”. Este é o grande desafio, criar ambientes inovadores para as empresas se expandirem num futuro próximo. De acordo com a GEM no Brasil a TEA de 2010 de 17,5%, comprova a tendência de crescimento da atividade empreendedora, considerando a população adulta brasileira de 120 milhões de pessoas. Isto significa que 21,1 milhões de brasileiros estavam à frente de atividades empreendedoras no ano de 2010. Em números absolutos apenas a China possui mais empreendedores que o Brasil, a TEA chinesa de 14,4% representa 131,7 milhões de adultos à frente de atividades empreendedoras no país. Em todos os anos o Brasil mantém uma TEA superior à média dos países amostrados na pesquisa GEM, que foi de 11,7% em 2010.

Dos 59 (cinquenta e nove) países que participaram da pesquisa o Brasil ficou na 10ª posição em porcentagem da população adulta com alguma atividade empreendedora. A TEA média brasileira de 2002 a 2010 é de 13,38%. O crescimento da TEA em 2010 é resultado do maior número de empreendedores de negócios novos. Essa categoria de empreendedores vem apresentando um constante crescimento desde 2005. A GEM revela que o empreendedorismo por oportunidade é mais benéfico para a economia dos países. Aqui os empreendedores iniciaram o seu negócio por vislumbrarem uma oportunidade no mercado para elevar sua qualidade e condição de vida. Mas, também, existem pessoas que empreendem pela falta de

melhores alternativas profissionais. São os empreendedores por necessidade. Mesmo o empreendedorismo por necessidade pode gerar oportunidades de negócios e se transformar em empreendimentos por oportunidade. No Brasil a cada dois empreendedores por oportunidade corresponde a um por necessidade. A pesquisa de 2010 revela que entre os empreendedores por oportunidade 43% o fizeram pela busca de maior independência e liberdade na vida profissional; 35,2% pelo aumento da renda pessoal; 18,5% apenas para a manutenção de sua renda pessoal, enquanto 3,3% citaram outros motivos, ou seja, 78,2% vislumbram uma oportunidade de aprimorar a vida com o negócio que estão abrindo. Luiz Silva Baretto Atual presidente do SEBRAE informa que,

O governo está oportunizando mais condições para o pequeno empreendedor e, eu, acredito que o desemprego vai cair mais ainda. Há muitas oportunidades novas é só procurar o Sebrae e se informar melhor tanto os que já são empreendedores, como os que querem sem ainda.¹²

De acordo ainda com a pesquisa GEM o “empreendedorismo por necessidade está mais suscetível à conjuntura econômica, por isso tende a diminuir quando aumenta a oferta de emprego.” Em 2010 houve uma diminuição da taxa de desemprego acompanhada do aumento dos trabalhadores formais na economia nacional. Muitos brasileiros que seriam “arrastados” ao empreendedorismo por necessidade encontraram um emprego. Isto mostra que há maior probabilidade de surgirem mais empreendedores por oportunidade. Para o mercado este é um fator positivo por serem estes mais preparados e vocacionados para se aventurar no mundo dos negócios.

A pesquisa GEM revela que a mulher brasileira é empreendedora. Ela se “atira” ao mundo dos negócios, embora ainda não tenham ultrapassado o índice de homens neste tipo de trabalho. Essa pesquisa da GEM mostra que apenas em Gana as mulheres atingiram TEAs mais altas que os homens em 2010. As mulheres investem no empreendedorismo pela mesma razão que os homens, ou seja, visando o sustento de si mesmas e de suas famílias, procurando também encontrar um significado para suas vidas com uma carreira e ter independência financeira. Também em 2010, entre os empreendedores iniciais, 50,7% são homens e 49,3% mulheres, havendo, pois, um equilíbrio entre os gêneros no empreendedorismo no país. Entre os 21,1 milhões de empreendedores brasileiros, 10,7 milhões pertencem ao sexo masculino e 10,4 milhões ao feminino. Observe-se que as mulheres estão consolidando posições e conquistando novos espaços relevantes na sociedade e na economia. “Atualmente 37,3 dos

¹² <http://www.sebraemercados.com.br/?p=20262>

lares brasileiros são sustentados por mulheres. No mercado de trabalho as mulheres ocupam 42% das vagas e bravamente enfrentam muitos obstáculos no seu dia a dia”. Além de cumprir dupla, às vezes tripla jornada, as pesquisas mostram que as mulheres recebem em média, 35% a menos de salário do que os homens e levam mais tempo para ser promovidas. (IBGE, 2010).

Para Greco (2010, p. 77) “no mundo da política a representação feminina ainda é pequena mesmo tendo uma mulher na presidência do país. Até o ano de 2010 somente 13% dos governadores são mulheres, 8% dos prefeitos, 9% dos deputados federais, 12% dos senadores, 11% deputados estaduais e 12% dos vereadores brasileiros pertencem ao sexo feminino”.

A equidade de gênero é um fator que precisa ser alcançado mais rapidamente. Mas, essa equidade não vai ocorrer naturalmente. No Brasil, ainda demandará muita luta das mulheres, posto que a nossa sociedade é fortemente patriarcal (COSTA, 2005). Não obstante a isto, deve-se reconhecer que as brasileiras estão entre as mais empreendedoras do mundo, milhares delas comandam seus próprios negócios. De acordo com Brucschini e Lombardi (2007, p. 48),

Além dessas transformações demográficas, mudanças nos padrões culturais e nos valores relativos ao papel social das mulheres alteraram a identidade feminina, cada vez mais voltadas para o trabalho remunerado. Ao mesmo tempo, a expansão da escolaridade e o ingresso nas universidades viabilizam o acesso das mulheres a novas oportunidades de trabalho.

Quando se fala de empreendedorismo a ideia que se remete mais particularmente é a criação de empresas, que é uma peça chave no desenvolvimento da economia de uma sociedade. Por isso este campo de atuação é muito promissor para as mulheres num país que ainda está engatinhando na geração de renda por parte de empresas inovadoras e competitivas.

As mulheres tem um problema sério com relação à liberação de crédito nas instituições financeiras em alguns países, inclusive no Brasil. Greco (2010, p.81) lembra-nos da atitude do admirável economista bengalês, Muhammad Yunus, vencedor do prêmio Nobel da Paz, fundador do Grameen Bank em 1976, “que acreditou na capacidade das mulheres, conseguiu retirar milhões de pessoas da pobreza extrema viabilizando o empreendedorismo através de pequenos empréstimos produtivos concedidos somente às mulheres”. Yunus acredita que, além de empreendedoras, elas são altamente responsáveis pela sobrevivência das suas famílias e boas pagadoras. Este banco popular conta com mais de 7 milhões de clientes em Bangladesh. Essa experiência do Grameen Bank que muitos consideraram exitosa deu

certo e demonstrou como realmente as mulheres são capazes e comprometidas com as responsabilidades que assumem. Demonstra também como é importante criar sistemas de crédito facilitado e projetado para mulheres. As empreendedoras brasileiras acreditam que o Brasil trilhe esse exemplo de sucesso, pois milhares de gestores públicos e privados em todo o país estão convencidos de que o desenvolvimento econômico sustentável do Brasil só será alcançado quando for amplamente apoiado por uma sociedade empreendedora.

No atual momento brasileiro em que o país é governado por uma mulher as esperanças de milhões de mulheres empreendedoras de todo o país foram renovadas. Dentro desse novo contexto as empreendedoras brasileiras têm grande expectativa em relação às criativas e positivas ações governamentais em favor de uma categoria feminina de classe média que busca construir o seu espaço no setor produtivo.

As taxas da pesquisa GEM mostram que o empreendedorismo no Brasil situa-se entre as mais altas quando comparadas ao grupo completo de países, subgrupos de regiões ou estágio econômico. Esse fato extremamente positivo tem entre suas principais bases a mentalidade e atitude de uma sociedade representada por uma classe trabalhadora capaz de alavancar a economia de seu país com seus próprios esforços. Trata-se de indivíduos capazes de reconhecer oportunidades de negócios e que acreditam na sua própria capacidade e habilidades para explorar tais oportunidades. Além disso, se a atitude geral de um país em relação ao empreendedorismo é positiva, o Estado brasileiro propiciará o suporte para a atividade empreendedora em seus aspectos primordiais como disponibilidade de recursos para alavancar esta atividade promissora (IBPQ, 2009).

CAPÍTULO II – A FEMINIZAÇÃO DO EMPREENDEDORISMO NA SOCIEDADE RORAIMENSE

2.1 As mulheres e suas experiências empreendedoras

A trajetória de luta das mulheres em defesa de seus direitos, segundo Cruz (2012) está entrelaçada às lutas dos trabalhadores, pois historicamente elas sempre estiveram limitadas a um ambiente doméstico e a um código moral da sociedade patriarcal.

As primeiras mulheres a lutarem pelos seus direitos foram as Sufragistas que lideraram a luta pelo voto e pela educação para as mulheres. O movimento foi liderado por Jerônima Mesquita, que lutou na I Guerra Mundial e foi voluntária da Cruz Vermelha e ao regressar ao Brasil juntou-se as companheiras Stela Duval e Bertha Luz, e juntas fundaram, em 1922, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF). Jerônima Mesquita também fez parte da fundação do Conselho Nacional das Mulheres do Brasil (CNMB). Como parte das conquistas dessa fundação está o direito ao voto e a fundação do hospital para acolhimento às gestantes pobres (Pró-Mater).

A Carta da Organização das Nações Unidas - CONU no ano de 1945, inseriu o princípio da igualdade entre homens e mulheres, mas no que pese essas medidas sabe-se que não se muda o modo de pensar por imposição de normas. Desta forma as mulheres continuaram suas lutas por participação político-econômica de forma igualitária. (CRUZ, 2012)

Hirata e Segnini (2007, p. 29) argumentam que a inserção da mulher como força produtiva ainda é vista como uma condição secundária, pois

Quando o homem (por definição é o provedor principal/exclusivo) não pode cumprir esse papel, devido a uma situação de crise econômica, desemprego, diminuição de sua remuneração, doença, incapacidade física temporária ou definitiva, ou outro tipo de infortúnio; quando se trata de um lar no qual a figura masculina está ausente (por morte, separação, etc.), e a mulher, por falta de alternativa, assume o papel de provedor.

Como consequência desse tipo de inserção o papel desenvolvido pela mulher também se torna secundário, instável e complementar a renda da família. Mas, este quadro está mudando e segundo os cálculos da Comissão Econômica para a América Latina – CEPAL (HIRATA; SEGNINI, 2007, p. 39) “cerca de um terço da renda total dos lares urbanos em que ambos os membros trabalham provém da renda da mulher. Em um quarto desses lares a mulher contribui com 50% ou mais da renda total do lar”.

Constata-se que a participação das mulheres no mercado de trabalho é cada vez mais crescente e em termos de empreendedorismo há projeção otimista que venham a atuar de forma equilibrada. A trajetória do ingresso da mulher como força produtiva no mercado de trabalho veio acompanhado não só pela necessidade de o capitalismo dispor de uma mão de obra mais barata e aplicada, mas também para buscar romper com uma hegemonia de discurso no qual reforça que a mulher era uma força de trabalho só doméstica. Para Cavedon (2012, p. 237) “O espaço laboral mostra-se como um espelho onde essas características se refletem. A competição no mundo do trabalho ganha matizes e proporções variadas, sendo a dualidade de gênero umas das possibilidades de enfrentamento e/ou cooperação”.

E foi em meio a esse mundo competitivo e na luta por romper com o *modus operandi* que as mulheres ingressam no empreendedorismo. Na opinião de certos empresários as “remunerações mais baixas das mulheres se devem basicamente à sua disposição de ganhar menos que os homens” (ABRAMO, 2007, p. 31).

Acompanhar o posicionamento de uma população com relação ao tema de empreendedorismo nos permitiu analisar o nível de disposição dos indivíduos em relação ao tema e o seu potencial para empreendê-lo. Quando indivíduos são capazes de reconhecer as oportunidades de negócios no ambiente em que atuam e de perceber que possuem capacidade para explorá-las, toda a sociedade é beneficiada, seja com o aumento da criação de ocupações, seja com o aumento da riqueza do país e sua distribuição.

O empreendedorismo, bem como o perfil empreendedor e as razões que levam ao ato de empreender são assuntos que muitos pesquisadores se debruçam atualmente principalmente na área da administração. As razões de sucesso de alguns empreendimentos e as variáveis que influenciam o processo de empreender geram a cada dia novas variáveis e novos modelos a serem estudados. Deve ser considerado também o campo dos economistas, as ideias de Schumpeter, que realmente deram início ao empreendedorismo, através de sua

associação visível com a inovação, considerando que o capital sempre encontra novas formas de utilização dos recursos deslocando os empregos tradicionais para novos tipos de empreendimentos (SCHUMPETER, 1942). Schumpeter também contribui para o desenvolvimento econômico, mostrando a importância dos empreendedores nesse contexto, compreendendo o papel do empreendedor como motor do sistema econômico, sinalizador de oportunidades, idealizador de negócios, criador de empreendimentos, e como aquele que assume riscos. (ALVES, 2008).

A habilidade de uma visão empreendedora parece conferir liderança e confiança ao empreendedor. De acordo com Filion (1991, p.12) “a rede de contatos parece ser o fator mais influente para explicar a evolução da visão. A família, por exemplo, certamente moldará os tipos de visão inicial que um empreendedor possa vir a ter”. Nessas relações as mulheres se destacam porque elas têm uma capacidade maior de criar relações fortalecidas e são rápidas na arquitetura de uma ideia oportunizada por essas relações. Quanto mais articulada for a sua visão, maior será sua influência na escolha para o estabelecimento de um sistema de relações.

Analisar a independência da mulher Raposo e Astoni (2007, p. 36) ressaltam que foi importante a iniciativa das mulheres em reivindicar seus direitos, mas essas atitudes vieram acompanhadas de muitas responsabilidades, vejamos:

As condições de independência adquiridas pela mulher vão além da Revolução Feminista de 1969, quando várias mulheres protestantes queimaram peças íntimas em praça pública. A atual conjuntura econômica empurra a mulher a auxiliar nas questões financeiras da família, tornando-se, muitas vezes, a chefe da casa.

Mussak (2004) faz a comparação dizendo que a Revolução dos sexos está para as mulheres hoje, assim como a Revolução Industrial se deu para os homens no século XX, no sentido em que se na Revolução Industrial o homem passou a ter garantido alguns direitos como trabalhador assalariado, a Revolução dos sexos representa para as mulheres saírem do estagio de inferioridade em relação aos homens e ter garantido os mesmos direitos sociais.

Na realidade a contribuição das mulheres com a renda familiar não iniciou com seu ingresso no mercado formal, elas foram ingressando como força de trabalho bem antes, como costureiras, lavadeiras, domésticas, bordadeiras, confeiteiras, etc. Era como se trabalhar em casa permitisse estar mais ‘segura do mundo lá fora’ e mais perto dos cuidados da casa. Mas esse tipo de trabalho era tido como de menor importância principalmente pelo fato de não ter agregado mais-valia.

A última amostra por domicílio do senso do IBGE (2010) indica que as famílias chefiadas por mulheres aumentaram de 22%, no ano de 2000, para 37% em 2010. Essa elevação do índice no mercado de trabalho apesar de ser fruto de um novo olhar sobre a situação da mulher também veio acompanhada do aumento das tarefas, pois normalmente as mulheres antes de saírem para o trabalho, acordam sempre mais cedo para preparar o café da família, arrumar os filhos para irem à escola, deixar comida pronta, arrumar a casa, entre outros. Quando se trata das atividades escolares frequentemente são as mulheres que estão mais presentes participando das reuniões e acompanhando as lições de casa.

Uma das grandes dificuldades enfrentadas pelas mulheres trata-se da maternidade, considerando que o ser humano é o animal que tem a infância mais longa, esse período é praticamente colocado sob a dependência da mãe, primeiro pela necessidade de aleitamento e depois pelos vínculos afetivos que se estabelecem entre a criança e a mãe, mas independente das condições objetivas que são impostas pelo contexto as mulheres têm se destacado e tem avançado como profissional.

O fator que impulsionou esta revolução foi simplesmente a competência das mulheres de acordo com dados do Endeavor Empreendedorismo (2008). A partir dos anos noventa constata-se que ocorreram algumas mudanças significativas, pois enquanto a renda média dos homens aumentou só 19%, a das mulheres aumentou 43%.

Com isso as mulheres que antes eram economicamente dependentes dos maridos para tudo, hoje desejam mais do que um casamento ou a constituição de uma família. Elas buscam uma identidade pessoal que inclui estilo de vida, não mais se submetendo ao que lhe é imposto, e sim buscando independência por meio do seu trabalho, sua própria conquista para traçar e definir seu próprio caminho, expressando sua capacidade e sua força de vontade (MACHADO, 2002).

Indiscutivelmente o empreendedorismo é uma alternativa valiosa para promover a inserção de mulheres no mercado de trabalho, visto que este ainda mantém sua característica predominantemente machista, impondo barreiras à ascensão feminina na carreira.

As mulheres empreendedoras vivem uma mistura de sentimentos contrastantes de medo, preocupação e prazer de vitória por terem assumido uma postura assertiva, sentindo-se vencedoras, não porque chegaram a um objetivo desejado, mas porque se construíram em meio a processo de busca de si, dando significado às suas vidas. Recuperaram sua autoestima

e, hoje, têm orgulho de sua criatividade e afirmação dos próprios valores. As empreendedoras valorizaram a autonomia e a independência, fatores associados à liberdade, têm iniciativas para criar e desenvolver ideias, possibilitando imprimir ao trabalho sua marca pessoal como nos relata uma entrevistada atuante no comércio:

A independência, a satisfação de ser a dona de meu próprio nariz é uma coisa muito, muito, muito boa é impagável tirando o nascimento das minhas filhas, considero hoje a melhor coisa que aconteceu na minha vida é extremamente gratificante ser empreendedora, adoro essa palavra, ela me remete a algo ligado a criatividade. O mais importante nisso tudo é que eu tenho a iniciativa de fazer as coisas com a liberdade de ser na hora que eu quero e da forma que eu quero, posso gerenciar da minha maneira. (Eliene Araujo – Analista do SEBRAE, entrevista, 2013)

De acordo com a pesquisa de Sophia Mind (2013) as mulheres estão empreendendo e investindo em seus sonhos. O empreendedorismo tornou-se parte importante na vida feminina, já que, muitas mulheres optam por abrir seus negócios para conseguir conciliar família e carreira. As mulheres não se permitem ser razoável em nenhum aspecto da vida, quer ser melhor profissional, esposa, mãe, filha e amiga. Ainda de acordo com a pesquisa, 71% das profissionais não abririam mão de cuidar da saúde e 60% delas exigem de si mesmas momentos de prazer com a família. O mundo corporativo delimita algumas ações, interfere diretamente no tempo dedicado à família e acaba por não atender aos anseios das mulheres, principalmente, daquelas que têm filhos pequenos ainda. Por conta disto e do ambiente hostil, elas buscam o empreendedorismo como uma opção interessante para construir as suas carreiras e ainda serem mães. É importante enfatizar que uma mulher empreendedora trabalhar muito, porém, tem flexibilidade com horários para suas necessidades pessoais como nos conta Paula, outra mulher ouvida na pesquisa:

Acredito que faço a coisa certa, não me sinto culpada por trabalhar muito e dividir o meu tempo entre família e trabalho, até porque sou separada e sou o homem e a mulher da casa. Tenho 33 anos e acho que pra minha idade já conquistei muita coisa, já concluí uma faculdade, tinha três lojas, vendi uma porque era de roupas e percebi que era melhor trabalhar com os mesmos produtos e em vez de três que me geravam mais gastos, ampliei e melhorei as duas do mesmo segmento. Acredito que tenho quase tudo que quero para minha vida, estou estabilizada profissionalmente, tenho meus filhos que amo, sou uma mulher feliz e realizada pra ficar completo só falta um novo amor. (Eliene Araújo-Analista SEBRAE, 33 anos, entrevista/2013).

As mulheres estão há muito tempo no mercado de trabalho desde as indústria têxteis e alimentícias anterior à Revolução Industrial de 1859, já que o capitalismo obrigou a toda a família a vender a sua força de trabalho. A crescente inserção das mulheres no mercado de trabalho foi ocorrendo, ao longo da história, em face das necessidades em manter a família sozinha para muitas delas em razão da elevação do nível de consumo para outras, entre outras causas, o que tornou extremamente necessária a renda das mulheres (IPEA, 2010).

Com uma população de 193 milhões de habitantes, o Brasil tem um grande contingente de talento nas mulheres que se destacam nos negócios e que contribuem, efetivamente, com o desenvolvimento do país. Muitas mulheres empreendedoras não expandem mais os seus negócios em razão dos custos altos dos impostos que o país exige. É o que relata presidente da associação das costureiras, a saber:

Eu tenho uma preocupação muito grande com as contas da empresa como impostos, encargos que são muitos é muito difícil trabalhar na legalidade, da vontade de trabalhar na informalidade, com uma coisa menor. Vou falar a verdade se eu for pagar tudo direitinho fico no vermelho, ainda mais em uma cidade como a nossa, que só tem dinheiro quinze dias no máximo durante o mês. Mas mesmo assim prefiro ter o meu negócio a trabalhar para os outros. (Francisca Lopes, 52 anos, entrevista/2013)

De acordo com Angerami (2012), a carreira de uma mulher passa por, no mínimo três grandes mudanças geralmente a cada dez anos, isso não quer dizer que cada uma delas represente um mar de tranquilidade. “Os desafios são constantes e exigem sempre movimentos rápidos para um alinhamento profissional e pessoal” (ANGERAMI, 2012, p. 46). Isto exige foco na própria carreira. Para a autora, o foco na carreira envolvem desafios e questionamentos que a experiência demonstra como os mais comuns em sete etapas cronológicas da vida feminina, que são: dos 17 aos 21 anos. Nesta fase a pessoa pergunta a si mesma – O que vou ser, que profissão eu quero. É a fase das dúvidas; dos 22 aos 28 anos elas comparam sonho e realidade consigo mesma e dos 29 aos 35 anos é o período de competitividade, a corrida pela estabilidade, definição; dos 36 aos 42 anos está entre a razão e a emoção, a hora da verdade; dos 43 aos 49 anos é o momento de alinhar os valores em busca do equilíbrio total pessoal e profissional; dos 50 aos 58 anos é a aposentadoria, e trabalho novamente pode ter uma segunda carreira – novas escolhas de volta ao futuro. (FONTE)

Dentro do universo do empreendedorismo algumas mulheres têm se destacado, entre elas Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues, 58 anos, de Franca – São Paulo, mãe de três filhos, que começou a trabalhar com 12 anos na Magazine Luiza. A empresa foi fundada pelos

Tios de Luiza Trajano Donato e Pelegrino José Donato, em Franca – São Paulo. Hoje é uma Rede com lojas em sete estados brasileiros: São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e tem mais de 21 mil funcionários distribuídos em 613 lojas, em 430 cidades. Estas lojas faturaram em 2010, R\$ 5,3 bilhões. Recentemente Luiza Helena foi convidada pela presidenta Dilma Rousseff para assumir a Secretaria da Micro e Pequena Empresa, como não aceitou o cargo foi nomeado o Vice-Governador de São Paulo, Guilherme Afif.

Luiza Helena Trajano é sobrinha dos fundadores, ela ingressou na empresa e trabalhou em todos os departamentos. Quando a empresa criou um *holding* tornou-se diretora – superintendente até tornar-se superintendente. Foi pioneira na criação das Lojas Eletrônicas Luiza e foi também a idealizadora da Liquidação Fantástica, com 70% de desconto nos produtos, que acontece sempre no início do ano. Em termos de expectativas afirma que “deseja que a Magazine Luiza continue crescendo, sem perder sua alma”.¹³

Outra empreendedora de sucesso é a Josefa de Araújo que adotou o nome de Sylvia Design, considerada uma estrela dos canais de oferta na TV, tem um perfil irreverente nas propagandas de móveis que leva seu nome e tem o objetivo de atingir os públicos A e B. De origem simples, ela vem de uma cidade com 21 mil habitantes do interior do Ceará, município de Barros.

A Rede Sylvia Design Prime, tem apenas oito anos de criação, mas já tem cinco lojas em São Paulo. Apesar de ter estudado só até a oitava série da educação básica e nunca ter assistido palestras sobre vendas, trabalhou 14 anos como gerente em uma das lojas e as vendas aumentavam 40% quando ela aparecia na mídia. Além dos anúncios em TV, também investe em rádio, internet e anúncios no metrô.

Seu primeiro emprego foi como empacotadora da sessão de brinquedos. Com a certeza de que precisava ser notada, ela fazia mais do que esperavam de sua função. Limpava chão e prateleiras, arrumava os plásticos rasgados de bonecas e carrinhos, conferia os pacotes, cumprimentava as pessoas com um sorriso, tratamento que hoje também exige de seus funcionários. “Sempre trabalhei com cabeça de patroa, nunca de empregada. E sou uma

¹³ Pequenas Empresas e Grandes Negócios. Exemplo para todas as gerações. Revista *on line* disponível em: <http://revistapegn.globo.com/Revista/Common/0,,EMI271994-18512,00-EXEMPLO+PARA+TODAS+AS+GERACOES.html>. Acesso em junho de 2013.

máquina de vender. Sou incansável”.¹⁴ Trabalhou em duas outras empresas de móveis até abrir sua própria loja.

Essas experiências bem sucedidas de mulheres empreendedoras representam não só a sua capacidade de se destacar no mundo da economia, mas também imprime uma forma diferente de gerenciar, em que o ser humano é o centro das ações, respeitando as diferenças individuais e acima de tudo elevando a autoestima dos funcionários.

Eccel e Alcadipani (2012, p. 62) ao analisar a exclusão das discussões sobre gênero afirmam que os teóricos da chamada administração científica como Tylor, Weber, Mayo e Maslow excluíram, conscientemente, de suas teorias, pois o “projeto epistemológico em que se sustentam reduzia toda diferença a uma interferência, ou seja, a um padrão desviante que precisava ser excluído do sistema”. Luiza Trajano e Sylvia Design conseguiram romper com esse paradigma no qual o gerenciamento era considerado coisa de homem. Elas conseguiram quebrar com a ordem simbólica de divisão sexual do trabalho ao assumirem um espaço que foi considerado como espaço do homem.

O crescimento da participação das mulheres no que se refere à educação, política ou trabalho vem produzindo mudanças sociais significativas, sobretudo, no que diz respeito ao mercado de trabalho, à sexualidade e à família. Pode-se dizer que tais mudanças são, em geral, reflexos das lutas e reivindicações das mulheres pela igualdade de direitos, fato que se tornou legitimado, não só através do Movimento Feminista, que – sob a denominação inicial de “estudos de mulheres” e posteriormente “estudos de gênero” – proporcionou-lhes visibilidade, denunciou as condições de desigualdades, rejeitou a explicação de subordinação via determinismo biológico e atestou as diferenças e desigualdades como construção social. (CRUZ, 2012, p. 192).

Luiza Trajano e Sylvia Design foram capazes de subverter a ordem da subordinação e fazem parte das estatísticas dos 30% de mulheres que presidem empresas. Ambas têm uma trajetória que partiu de uma cidade do interior e que não abriram mão de seu crescimento pessoal e conseguiram romper com a “segregação, discriminação e desigualdades” (Idem, 2012, p. 202).

A pesquisa desenvolvida por Cramer et al (2012, p. 68) demonstra que as mulheres analisadas enfrentam,

¹⁴ Jornal da Tarde. Disponível em: <http://blogs.estadao.com.br/jt-seu-bolso/conheca-a-historia-da-sylvia-design/> acesso em junho de 2013.

Além das barreiras comuns ao desempenho de qualquer atividade empreendedora, a cobrança por parte das pessoas envolvidas com os seus empreendimentos. Neste caso, elas destacam que o seu próprio desempenho atua no sentido de superar tais cobranças. Outro tipo de barreira enfrentada é a cobrança familiar, devido à concorrência da atividade laboral com a dedicação à família. Este fato e que é responsável por um sentimento de culpa por terem que abdicar, muitas vezes, do convívio familiar, antes como o único ambiente em que podiam interagir.

Mas, mulheres como Luiza Trajano e Sylvia Design são representantes das lutadoras que conseguiram construir uma nova identidade de mulheres empresárias e da imagem de mãe que participam ativamente na renda familiar e que conseguiram se libertar dos padrões rígidos do mundo androcêntrico.

2.2 O comércio como experiência de empreendedorismo feminino

As pesquisas realizadas pelo GEM (2012) que verificam a taxa de desenvolvimento do empreendedorismo considerando as características demográficas, de gênero, renda e faixa etária revelam que os homens (16,2%) são os empreendedores as mulheres (14,7%). Os dados indicam ainda uma supremacia dos homens sobre as mulheres no mercado de trabalho e essa supremacia se dá pelas próprias condições de mercado que ainda favorecem aos homens. Para Laufer (2013, p. 130) é resultado da falta de “políticas sociais e familiares, a legitimidade de da intervenção pública para permitir às mulheres ‘conciliar’ trabalho remunerado e não remunerado variou e da mesma maneira variou o espaço de um objetivo de igualdade entre homens e mulheres”.

Em países europeus como Inglaterra, Alemanha, França e Holanda foram tomadas medidas que permitiram compensar as desigualdades laborais entre homens e mulheres por meio da criação da meia jornada de trabalho (LAUFER, 2013). No Brasil, a homologação da licença maternidade de seis meses foi um passo importante, porém muitas lutas ainda precisam ser conquistadas como a popularização de creches nas empresas, escola em tempo integral, são exemplos de medidas de políticas públicas que podem diminuir as desigualdades no mercado de trabalho.

Quando a análise é realizada por região (Norte), em termos estatísticos, praticamente a diferença é mínima. Os homens representam 18,7% e as mulheres 17, 1% (GEM, 2012). Em se tratando do perfil empreendedor comparado por gênero, faixa etária e renda o relatório do GEM (2012, p. 13) indica que,

49,6% do total dos empreendedores iniciais são mulheres, sendo que as regiões Nordeste e Sul concentram maiores proporções de empreendedorismo feminino (51,8%); O maior percentual desses empreendedores por faixa etária concentra-se na faixa dos 25 aos 34 anos (33,8%), fato este que se repetiu em todas as regiões consideradas. [...] A proporção de empreendedores estabelecidos do sexo feminino é menor se comparada aos empreendedores iniciais do sexo feminino; No Norte e Nordeste, a faixa etária dos empreendedores estabelecidos tende a ser maior do que nas outras regiões consideradas.

Os dados acima, se comparados ao perfil do empreendedor em termos de gênero na região Norte a diferença não é significativa, pois o sexo masculino representa 50,9% e sexo

feminino 49,1% (GEM, 2012). Outro dado relevante é que “a proporção de empreendedores estabelecidos do sexo feminino é menor se comparada aos empreendedores iniciais do sexo feminino. No Norte e Nordeste, a faixa etária dos empreendedores estabelecidos tende a ser maior do que nas outras regiões consideradas” (GEM, p. 13).

A explicação para esse fenômeno em relação à Roraima, pode ser dada com base no fato que a economia do Estado advém do serviço. Com a falta de indústrias as pessoas são impedidas de ter acesso à outra fonte de renda, restando-lhes como saída empreender no seu próprio negócio.

Os estudos realizados por Cruz (2012) apontam para o fato de que a mulher representa hoje uma parcela significativa na geração de riqueza no mundo. Esse crescimento se deve, entre outros fatores, ao fato de a mulher está procurando cada vez mais qualificação e representar 60% das inscrições nos cursos de pós-graduação. De acordo com esta autora,

Pesquisa recente da Revista *The Economist* informa que as mulheres são o principal fator de crescimento das riquezas do planeta nas duas últimas décadas. Na economia, diz a publicação, elas respondem por 40% do PIB mundial soma de tudo o que é produzido em um ano. Tem peso maior que as novas tecnologias e representam mais que a China e/ou Índia, os atuais gigantes da produtividade. (CRUZ, 2012, p. 198).

Em entrevista com o presidente do Clube Diretor Logista – CDL, senhor Joziel, ele afirma que no caso de Boa Vista – RR, as mulheres empreendedoras têm se destacado mais que os homens, vejamos:

O pequeno empreendedor aqui, a liderança, é sempre mais de uma mulher. A gente percebe isso em pizzaria, em lan house, salão de beleza, loja de vestuários e restaurantes (que são os mais frequentes), elas estão se destacando, média de 80% nos pequenos e médios empreendimentos. Mesmo que tenha seu esposo ou companheiro, ele aparece mais como um staff, ela que sempre está à frente do negócio, sempre está procurando o SEBRAE, procurando se especializar, procurando orientação de como administrar seu negócio. (Joziel Vanderlei da Silva, 55 anos, entrevista/2013).

Segundo Joziel, isso pode ser percebido quando a CDL realiza campanhas ou promoções porque são as mulheres que estão mais presentes nas negociações, e também participando em maior número nos eventos como no maior evento promovido pela entidade que é o ‘Liquida Roraima’. Esse evento é realizado principalmente nos períodos em que o comércio é mais fraco para aquecê-lo.

Buttner (2001) nos diz que as mulheres empreendedoras têm um estilo diferente para gerenciar, elas traçam objetivos culturais e sociais, além dos objetivos financeiros e estão mais preocupadas com os indivíduos na atividade produtiva. As mulheres empresárias buscam sempre atingir a satisfação de todos e estão mais atentas para a inovação e integração.

Um fator que incide na participação das mulheres hoje é o empréstimo oferecido pela Caixa Econômica, Banco da Amazônia e Banco do Brasil que financiam entre R\$500,00 a R\$15.000,00 para novos empreendimentos. Isso tem feito com que se eleve o índice de pequenas novas empreendedoras.

Essas mulheres procuram se aperfeiçoar, solicitam assessoria do SEBRAE, estão sempre em busca de orientação para melhor administrar o seu negócio. Nesse aspecto, de acordo com Joziel, as mulheres procuram mais orientação do que os homens, porque querem oferecer negócio de qualidade.

Por outro lado, a renda média da mulher ainda é inferior do que a do homem (CRUZ, 2012). Essa ‘inferiorização’ da mulher em relação ao homem ainda está muito relacionada à imagem familista e doméstica que pesa sobre as mulheres. De acordo com Abramo (2007, p. 32), o discurso empresarial reitera “sua suposta dificuldade de dedicação à empresa, que se expressaria, entre outras coisas, em suas limitações para fazer horas extras, viajar e trabalhar em horários noturnos”.

Pochmann (2012) ao fazer análise sobre a renovação da base da pirâmide social no Brasil argumenta que a redução das desigualdades tem relação com a elevação da renda *per capita* da população que contribuiu para a melhoria da situação dos trabalhadores, que também foram sentidas no âmbito de gênero. Para o autor,

No quesito gênero sexual, a composição dos ocupados de salário de base segue modificando-se com o passar dos anos, tendo em vista que a presença feminina no total dos ocupados de baixa remuneração tem sido crescente. Em 2009, por exemplo, a cada dois ocupados de salários de base, um é mulher, ao passo que, em 1979, o sexo feminino representava apenas um terço dos trabalhadores de reduzida remuneração (POCHMANN, 2012, p. 41).

A crítica sobre as condições de trabalho e em específico da condição de empreendedorismo feminino no Norte do Brasil não pode ser realizada dentro dos mesmos parâmetros da realidade de outras regiões. Ainda que algumas condições de desigualdades de gênero sejam iguais, o cerne da discussão deve levar em consideração aspectos étnicos

culturais da população, principalmente se comparada com regiões Sul do país. Enquanto a formação social etnográfica da região Sul tem na sua origem nos povos europeus, com valores, costumes e concepção de trabalho diferente, os povos da Amazônia têm em sua raiz o sangue e as culturas indígenas.

As mulheres da Amazônia possuem uma estreita relação com a natureza de onde retiram não só o seu sustento e de suas famílias, mas também mantêm com ela uma relação de afetividade e reciprocidade simbólica que vai além do trabalho ou mero ganha pão (TORRES (2012).

De acordo com a Agência Estado de São Paulo a região Norte, em termos de geração de emprego indica que 19,9% da força de trabalho é assalariada, segundo o SEBRAE (2013, p. 1) “entre 2001 e 2011, a participação da mulher passou de 29% para 31% do total de empreendedores no país”.

Na dinâmica de crescimento econômico “a região Norte apresentou a maior expansão dos micros e pequenos negócios do país, com o aumento de 5,4% nas duas últimas décadas” (POCHMANN, 2012, p. 86), com destaque para os estados do Amazonas e Amapá.

No caso de Roraima há uma especificidade que é diferente de outros estados da região Norte. Em face do baixo investimento industrial as primeiras experiências, em termos produtivos, foram marcadas pela produção agrícola e de subsistência, somada ao comércio do excedente da produção, com forte presença da agricultura familiar. Como se vê, o trabalho agrícola é bem forte na Amazônia, e está imbricado a uma rede de simbologia que dá sentido à vida de homens e mulheres. Conforme Torres (2012, p. 103),

O trabalho é um fator efetivo de inter-relacionamento com os elementos da natureza terra, rios, e florestas, que são centrais na vida dos povos tradicionais. [...] a terra representa a força geradora da esperança, da alegria, do júbilo e da festa, por meio do qual os povos tradicionais reverenciam a divindade com ritos e de agradecimentos pela generosidade do roçado e da boa colheita.

Roraima convive constantemente com os processos de deslocamentos de pessoas da área rural para a cidade, entre outros fatores, pela necessidade de continuidade de estudos dos filhos. A própria cidade de Boa Vista é constituída por pessoas de fora “oriundas do Nordeste (50%), seguidos da própria região Norte (34%). Os Estados do Nordeste que mais deslocaram pessoas foram o Maranhão (64%) e o Ceará (20%), enquanto no Norte, foram o Amazonas

(71%) e o Pará (20%), como é possível observar o Estado de Roraima é formado por uma miscigenação de culturas (BRASIL, 1997, p. 68).

Para Vale (2007, p. 227) essas pessoas migrantes têm

Ascensão econômica que alguns conseguem principalmente no comércio, onde acabam desenvolvendo redes sociais ligadas diretamente ao Nordeste, com familiares e até amigos levados para Roraima, financiados pelo migrante, com o intuito de também proporcionar aos familiares tal ascensão. Além da assistência dada àqueles que permanecem no Nordeste.

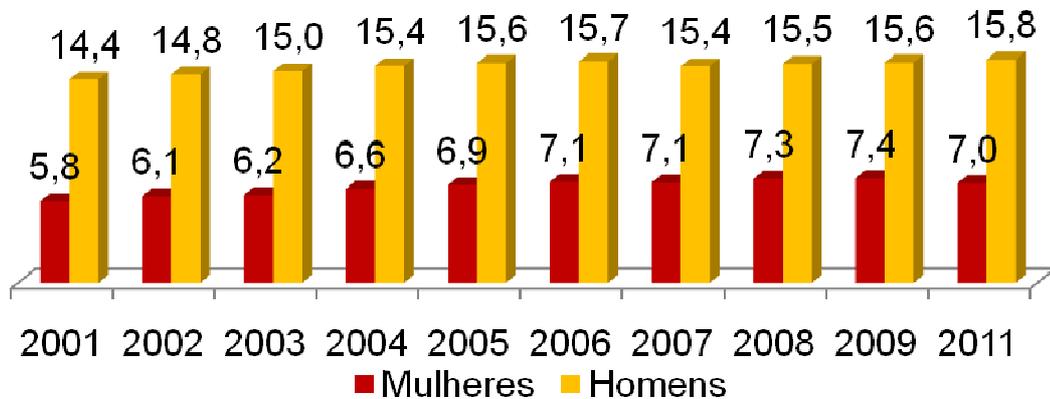
Os incentivos para a ocupação da Amazônia Brasileira, vindo principalmente do Projeto Calha Norte, com objetivos bélicos militar de desenvolvimento da Amazônia em zona de fronteira, não vieram acompanhados de programas de geração de emprego e muitas famílias que chegaram a Roraima terminaram por ingressar no mercado informal ou mesmo no subemprego (VALE, 2007).

A maioria das mulheres empreendedoras de Roraima começaram na informalidade, principalmente pela falta de recursos para os primeiros investimentos, falta de qualificação e por necessidade econômica. O mercado informal representava não só a oportunidade de gerar renda familiar, mas também de sair da condição de trabalhadoras que não tinham amparo social, garantia de férias, décimo terceiro, entre outras garantias constitucionais.

Parafraseando Laufer (2003), se para os homens a garantia de alguns direitos trabalhistas representou direito à cidadania, para as mulheres, suas reivindicações tinham o propósito de igualdade ao acesso ao emprego, pois o trabalho assalariado significava liberdade de existência fora do ambiente doméstico. Por muitos anos a elas era permitido trabalhar apenas em casa como lavadeira, costureira, cuidadoras de crianças, atividade que lhes permitia gerar alguma renda sem ter que sair de casa.

Segundo pesquisa realizada pelo SEBRAE, no período de 2001 a 2011 cresceu em 21% o número de mulheres empreendedoras, enquanto o número de homens aumentou apenas 10% conforme gráfico abaixo. Apesar da pesquisa não fazer análise dos fatores que levaram a este crescimento, ainda assim representa uma informação importante, pois mostra que as mulheres têm se destacado dentro do mercado, foram capazes de se superarem em busca de seus ideais e conseguem hoje ser chefes de família e contribuem diretamente para a renda familiar. (SEBRAE, 2013),

Gráfico 1 – Número de Empreendedores no Brasil (em milhões de pessoas)



Fonte: PNAD 2011.

O SEBRAE promove anualmente o prêmio “Mulher de Negócio”. Em entrevista para esta pesquisa Eliene Araújo, representante do SEBRAE, Roraima, revela o seguinte:

Foi iniciativa da Associação Brasileira de Políticas para as mulheres que procurou o SEBRAE para desenvolver o projeto, que foi criado desde 2004. Em Roraima começou com 14 empresas inscritas e a meta para esse ano é de 64 empresas. Há grande evolução na inserção da mulher dentro do mercado, que antes era prioridade de negócios masculinos. Hoje as mulheres empreendem mais por oportunidade, antes era por necessidade, porque estava separada do marido, ficado desempregada, para complementar a renda da família, e hoje ela já consegue perceber a oportunidade de mercado e investe nessas oportunidades para empreender. Está mudando o perfil dessa mulher, que antes era aquela que sofria, que tinha uma história muito grande de superação, agora ela tem um trabalho muito mais forte de pesquisadora de buscar informação no mercado, de apresentar ao mercado uma novidade, está atenta com as tendências de mercado. A mulher esta se profissionalizando, enquanto empreendedora, é esse o perfil da mulher empreendedora. (Eliene Araújo-SEBRAE,Entrevista/2012).

Cacoualt (2003, p. 32) nos diz que as mulheres já não é mais aquela que possui somente aquelas habilidades para desenvolver tarefas consideradas femininas, elas conseguiram romper com o androcentrismo que sempre se beneficiou de “diferenças ocultas nas sombras como último recurso para manter a dominação masculina [...] as fronteiras se movem” e aumentou a participação da mulher em um setor que antes era considerado território eminentemente masculino.

O prêmio estimula muito as mulheres porque é uma forma de coroar o trabalho de muitas mulheres. Eliana de Souza Silva (proprietária da Elifarma) que ganhou por duas vezes os prêmios de Mulher Negócio e Micro e Pequeno Empreendedor considera-o muito gratificante.

Há uma boa parte das mulheres empreendedoras que já dispõe de capital para iniciar seu negócio. Muitas delas começam atuando na linha de franquias. Conforme Eliana Silva – SEBRAE,

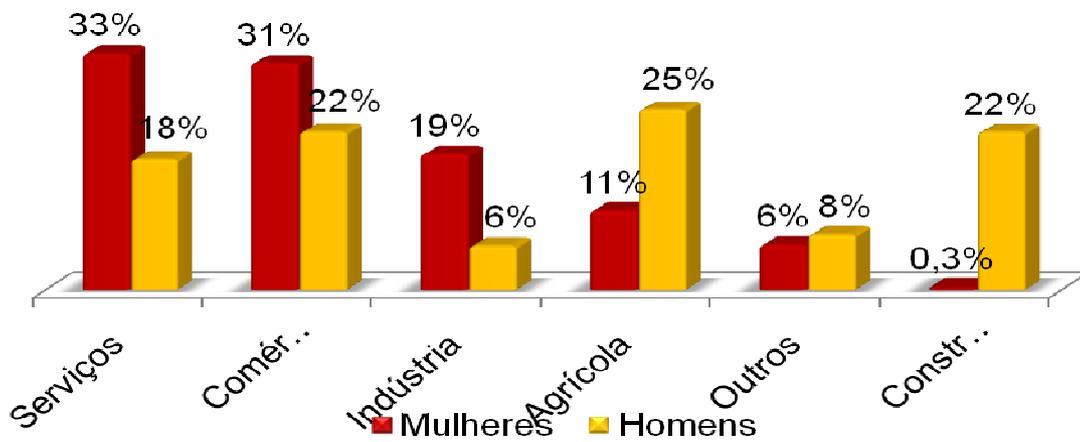
Não é o foco do SEBRAE as franquias, mesmo assim já teve várias empresas franquiadas inscritas no prêmio, elas participam e apesar de já terem um modelo de gestão formatado, a gente sabe que o sucesso do empreendimento depende de quem está a frente, independente de já vir com um modelo da franquia e ter todas as ferramentas que a franquia disponibiliza, mas se não tiver uma pessoa que realmente saiba lidar com o mercado, com as mudanças de mercado, a coisa não funciona. E essas franquiadas são pessoas que abraçaram a causa e estão crescendo no mercado. Existe hoje uma quantidade maior de franquia no estado e a maioria é conduzida por mulheres. A mulher é bem ousada para os negócios, o homem normalmente aposta em negócios maiores, mas as mulheres pega coisas mais diferentes, mais diversificadas que os homens. (Eliane Silva – Analista do SEBRAE, Entrevista/2012).

As franquias têm sido a grande linha de investimento feminino, principalmente no setor de vestuário, sapatos e alimentação. Hoje, segundo estimativa de Joziel Silva, “80% das franquias em Boa Vista – RR é chefiada por mulheres”. (Joziel Silva, entrevista/2012).

De acordo com Maruani e Hirata (2003) as lutas das mulheres pelo seu ingresso e permanência no mercado de trabalho permitiu romper com o estereótipo de trabalho exclusivo ‘feminino’, para as autoras as fronteiras foram rompidas e não há mais condições de voltar, mas apesar das vantagens que ainda são garantidas aos homens, as mulheres ainda conseguem subverter esta ordem e destacar-se nos negócios.

Percebe-se que no Estado as mulheres ainda se aventuram em ramos considerados área feminina, mesmo porque em termos de alternativas não há muita escolha, considerando fatores como grau de escolaridade, por exemplo. Por outro lado, com a presença de várias Faculdades, cinco particulares e três públicas, o mercado recebe anualmente em torno de 150 (cento e cinquenta) profissionais só na área de gestão de empresa, fato esse que com certeza a médio prazo fará uma grande diferença em termos de empreendedorismo.

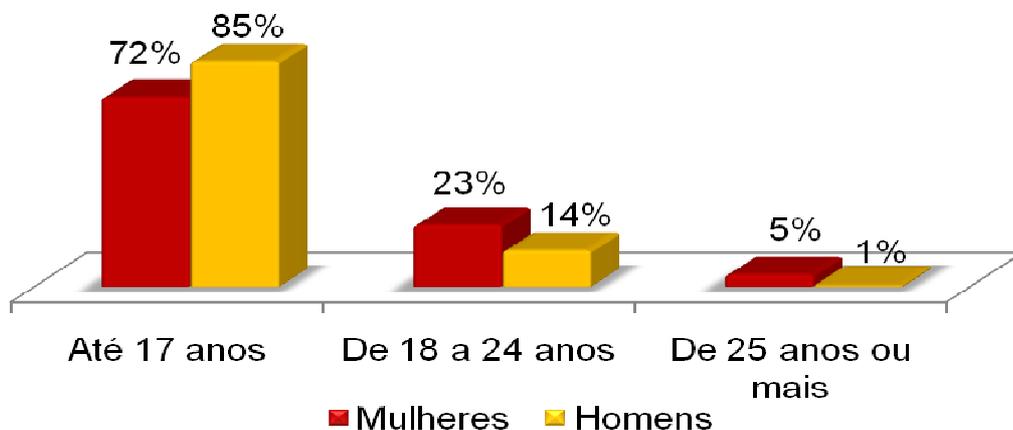
Segundo dados do PNAD-2011 as mulheres atuam mais nos setores de serviços e comércios, enquanto os homens nos setores agrícolas e de construção civil. No setor de serviços 33% são mulheres e 18% são homens; no setor de comércio 31% são mulheres e 22% são homens; na indústria 19% mulheres e 6% homens; setor agrícola 11% mulheres e 25% homens; construção civil 0,3% e 22% homens, outros 6% mulheres e 8% homens.

Gráfico 2 - Distribuição dos empreendedores(as) no Brasil por setor de atividade

Fonte: PNAD 2011

Os dados acima referentes à participação das mulheres na atividade agrícola não levam em consideração que grande parte delas são responsáveis pelo 'quintal', local onde desenvolvem atividades agrícolas para consumo familiar e vendem o excedente, mas como se trata de uma atividade ligada a casa não aparece nas estatísticas oficiais e as mulheres rurais a considera como uma atividade doméstica. (BRUSCHINI, LOMBARDI, 2007, p. 49).

Em termos de ingresso no mercado, na faixa etária de 17 anos, as mulheres são minoria 72% e os homens maioria 85%, entretanto a medida que a idade aumenta, entre 18 e 24 anos, as mulheres são maioria 23% e os homens 14%, na faixa de 25 anos ou mais, as mulheres representam 5% e homens apenas 1%, conforme gráfico abaixo.

Gráfico 3 – Brasil - Empreendedoras segundo idade em que começou a trabalhar (em %)

Fonte: PNAD 2011

O homem em termos de negócio é mais preconceituoso, varia menos, e procura atuar em ramos que tem certeza do sucesso, já as mulheres são mais destemidas e tem mais satisfação em ter funcionária mulher pelo fato de estar proporcionando emprego para elas. Conforme (Eliene - analista do SEBRAE):

A mulher tem critério diferente para avaliar o perfil de quem está empregando, ela vai buscar a história, ela vai buscar informações, ela se preocupa se tem família, como ela vai ajudar a pessoa a crescer, então as mulheres têm essa percepção de colaborar, não só de ter como funcionário. Em conversa com as empresárias, elas afirmam que elas mesmas fazem o treinamento dos funcionários, quer saber como estão, fazem reunião de quinze em quinze dias, ou uma vez por mês, depende da empresa. Dificilmente a conversa com um empresário tem essa mesma preocupação, a mulher tem mais sensibilidade quando emprega funcionárias, ela vê o lado mãe, mas ela prefere empregar mulher, principalmente no setor de vestuário e alimentação elas veem muito o lado da família do que o humano. E essa percepção da mulher de se ajudar, de colaborar com a outra é bem interessante. O Homem é muito de praxe, se pode, pode, se não pode e tem algum problema, então não serve, a mulher já tenta ajudar, flexibiliza horário de trabalho, de estudo. (Eliene Araújo, Analista do SEBRAE, entrevista/2013).

Eccel e Alcadipani (2012, p. 63) afirmam que “quando as mulheres entram nos espaços masculinos, elas provocam uma quebra na ordem simbólica de separação entre homens e mulheres, o que gera reações em diferentes momentos”. Segundo as autoras as ações das mulheres estão mais voltadas para o rompimento ou ação corretiva de uma ordem simbólica que entre os homens é marcado pela racionalidade, autoridade, combatividade e competitividade (ECCEL e ALCADIPANI, 2012).

Mesmo a mulher sendo casada nunca pede nada ao marido, ela é muito independente, não no sentido de ser subversiva ao casamento, mas no sentido de mostrar que realmente tem potencial para gerir um negócio. Ela agrega todos os outros negócios porque vem a família, a faculdade, não deixa de estudar, leva a criança para a escola, faz comida, cuida das contas, geralmente é a motorista da casa. (Eliane Araújo, representante do SEBRAE – Roraima, entrevista/2013).

Se de um lado há uma participação crescente das mulheres no mercado de trabalho, por outro lado as políticas públicas ainda não criaram condições para que sua participação no mercado aconteça em situação de igualdade de direitos em relação aos homens, isto porque a ela ainda cabe às responsabilidades do cuidado com a família e com as tarefas domésticas. Sobre isto Bruschini (2000, p. 19) afirma que,

A responsabilidade pela guarda, cuidado e educação dos filhos na família limita a saída da mulher para o trabalho remunerado, sobretudo se os rendimentos forem insuficientes para cobrir custos com formas remuneradas

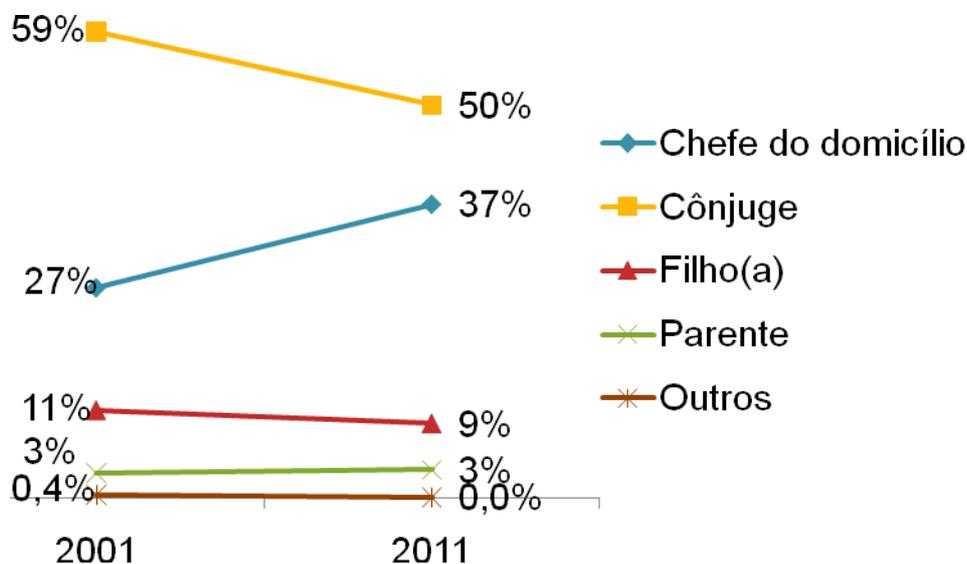
de cuidado infantil, porém a criatividade das mulheres faz com que ela encontre alternativas e arranjos, [...] recorrendo as redes de parentesco – inclusive os filhos maiores –, ou de vizinha, poderão ser acionados para olhar as crianças enquanto a mãe vai trabalhar.

A Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio – PNAD de 2011 revela a existência de 2,6 milhões de mulheres empreendedoras que são chefes de família, isso quer dizer que em casa 5 empreendedores(as) 1 (uma) assume a chefia da família. Desse total, 37% é chefe de família contra 50% que são cônjuges, 9% são filhos e 3% são parentes.

No ano de 2001 o número de mulheres donas de negócio e chefe de domicílio era 1,5 milhões (que equivale a 27%), em 2011 o número subiu para 2,6 milhões de mulheres empreendedoras e chefe de domicílio passou para 37%, a qual teve um aumento de apenas 10%, mas considerando as circunstâncias de oportunidades, o dado é significativo, conforme o gráfico a seguir. O número de donas de negócio ‘chefes de domicílio’ cresceu 73%.

O número de cônjuge baixou de 59% para 50%, em contrapartida o número de mulheres chefes de família subiu de 27% para 37%. Apesar da falta de um estudo qualitativo que faça análise sobre as causas dessas mudanças, pode-se inferir que se deve ao número de programas sociais como a economia solidária e a facilidade de crédito bancário que incentiva o empreendedorismo feminino. É possível também que esteja associado às consultorias do SEBRAE voltadas para esse segmento.

Gráfico 4 –Brasil - Mulheres empreendedoras segundo posição no domicílio 2001-2011



Fonte: PNAD 2011

Para Bruschini e Lombardi (2007, p. 49) os primeiros estudos sobre o trabalho feminino levaram em consideração apenas a sua posição no mercado de trabalho sem levar em consideração seu papel dentro da família. Mas,

As pesquisas sobre o trabalho feminino tomaram realmente um novo rumo quando passaram a focalizar a articulação entre espaço produtivo e a família, ou espaço reprodutivo. Porque, para as mulheres, a vivência do trabalho, implica sempre a combinação dessas duas esferas, seja pelo entrosamento, seja pela superposição tanto no meio urbano quanto rural.

Para as autoras citadas, as pesquisas realizadas pelo IBGE, por exemplo, não levam em consideração ou não contabilizam o trabalho doméstico realizado no lar como atividade econômica, isso fica claro quando os questionários desse órgão oficial colocam como alternativa de resposta, quanto a principal ocupação das mulheres “afazeres domésticos e são classificadas como economicamente inativas, juntamente com os estudantes, aposentados, doentes e inválidos e os que vivem de rendas” (Idem, p. 49).

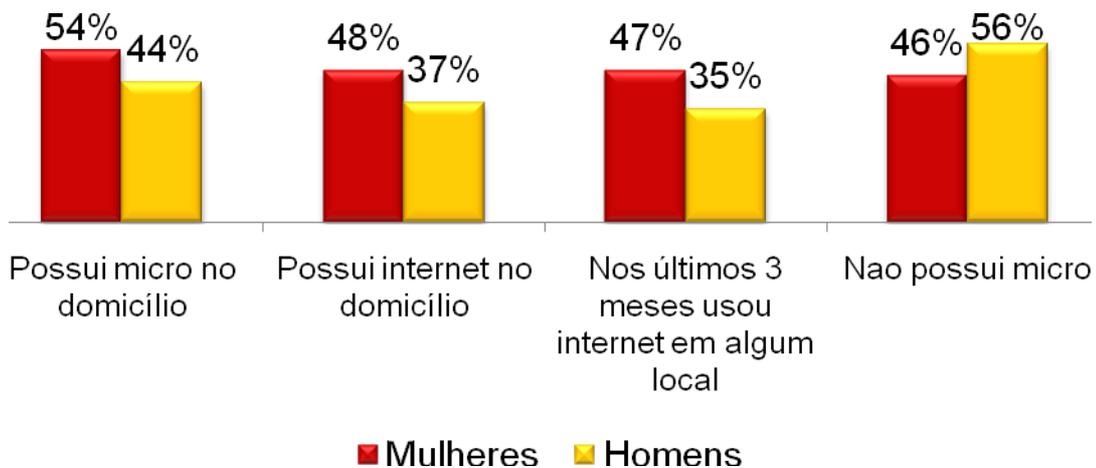
Por outro lado, Bruschini e Lombardi (2007) chamam atenção que é a partir dos estudos realizados pelo Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher – Unifem, que começa a ser chamada atenção para o uso de novos termos para designar o trabalho doméstico, que não é remunerado, mas é produtivo, a medida que as mulheres desenvolvem funções de vários profissionais ao mesmo tempo: cuidadora de crianças, lavadeira, arrumadeira, faxineira, economista do lar, cozinheira, entre outras, que se forem computadas essas atividades em termos salário que seria pago a cada um desses profissionais muitas famílias não teriam condições de arcar com as despesas.

Às mulheres cabe à tarefa de manter o equilíbrio e a qualidade de vida da família e são responsáveis pelas atividades gerais do lar, enquanto aos homens, quando participam, sua contribuição se resume a fazer supermercado, ajudar as crianças a fazerem às tarefas escolares ou levar os filhos aos médicos, o que representa uma divisão de tarefas dentro do lar muito desigual (BRUSCHINI e LOMBARDI, 2007).

Um dado que merece destaque é que as mulheres têm mais familiaridade com a informática que os homens. Dados do PNAD (2011) apontam para o fato que 54% das mulheres têm micro computador em casa, 48% têm acesso à internet no domicílio ou acessou a internet em algum lugar (47%). A proporção de homens que não possuem micro computador é maior, conforme gráfico abaixo.

O acesso à internet e a outras formas de informação para as mulheres amazônicas parece ser uma questão simples de ser resolvida, considerando que estão localizada a milhares de quilômetros dos grandes centros, onde o acesso a livros e as informações pode ser muito difícil, a internet significa não só ter acesso a informação, mas ter contato com outras formas de pensar e perceber que existem outras mulheres que compartilham dos mesmos problemas e dos mesmos sonhos.

Gráfico 5 - Proporção de empreendedores(as) que tem acesso a internet no Brasil



Fonte: PNAD 2011

Não se trata apenas de independência econômica, mas de sentir pertencente a um espaço que antes dava primazia ao homem. Hoje já não é só uma conquista de espaço, mas de ganhar uma qualidade de vida em que as necessidades humanas sejam atendidas, e sentir-se participante. Economicamente ativa é uma das formas de elevar a condição de participação das mulheres na sociedade atual. Mas, vai muito além deste reconhecimento, para Cruz (2012, p. 193) “a equidade de gênero requer que se busque um equilíbrio de poder entre homens e mulheres, em termos de recursos econômicos, direitos legais, participação política e relações pessoais. Em suma, tal equidade requer o pleno reconhecimento das necessidades específicas que podem ter as mulheres”.

A emancipação não consiste em só as mulheres assumirem ser chefes, empreendedoras ou assumir o poder, mas de como exercer a sua liberdade. Na prática das mulheres há uma filosofia de vida que se reproduz nas suas decisões.

Ser economicamente ativa significa para as mulheres dar eco e reproduzir outra forma de conceber as relações que se estabelecem entre os trabalhadores, entre chefe e empregador, entre elas e a sociedade. Trata-se de uma releitura da relação de poder que antes era centralizada no homem e que hoje tem um novo sujeito social que é a mulher de negócio, que pensa e sabe o que quer, que entende de economia e que e que administra bem o seu empreendimento.

Nessa produção a mulher vai se reconstruindo a partir de novos paradigmas, de novos valores. Vai criando um novo conceito de empreendedorismo, criando novas práticas que vão romper com a hegemonia androcêntrica.

2.3 Economia solidária: uma nova forma de valorização humana

A Globalização tem contribuído para uma mudança no panorama econômico mundial. A partir de meados da década de 1980 houve uma significativa expansão das relações comerciais e financeiras entre os países. A interdependência econômica entre os países ficou mais evidente. Dessa forma, a maior abertura comercial e o crescimento nos fluxos financeiros tornam as economias mais sensíveis aos choques externos.

Há diferentes opiniões entre autores quanto à globalização, Santos (2000), por exemplo, diz que ela é uma *fábula*, considera-a totalmente irreal apenas uma ideologia, *perversa*, porque ilude as pessoas empurrando-as ao consumismo. Ele acredita que ela realmente pode um dia chegar a existir de fato, algo que seja real em todos os aspectos propostos, dando estabilidade econômica e uma vida com dignidade a todos os povos. Mas, para que isto aconteça deverá haver uma transformação no modo de gestão da economia dos países, principalmente o Brasil que é um país rico, mas suas riquezas são mal administradas e mal distribuídas. De acordo com este autor, “O consumo é o grande emoliente, produtor ou encorajador de imobilismos. Ele é, também, um veículo de narcisismos, por meio dos seus estímulos estéticos, morais, sociais; e aparece como o grande fundamentalismo do nosso tempo, porque alcança e envolve toda gente. Por isso, o entendimento do que é o mundo passa pelo consumo”. (SANTOS, 2001, p. 49).

Max (1999, p.414) já falava dessa busca política de regulamentar a economia para baratear os preços dos produtos alimentícios, garantindo pelo menos uma boa alimentação para as massas. Castoriadis (1982, p.165) observa que “além de alimentos a humanidade também tem outras necessidades como novas vestimentas, transporte, lazer”, ele diz também que “nenhuma sociedade pode existir se não organizar a produção de sua vida material e sua reprodução enquanto sociedade”.

As pessoas têm necessidades, mas não tem poder de compra, o tão desejado capital é que faz essa divisão de pessoas em classes, ele transformou o mundo em um jogo, pessoas, países competindo o tempo todo. Os grandes estudiosos como (REYNOLDS, 1997; SCHUMPETER, 1934) já alertam para os problemas existentes nas sociedades há bastante

tempo e as soluções ainda não apareceram, significa que a luta ainda vai ser bastante longa, porque muitos anos se passaram e ainda se esta quase sem sair do lugar.

O Brasil é um país cheio de antagonismos produzidos pelo modo de produção capitalista, o que provoca a busca por justiça social. A inconformidade com este padrão leva à busca de outras formas de organização social, buscando modelos alternativos como a economia solidária e informal.

A economia solidária é uma modalidade de trabalho que se assenta em iniciativas de solidariedade e cooperação entre os trabalhadores, sendo pois, uma forma de resistência ao mercado capitalista e na tentativa de gerar trabalho e renda para os trabalhadores excluídos pela reestruturação produtiva.

Essa perspectiva de trabalho compartilhado e solidário é contrário da competitividade existente entre as pessoas no mercado. Trata-se de uma forma de sociabilidade no trabalho que envolve a união e a ajuda que leve ao desenvolvimento humano. Para o Fórum Brasileiro de Economia Solidária – (FBES) essa uma nova forma de organização do trabalho tem a proposta de inclusão social. O FBES foi criado no ano de 2003 com o propósito de discutir novas relações econômicas, sociais e ambientais. Conforme podemos perceber,

Hoje há fóruns locais e regionais para debater e promover o assunto. A atividade ganhou também o apoio de governos municipais e estaduais, o que levou a um aumento no número de programas de economia solidária, como bancos do povo, centros populares de comercialização e projetos de capacitação. (BRASIL, 2013, s. p).

O FBES se baseia em três eixos, o econômico, o cultural e o político. O primeiro tem suas bases na democracia, cooperação e autogestão que ficou denominado de Economia Solidária. O segundo tem o propósito de estimular o empreendedorismo por meio de cooperativas, associações ou grupos com uma cultura de proteção ambiental e o por último desenvolver um modelo de empresa fora dos moldes dos latifúndios e dos grandes acionistas, com valores solidários, democráticos e de preservação do meio ambiente e dos direitos sociais.

De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego, Economia solidária é um “jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver”¹⁵. A filosofia da economia solidária é desenvolver uma relação produtiva na qual os homens e mulheres

¹⁵ Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/sobre/cidadania/economia-solidaria> acesso em junho de 2013.

estejam em harmonia como o meio ambiente, onde um não queira levar vantagens sobre ou outro e o espírito de grupo seja fortalecido.

Também tem sido uma resposta importante e imediata que resolve parte dos problemas dos trabalhadores e das comunidades pobres em relação às transformações ocorridas no mundo do trabalho. São milhares de organizações coletivas, organizadas sob a forma de autogestão que realizam atividades de produção de bens de consumo e de serviços.

A economia solidária “abrange uma realidade muito diversificada, formada por associações, cooperativas – e, também, grupos informais -, porém originada por motivações e iniciativas com origens e naturezas distintas, peculiares a cada região e circunstância” (GOERCK, 2009, p. 87). Como se trata de cooperativas, não só os lucros são compartilhados, mas também as informações e tecnologias que são geradas na produção de um bem.

Singer (2010, p. 210) observa que,

Graças à globalização, os ricos e, em menor grau, a grande e ubíqua classe média adquirem o mesmo padrão de vida e, o mesmo modo de ser na grande maioria dos países. Mas o mesmo não se dá com os pobres, que resultam de processos sócio-econômicos muito distintos e estão resguardados da padronização cultural avassaladora pela sua relativa exclusão dos padrões dominantes de consumo. Por hipótese, comunidades pobres podem ser classificadas pelo seu grau de integração ao mercado global.

Nos últimos dez anos a economia solidária teve um aumento bem representativo no país. O principal motivo deste crescimento é fato de o mercado formal urbano e rural não conseguir absorver todos os seus trabalhadores, gerando um grande número de desemprego, levando o trabalhador a criar alternativas para a sua subsistência. Esses trabalhadores são inseridos em atividades de produção, prestação de serviços, comercialização de consumo, todas referenciadas dentro da economia solidária. Voltam ao mercado de trabalho, se organizam em forma de cooperativas e associações, constituindo-se num novo segmento criando novos caminhos para a geração de trabalho, renda e melhoramento de suas vidas. A economia solidária tem sido um marco em diferentes partes do mundo que contribuiu para a sobrevivência e a melhoria da qualidade de vida de milhões de pessoas, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como soberano e senhor da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza em geral e de capital em particular.

A economia solidária promove o desenvolvimento de redes de comércio a preços justos, procurando que os benefícios do desenvolvimento produtivo sejam repartidos mais equitativamente entre os grupos. Torres (2010, p. 212) explica que um trabalho comunitário

só terá êxito se houver “o desenvolvimento de todos os seus membros conjuntamente unidos pela ajuda mútua e pela posse coletiva de certos meios essenciais de produção e distribuição”. O trabalho organizado e consciente tem a capacidade de exercer pressão em favor do grupo dando maior qualidade aos produtos, adquirindo valor e respeito perante seus consumidores. Também é capaz de desempenhar o papel de solidificar e reativar os modos de produção tradicionais baseados em relações de proximidade, de reciprocidade e de equilíbrio entre os trabalhadores, dando origem a novas atividades produtivas de alta eficiência social, ampliando a organização da produção através de redes de complementaridade para e fazer um comércio justo.

O trabalho de Eid (2007, p. 64) apresentado no o XI Congresso da Federação Internacional de Estudos sobre América e Caribe – FIEALC, que aconteceu em setembro de 2003, em Osaka-Japão, analisa que é “fundamental o compromisso dos representantes dos trabalhadores com a organização de movimentos sociais autênticos e com políticas públicas que construam o processo de emancipação e não que reproduzam o assistencialismo, a cooptação ou medidas compensatórias”.¹⁶ No entendimento da autora, para não correr esse risco as políticas públicas devem promover formação continuada ou oferecer bolsas para que os empreendedores solidários possam ser capacitados em áreas como autogestão, administração e política solidária.

O eixo central da economia solidária se baseia na gestão descentralizada em que não existe patrão e empregado, mas trabalho coletivo e satisfatório. Ou seja,

Da comunidade como um todo, não de alguns de seus membros apenas. Por isso ele não pode ser alcançado pela atração de alguns investimentos externos à comunidade. O investimento necessário ao desenvolvimento tem que ser feito pela e para a comunidade toda, de modo que todos possam ser donos da nova riqueza produzida e beneficiar-se dela. (SINGER, 2010, p. 212)

Culti (2010) argumenta que a economia solidária não é utilizada com o mesmo significado ou nome em todas as localidades e países, entretanto há princípios que caracterizam, como autogestão, processo democrático de gestão, livre negociação, aprimoramento do ser humano, entre outros. “A cooperativa é a forma clássica de organização de um empreendimento da Economia solidária”. (CULTI, 2010, p. 251).

¹⁶ Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/orgdemo/article/viewFile/382/282>, acesso em junho de 2013.

No entendimento de Grade e Acquati (2010, p. 55) no Brasil a economia solidária surge em consequência, principalmente, das demissões em massa de trabalhadores, desemprego, fechamento de empresas, no período de 1980 e 1990, considerada a “década do desemprego”.

A presença das mulheres na liderança desse campo é bastante expressiva, a economia solidária é um processo de organização que está ajudando a transformar o papel das mulheres na sociedade, mostrando o poder de liderança e de construção, apesar de não ser um movimento ou ação coletiva somente de mulheres.

Na economia solidária as mulheres são sujeitos centrais, a sua atuação ultrapassa a ação comumente a elas atribuída, de reivindicações sociais. As mulheres são mais tolerantes nas suas lideranças, elas humanizam mais nas relações de trabalho, entendem melhor as faltas, atrasos ou outros problemas, pelo seu modo de ser ou por melhor entender. No geral, a mulher trabalhadora também tem uma jornada doméstica e outras responsabilidades com a família que estão invariavelmente sob sua responsabilidade. A economia solidária diminui a distância entre trabalho manual e intelectual a partir da gestão democrática e do trabalho coletivo e, nesta relação, não atua rigidamente com a divisão sexual do trabalho. A economia solidária é um desafio num campo aberto de inúmeras possibilidades futuras no âmbito das relações de gênero.

Mesmo com todo o esforço dos trabalhadores os perversos quadros de desemprego e subemprego perduram, não só no Brasil, mas também nos países de primeiro mundo. De modo geral, a instabilidade ainda ronda a vida dos trabalhadores, pois as transformações tecnológicas próprias do processo de mudanças alteram também o significado social do trabalho.

Um exemplo de ação coletiva pode ser percebido a partir da experiência de dona Francisca Neli Silva Lopes, Presidente da Associação de Costureira. Em entrevista, Dona Francisca Neli Silva Lopes, 52 anos, revela que “a ideia partiu do ex-governador Neudo Campos, quando ele assumiu propôs a criação da associação aproveitando o clube de mães”. (Francisca Lopes, entrevista/2013).

Conforme suas próprias palavras “no início eram dez associadas, hoje conta com oito, porque duas saíram para criar seu próprio negócio. No começo o governo ofereceu as

máquinas, o prédio, ofereceu farda, cursos de aperfeiçoamento e no início eram vários grupos, mas a maioria se dissolveu”. (Francisca Lopes, entrevista/2013)

A Associação já tem dezesseis anos de criação e conseguiu durar tanto tempo graças ao serviço de qualidade que presta. As costureiras possuem clientela fixa e a forma de trabalho é cada uma com suas clientes, exceto quando existe encomenda grande de fardamento, por exemplo, então o trabalho é em linha de produção que envolve todas as associadas.

Os custos da produção que envolve pagamento de água, luz, imposto, limpeza, manutenção como pintura, manutenção das máquinas tudo é custeado pela própria associação que hoje é autossuficiente, no sentido que já não precisa de investimento externo. De acordo com nossa entrevistada,

Quando o governo criou a associação o objetivo era incentivar a geração de emprego e de renda e graças a essa iniciativa muitas mulheres contribuem para a renda familiar. Hoje a associação tem clientela em todo estado, com pessoas que conhecem a qualidade do trabalho e vem do interior para encomendar trabalho. (Francisca Lopes/entrevista 2013)

No Estado de Roraima existem outras associações e cooperativas e foi nesse sentido que as pesquisas desenvolvidas por Grade e Pereira (2010) revelaram as condições de trabalho e de funcionamento, principalmente aquelas que foram criadas a partir da experiência com Incubadora de Empresa que buscou integrar pessoas que viviam na informalidade ou subemprego.

Grade e Acquati (2010, p. 89) ao analisarem as experiências das Incubadoras Universitárias de Economia solidária desenvolvidas em Roraima consideram que,

Trabalhadores desempregados ou inseridos no plano da economia informal, podem, a partir da organização do trabalho, produzir conhecimentos e alternativas que lhes garantam os direitos sociais. [...] Trabalhadores historicamente excluídos do mercado formal de trabalho, populações marginalizadas e de baixa renda; e trabalhadores perderam seus empregos no processo de privatização ou reestruturação das estatais.

O Programa de Incubadora de Tecnologia das Cooperativas Populares entendeu que as principais integrantes eram mulheres que necessitam sobreviver e satisfazer suas necessidades básicas, mas para tanto era necessário que o projeto avançasse no sentido de superar a simples produção de mercadoria e criar condições para a sua circulação, ou seja, a sua comercialização (PEREIRA; LEMOS; SILVA; SANTOS, 2010).

Dessa forma, dada às dificuldades de comercialização dos produtos das cooperativas, foi tomada a decisão de participação de feiras. A partir disso foi feito um mapeamento de potencialidades e criado um calendário em feiras.

A primeira participação dos empreendimentos em feiras sob auxílio da incubadora foi na III Feira das Vocações da Economia Regional em outubro de 2008. O evento foi organizado pelos alunos do curso de economia da Universidade Federal de Roraima. Os empreendimentos incubados participantes foram: Mulheres Aliança, Mulheres Cauamé, São João Batista, CPC Santa Tereza, Feras da Amazônia, Mulheres em Ação e Associação Bom Futuro do Município de Cantá, sendo que estes dois últimos comercializaram produtos alimentícios e não encubados. (PEREIRA et al, 2010, p. 112)

Após esse momento foram criados outros espaços como: EXPOFER e Feira dos R\$ 24,99 que constituem em espaços não só de comercialização da produção das mulheres, mas de aprendizado, no sentido que as mulheres passam por um processo de formação que não se limita às teorias empreendedoras, mas político e social, de se sentirem sujeito do processo de produção, compreendendo as contradições sociais do país.

O papel social dessas cooperativas encontra-se fundamentalmente e possibilitar as pessoas ingressar no mercado de trabalho, que se fosse em outra circunstância não teria a menor possibilidades, tanto pela formação, como pelas condições de meios econômicos. “Os empreendimentos solidários contribuem para o desenvolvimento brasileiro e, principalmente na Amazônia, buscam construir formas alternativas de desenvolvimento que aproveitem as potencialidades locais, preservando o vasto potencial dos recursos naturais existentes”. (GRADE et al, 2013, p. 1)

A contribuição da Universidade Federal de Roraima – UFRR foi de grande importância, pois criou projetos que proporcionaram a articulação das mulheres levando-as a pensar sobre sua condição de vida e buscando estruturar outras formas de “desenvolvimento onde priorize a sustentabilidade amazônica” (IBIDEM, 2013, p. 1). Além dessas possibilidades, há outras no plano mais subjetivo que está relacionada à condição da mulher, à qualidade de vida e à diversidade cultural.

A Incubadora de Empresa deu prioridade ao gênero feminino por ter sido considerado o grupo que estava mais organizado coletivamente no Estado de Roraima. O grupo é composto por migrantes (do Maranhão, na maioria) e mulheres indígenas, que viviam em condições de empobrecimento. As mulheres não índias vieram para o Estado com o propósito

de encontrar melhores condições de vida, e as indígenas terminaram perdendo sua referência de etnia, ambas, pela baixa qualificação profissional, trabalhavam como faxineiras, domésticas, lavadeiras, diarista, ou em outro trabalho informal.

A faixa etária dessas mulheres varia de 30 a 60 anos de idade e têm como característica principal serem chefes de família. Muitas mulheres já possuíam alguma atividade nas áreas de costura, como produção de roupas íntimas, de uniformes escolares e profissionais, de panos de prato, de bordados, croché, tricô, de confecção de almofadas, de bichinhos de pelúcia, de bijuterias com sementes, artesanatos em geral, e também fabricação de produtos de limpeza.

Além das dificuldades de comercialização as mulheres tinham problemas considerados básicos como aferir preços nas mercadorias, ou seja, valorar a produção, nesse sentido, tanto os alunos como os professores da UFRR, desde 2006, vem prestando assessoria por meio da extensão no que concerne à infraestrutura, treinamentos sobre plano de negócio, comercialização, divulgação, cooperativismo dentre outros. O principal propósito é manter os membros agregados como condição de sobrevivência diante da concorrência de mercado.

Além da possibilidade de inclusão social das mulheres a economia solidária, por meio das Incubadoras de Empresas coordenadas pela Extensão da Universidade Federal de Roraima – UFRR, tem também a intenção de servir de laboratório para alunos e professores. Por meio desse trabalho é possível desenvolver e testar tecnologias e possibilita ainda que os alunos possam vivenciar a teoria aprendida em sala de aula, aproximando-se do mundo do trabalho.

Trabalho semelhante é desenvolvido pela Universidade Federal da Amazônia – Ufam, por meio do Núcleo Local da Unitrabalho, que “vem construindo técnicas de sistematização e organização do processo de incubação de cooperativas”. (VIEIRA, 2010, p. 162)

Destaque-se que a UFRR tem possibilitado a essas mulheres oportunidade de qualificação na área de gestão, inovação de produtos, direito, serviço social – como saúde da mulher, questão contábil e o próprio fortalecimento do grupo. Trata-se, segundo Grade et al (2013, p. 3) do “fortalecimento de redes de cooperação entre os empreendimentos solidários, movimentos sociais e instituições de apoio à economia solidária”, estabelecendo-se intercâmbio entre as cooperativas para troca de experiências, participação em eventos como congressos e buscar parcerias em instituições como o SEBRAE.

Como forma de incentivo o Governo Federal, no ano de 2004, criou o Prêmio da Amazônia Professor Samuel Benchimol. Este evento tem o propósito de premiar ações inovadoras desenvolvidas por entidades que atuam nas áreas de desenvolvimento da economia, atividade social, ambiental e tecnológica da Região Amazônica. O evento de premiação do ano de 2013, Professor Samuel Benchimol, acontecerá em Boa Vista – RR e será coordenado pela UFRR, Federação da Indústria do Estado de Roraima – FIER e Banco da Amazônia.

O ponto relevante deste prêmio é que valoriza projetos que estejam voltados para a problemática feminina, sua relação com a natureza, sua condição humana e desenvolvimento sustentável, mas também com sua condição de mulher que ingressa no mercado de trabalho e são chefes de família.

A economia solidária além de respeitar as especificidades da população, com seus valores e cultura, procura desenvolver atividades que promova a inclusão social, daqueles seguimentos excluídos do processo produtivo. E acima de tudo, buscando formar a ideia de que as mulheres se fortalecem se estiverem organizadas em grupos, com objetivos comuns.

2.4 Perfil das mulheres empreendedoras de Boa Vista

Este estudo elegeu uma amostra de 30 mulheres empreendedoras e moradoras da cidade de Boa Vista, no Estado de Roraima, para traçar o perfil destas trabalhadoras, as quais foram enviadas sob a técnica de formulário contendo perguntas abertas e fechadas.

No que diz respeito à faixa etária destas mulheres empreendedoras, os dados revelam que 80% delas estão na faixa etária de 50 anos, e 20% estão entre 30 a 45 anos. É o que mostra o gráfico a seguir:

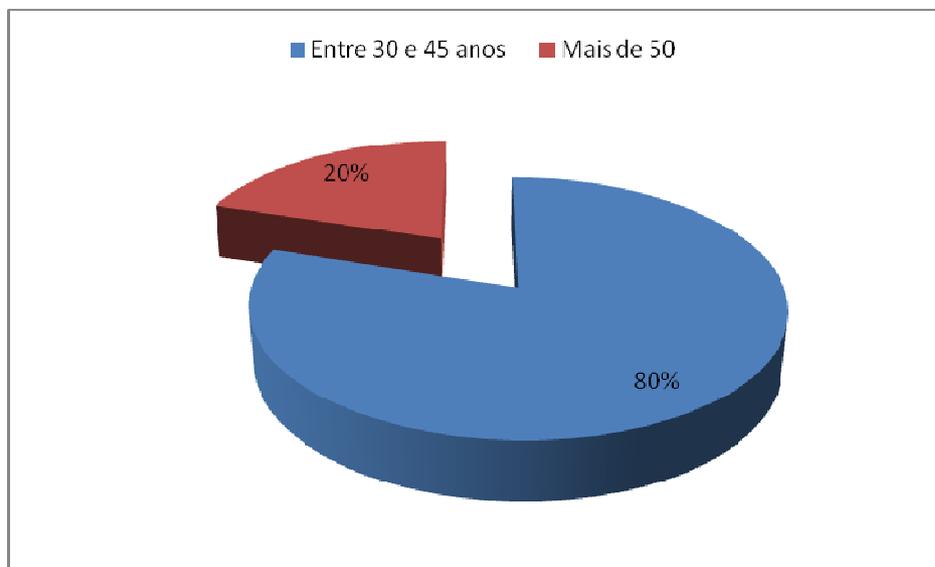


Gráfico 1 – Faixa etária

Fonte: Pesquisa de campo/2103

Os resultados do FNQ (2013), sem fazer distinção entre gênero, em todo Brasil, indicam que 34% das entrevistadas estão na faixa etária entre 35-44 anos; 27% entre 25-34 anos; 24% 45-54 anos apenas 11% entre 55-64 anos. Observa-se a tendência de um público cada vez mais novo empreendendo.

No que se refere à escolaridade 53% possuem ensino médio completo; 20% graduação completa; 13% graduação incompleta; 7% ensino médio incompleto e apenas 7% possuem formação em nível de pós-graduação. (Pesquisa de campo/2103).

Em nível de Brasil, as pesquisas realizadas pela FNQ (2013) apresentaram os seguintes resultados incluindo homens e mulheres: 28% possuem nível superior completo;

24% pós-graduação em MBA; 18% superior incompleto, 16% ensino médio completo e apenas 5% possuem mestrado/doutorado. Porém destaca-se que esses resultados não são referentes apenas às mulheres, pois hoje 60% elas ingressam no em cursos e pós-graduação.

Comparando os dois resultados é possível perceber que em relação ao nível nacional o grau de formação das mulheres empreendedoras está mais elevado, as mulheres estão tendo mais preocupação com sua formação e qualificação. Sobre isso, Rosenberg e Adrade (2012, pp. 225-226),

Analisa um levantamento sobre o perfil de estudantes candidato(as) ao Programa de Internacional de Pós-Graduação da Fundação Ford no Brasil, discutindo também as desigualdades de gênero e etnia. Os dados retirados das PNSDS, de 2002 a 2005, mostram que em média 50% do total de matriculados nos cursos de pós-graduação é composto por mulheres e que estas concluem os cursos mais do que os homens; esses dados confirmam um (sic) tendência já apontada no censo de 2000, quando analisa a população com nível superior, consideradas as raças/etnias branca, preta, amarela, parda e indígena, cujos resultados das mulheres é superior aos dos homens em todos os itens. O mesmo vale para as matrículas no ensino superior por sexo e região durante o período de 1996 a 2003, sendo todos os percentuais do sexo feminino em todas as regiões superiores aos dos homens e variando no intervalo de 55,4% a 60,6% do total para o ano de 2003, sendo o total de concludentes em torno de 63%, segundo o Inep.

O mercado está cada vez mais exigente e competitivo e aqueles que querem fazer diferença, fidelizar cliente precisam estar constantemente procurando se aperfeiçoar e buscar novas tecnologias.

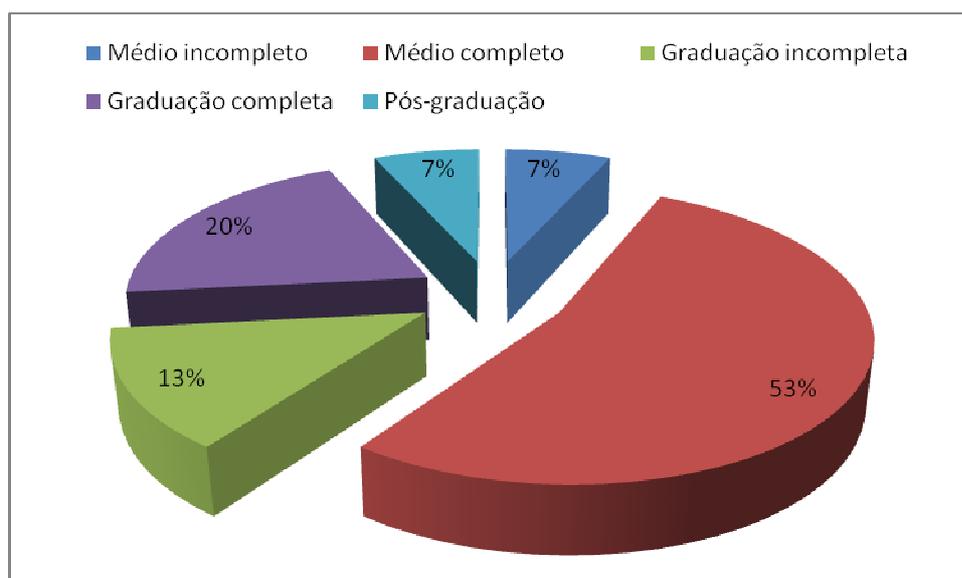


Gráfico 2 – Escolaridade em 2013

Fonte: Pesquisa de campo/2103

Os dados acima indicam que um percentual grande das mulheres empreendedoras ainda possui nível de escolaridade médio completo (53%) (7%) nível médio incompleto, apenas 20% possuem formação superior completa, 13% graduação incompleta e apenas 7% possui pós-graduação.

Hoje não existe mais o discurso de empreendedor nato, é preciso ter formação/escolarização. Para Daune-Richard (2003, p. 67) “a elevação do nível de formação das mulheres é acompanhada de um aumento espetacular de sua atividade. [...] traduz-se por um acesso mais amplo aos empregos qualificados de profissões intermediárias e de executivos”.

O debate sobre a formação/escolarização na sociedade capitalista assume, pelo menos, dois vieses: de um lado, encontram-se as empresas que no enfrentamento da concorrência precisam inovar constantemente agregar valor aos seus produtos para tornarem-se competitivas no mercado e para tanto precisa investir continuamente em novas tecnologias, fato esse que só será possível à medida que seus funcionários têm formação adequada. Do outro lado, os sindicatos passaram a preocupar-se não só com as questões salariais e organização do trabalho, mas também com a formação de seus sindicalizados como forma de atrair novas adesões, notadamente às mulheres (JOBERT, 2007). No Brasil, grandes sindicatos da Região do ABC possuem departamentos voltados especificamente para a formação e muitos deles criaram escolas com o propósito não só de formação sindical, mas também de formação profissional, como é o caso da Escola do Sindicato de São Carlos em São Paulo.

Duque-Arrazola (2012, p. 261) ver na educação uma forma de enfrentar crise do capital e o aumento do desemprego: “do aumento da precarização do trabalho, da terceirização e flexibilização, em particular da força de trabalho feminina, a qualificação profissional se apresenta como saída do desemprego, como garantia de uma maior empregabilidade, sobretudo face à precarização ou á chamada vulnerabilidade dos empregos das mulheres”.

Quando perguntamos às mulheres o que mudou na sua vida, desde que se tornou uma mulher ativa, atuante no comércio. 23% responderam que não mudou praticamente nada, o marido continua sendo o chefe da casa em todos os sentidos. Os maridos são autoritários e elas não querem entrar em conflitos. 77% afirmaram que quando iniciaram o empreendimento tiveram um pouco de medo, mas quando começaram a ter seu próprio dinheiro pela primeira

vez se sentiram gente, perceberam que são importantes, úteis, não só como domésticas. Elas não se importam em ter dupla até tripla jornada. Disseram também que antes de trabalhar fora, parecia que elas não faziam parte do mundo. Vejamos a exposição destes dados no gráfico 3:



Gráfico 3 – Mudança de vida

Fonte: Pesquisa de campo/2103

No passado, muitas mulheres silenciavam-se diante das vicissitudes da sociedade patriarcal, não tinham muita alternativa num mundo machista que discriminava a mulher. Ela não podia se divorciar porque não seria mais vista como ‘mulher direita’, não podia trabalhar fora de casa porque o homem era o chefe e único provedor da família, para muitas era negado até mesmo o direito de estudar porque considerava-se que não havia necessidade de formação para ser mãe. Essa realidade era reproduzida inconscientemente até mesmo pelas mulheres na forma como educava os filhos: os meninos podiam sair de casa brincar na rua e as meninas não, as meninas tinham tarefas domésticas, mas os meninos não, no máximo limpavam o quintal ou colocavam o lixo na lixeira.

Quando as pesquisadas respondem que “não mudou praticamente nada, o marido continua sendo o chefe da casa em todos os sentidos” (Entrevista/2103), fica claro que ainda existe a condição de submissão de algumas mulheres e pode-se inferir que até existe uma ‘aceitação’ da condição do homem que manda e a mulher deixa para não criar conflitos, mas até que ponto isso afeta a mulher em termos de sua independência e autoestima. Trata-se de “violência de gênero, isso é, uma violência masculina que se exerce contra as mulheres pela necessidade dos homens de controlá-las e de exercer seu poder” (SOARES, 1999, 125).

Muitas vezes a mulher aceita ser chefiada pelo homem para manter a família unida e pela sua formação doméstica que apela para o discurso de que mulher não pode se separar, por ter vergonha de apresentar um *status* de divorciada e perder o respeito da sociedade. Existe um acordo implícito entre marido e mulher em que o companheiro ‘ajuda’ na casa como forma de amenizar as agruras das desigualdades de gênero, mas nota-se que o termo usado é ‘ajuda’ e não divisão de tarefas domésticas. Para Franzoni (2012, p. 134) isto representa,

Uma violência “democrática” porque pode atingir qualquer mulher, independente de seu nível intelectual, econômico ou social, porém as vivências não são democráticas, são diferenciadas. Na relação conjugal percebo que esta violência é invisibilizada, ou seja, quase nunca é publicizada, permanece no âmbito privado, por inúmeros fatores, desde individuais (como por exemplo, a vergonha e o medo em admitir a violência) aos sociais (parece haver um pacto social de silêncio que evita a intervenção externas protegendo violentadores).

Não obstante, um percentual significativo (77%) encontra no empreendedorismo a condição para ‘ser gente’ e uma forma de romper com o discurso disciplinador que percebia como perigo a independência econômica da mulher. Logicamente que para a mulher não vem fácil, vem acompanhada de consequências que podem se manifestar por meio de “dupla até tripla jornada”. Muitas vezes o preço a ser pago é o próprio divórcio por não existir forma de conciliar independência econômica e dependência moral ao marido. Soihet (2009, p. 371) aponta que,

Um objeto maior da história das mulheres, neste momento, consiste no estudo dos discursos e das práticas, manifestos em registros múltiplos, que buscariam garantir o consentimento feminino às representações dominantes das diferenças entre sexos: a divisão das atribuições e dos espaços, a inferioridade jurídica, a inculcação escolar dos papéis sociais, a exclusão da esfera pública, etc.

A mulher tem desejo de se libertar da opressão patriarcalista que sufoca as suas potencialidades e que insiste em frear o seu espaço. Esta opressão deixa profundas marcas na alma feminina, porque são formas de violência psicológica.

As mulheres foram educadas na família ou na escola para serem boazinhas, a legal, meiga, delicada, servil. No passado, o chefe da família nem servia o próprio prato para alimentar-se, era a mulher que o servia para reafirmar o seu papel de subalterna a ele. Na escola os livros didáticos reforçavam a condição feminina ao apresentar sempre a mulher como a própria professora é chamada de tia pelas crianças.

A professora de educação infantil é considerada a segunda mãe sendo, pois, o magistério um verdadeiro sacerdócio. Franzoni (2012, p. 137) é enfática em dizer que,

Considero violência psicológica aquela que atinge psiquicamente ou afetivamente a mulher, interferindo na sua auto-estima, sic, na construção de sua identidade, na realização de seus desejos, nas expressões de suas emoções, na sua vivência cidadã [...]. Ou seja, há na violência psicológica contra as mulheres muito mais do que os aspectos visíveis, como a violência física ou objetualização do corpo, ela é muito mais aprimorada, já que não deixa marcas físicas, fáceis de provar, deixa “hematomas na alma”, pois a manipulação das emoções e dos afetos causa um sofrimento que deixa marcas psíquicas.

A violência contra a mulher nem sempre é física, muitas vezes é simbólica e tão subliminar que nem a própria mulher consegue se identificar como vítima. Mas, o que é mais significativo nesta pesquisa e que nos alegra é que o fato de que “pela primeira vez se sentiram gente, viram que elas também são importantes, úteis”.

As mulheres saíram definitivamente da condição de invisibilidade, elas são sujeitos sociais que possuem qualidades e competências. É igual aos homens: que decide, pensa, planeja, avalia, cria, erra, aprende. São mulheres que contribuem para a produção de riqueza, para o PIB (Produto Interno Bruto) do nosso país.

Quando perguntamos a ela como se sente sendo dona do seu próprio negócio, 100% das informantes disseram que é uma sensação muito boa, é claro que tiveram muitas dificuldades, mas o desejo de ser independente financeiramente venceu todas as barreiras. Vejamos o gráfico 4 a seguir:



Gráfico 4 – Como você se sente sendo dona do seu próprio negócio?
Fonte: Pesquisa de campo/2103.

Quando 100% das entrevistadas responderam que têm “sensação muito boa, independência financeira, que venceram barreiras”, nos alegamos porque isto confirma a nossa hipótese nesta pesquisa quanto ao fato de que o empreendedorismo contribui, efetivamente, para o desenvolvimento social das mulheres. Elas se transformam em outras mulheres, tem autoestima elevada e isto é um ganho substancial para elas.

Depois de muitas leituras compreendemos que a longa história de submissão das mulheres, sem direito a voz e consideradas incapazes limitou, em algumas, a capacidade de emitir juízo de valor sobre os fatos. Na realidade quando disseram que a “sensação é muito boa” está implícito: é indescritível, é imensurável, é inefável, que não há palavras para descrever o prazer, o encanto e a felicidade de vivenciar a experiência. De acordo com (Morin, 2000, p. 98)

Produz tanto o embrutecimento quanto este produz a incompreensão. A indignação economiza o exame e a análise. Como disse Clément Rosset: “A desqualificação por motivos de ordem moral permite evitar qualquer esforço de inteligência do objeto desqualificado de maneira que um juízo moral traduz sempre a recusa de analisar e mesmo a recusa de pensar”.

Muitas mulheres ainda nem conseguem fazer uma reflexão sobre sua condição no mundo. Não conseguem identificar como são exploradas ou discriminadas e em que níveis isso acontece, é uma questão de exercício e formação, de assumir um novo discurso. De entender como a hegemonia masculina vai se reproduzindo e como as próprias mulheres, inconscientemente, perpetuam na sua prática uma visão de mundo androcêntrica sem perceber que, com isso, fortalecem o patriarcado. Isso pode ser verificado nos discursos: “é assim mesmo”, “sempre foi assim e nunca vai mudar”, “o homem sempre mandou”, “isso não é comportamento de mulher”, “a mulher é que tem que compreender”, “pior era na época de nossos avós”, “boa mulher é aquela que cuida bem da casa”, “é melhor não criar conflitos”, “Deus quis assim”, dentre outros.

A forma como algumas mulheres justificam sua inferioridade, que é dada como uma ordem natural da sociedade é explicada por Saffioti (1999, p. 161) pelo fato de que a sociedade é constituída por leis que são elaboradas pelos homens e não pelas mulheres e a transgressão desta ‘ordem’ é transgredir a lei dos homens e a mulher só “desencadeia um ato de violência de seu companheiro para reiterar seu sentimento de estar viva”.

Quando às mulheres empreendedoras como é saber que tem outras famílias que dependem delas como empregadoras, obtivemos as seguintes respostas: 93% responderam

que é uma responsabilidade muito grande, dá medo, mas ao mesmo tempo impõe responsabilidade. São pessoas que dependem do salário para o sustento de suas famílias e isso leva-nos a lutar para que seu negócio cresça a cada dia. 7% responderam que é normal, é apenas um contrato de trabalho, não se sentem responsáveis pela vida desses trabalhadores, procura manter apenas o contato profissional sem afetividade.



Gráfico 5 – Como é saber que tem outras famílias que dependem de você?
Fonte: Pesquisa de campo/2103

As duas respostas são bastante antagônicas, no primeiro caso as mulheres se apresentam sensíveis, compreensivas, companheiras e responsáveis pelos colaboradores, no segundo caso são frias, neutras e indiferentes à condição do outro. Na realidade são dois estereótipos: a boazinha e a durona, mas vamos ver como essa imagem é construída, a partir de que elementos a mulher constrói a sua identidade.

A formação da personalidade de qualquer indivíduo é uma formulação histórica e social, que, portanto, acontece dentro da relação do sujeito com o meio. Essa construção não acontece por acaso, mas é intencional. A família como aparelho ideológico do estado, assim como a religião e a mídia têm o papel de controlar e reproduzir uma forma de comportamento que mantenha em equilíbrio a sociedade.

THERBORN (1980, [s.p]) diz que existem pelo menos três formas de interpelação ideológica que determinam formas de comportamento e que os faz reconhecer como tal:

- 1) o que existe, e seu corolário, o que não existe: isto é, quem somos o que é o mundo, a natureza, a sociedade; e como são os homens e as mulheres. Desta maneira adquirimos um sentido de identidade, tornando-nos

conscientes do que é real e verdadeiro; assim a visibilidade do mundo é estruturada pela distribuição de luzes, sombras e escuridão. 2) o que é bom, certo, justo, bonito, atraente, agradável e seus opostos. Desta maneira nossos desejos tornam-se estruturados e normatizados. 3) O que é possível e impossível. Nosso sentido de mutabilidade de nosso ser-no-mundo e as consequências das mudanças são modelados e se confirmam nossas esperanças, ambições e medos.

Quando o indivíduo nasce ele entra em uma família que já tem seu comportamento, seus valores, suas rotinas e esse sujeito vão incorporando formas de comportamentos, ideologias que vão constituir a base de sua personalidade. Quando Althusser (2001) descreveu a família como um dos aparelhos ideológicos do Estado¹⁷, se apropriando do pensamento de Marx, ele partiu do pressuposto de que “a operação da ideologia na vida humana basicamente envolve a constituição e padronização de como os seres humanos vivem como atores conscientes e reflexivos, em um mundo estruturado e significativo” (THERBORN, 1980, [s.p.]

Segundo Montysuma (2013), o sujeito é formado dentro de um paradigma que ele reproduz nas suas ações cotidianas, mesmo porque ele não conhece maneira diferente de ser, pois foi educado nesta determinada forma. No plano empresarial, aquelas mulheres que tiveram uma formação autoritária terminam transferindo e criando entre seus funcionários uma relação de subordinação, porque essa é a única forma que conhece e acha natural. Assim, em nome de uma suposta neutralidade considera mais fácil o distanciamento e o fato de não se sentirem responsáveis pela vida de seus trabalhadores é uma maneira de dizer que cada um tem sua vida e que lute por ela.

Esta é uma leitura do liberalismo que aponta para o fato de que cada um tem as mesmas condições de crescer e acumular bens e caso não conseguisse é incompetência da própria pessoa. Esta linha de pensamento não leva em consideração a forma de relação capitalista que expropria o sujeito não só dos meios de produção, mas o aliena por não conseguir se ver no produto do seu trabalho. Sob essa ótica, passa a ideia que “as desigualdades que hoje presenciamos seriam o resultado do próprio desdobramento da desigualdade e da liberdade naturais. A busca da realização pessoal, consequência da própria liberdade de todos, faria com que os indivíduos se chocassem, inevitavelmente, entre si, dando origem a toda sorte de conflitos” (TONET, 2005, p.81).

¹⁷ Althusser (2001, p. 68) descreve outros aparelhos ideológicos do Estado, entre eles a religioso, escola, jurídico, partido político, sindicato, meios de comunicação e cultural (Letras, Belas Artes, esportes, entre outros).

Por outro lado, nas respostas onde a empreendedora vê “responsabilidade muito grande, dá medo, mas ao mesmo tempo isso fortalece porque têm pessoas que dependem de nós”, mostra que essas empresárias agem numa perspectiva de contra hegemonia, no sentido de que a ordem natural não é a dominação ou eliminação do mais franco, mas de troca, complementação e interação.

Isso acontece normalmente naquele lar onde a mulher não vendo saída para a sua condição de subordinação, procura usar a educação dos filhos para criar uma geração na qual a mulher não é inferior, mas trabalha lado a lado. Não deixa de ser uma atitude inteligente, pois na impossibilidade de lutar contra a submissão, ‘mina’ a hegemonia masculina criando uma contra hegemonia na qual a mulher ao se projetar nas filhas cria condições de ruptura e construção de uma nova ideologia em que ela é o sujeito.

Montysuma (2012) considera que na vida profissional a primeira coisa que o sujeito faz é imitar ou repetir suas experiências, logicamente que impregnados de valores. A empreendedora que é sensível à vida dos empregados, que desmistifica as contradições e as formas de reprodução de poder, assume um comportamento que considera os colaboradores não como simples funcionários, mas como pessoas através das quais torna possível a realização de seus objetivos.

Na relação de produção tudo está intimamente interligado, os colaboradores têm vida pessoal, tem problemas e esses problemas interferem no rendimento de cada um. A reestruturação produtiva usa do eufemismo do colaborador para esvaziar a luta de classe, para iludir os trabalhadores que passam a pensar que eles fazem parte da empresa. Para este discurso neoliberal o funcionário é aquele que apenas desempenha suas funções, é uma “relação trabalhista”, mas o colaborador é aquele que se envolve com a empresa, que colabora para o seu crescimento, pois sabe que a empresa crescendo ele vai crescer junto com ela. Isto é ilusório e falso.

A empresária que se sente responsável pelos seus colaboradores, que é sensível aos seus problemas vai buscar meios para que estes se sintam felizes, e assim produzirem mais, mas não é só essa questão, o empreendedorismo moderno considera que as pessoas têm direito a qualidade de vida, a saúde, educação, transporte, alimentação, lazer, moradia. Que a satisfação dessas necessidades é condição não só para produzir, mas para tornar-se gente.

A pesquisa do PNQ (2013) revela que os mecanismos para reter os profissionais: são 70% ambiente de trabalho democrático e aberto; 46% valores e propósitos da empresa; 35% remuneração diferenciada e flexibilidade de horário; 30% cursos/capacitações/certificações; 26% bônus/premiações; 19% projetos desafiadores. Como é possível perceber, o clima organizacional e valores da empresa aparecem como mais importante do que remuneração. Para Cappellin (2000, p. 271),

É preciso repensar sob quais modalidades eles se apresentam aos colaboradores [...] que tipo de experiência e de formação eles oferecem á mão de obra, como eles asseguram sua promoção [...] mantendo-a motivada ao trabalho, respondendo às suas necessidades de aperfeiçoar o clima organizacional nos locais de trabalho.

Dentro desse processo o planejamento estratégico participativo constitui ferramenta de gestão de negócio, com auxílio ou não de consultores. Aqui deve-se ter claros os valores, objetivos, tipo de gestão, plano de expansão e estratégias para descobrir talentos dentro da empresa.

Estima-se que o crescimento do empreendedorismo entre as mulheres cresce em relação aos homens, principalmente em se tratando da região Norte e esse indicativo aponta para a possibilidade de implementação de novos modelos de gestão e futura criação de cadeia de negócios entre as próprias mulheres.

CAPÍTULO III – TRAJETÓRIA DE VIDA E TRABALHO DAS MULHERES EMPREENDEDORAS DE BOA VISTA, RORAIMA

3.1 Bia, luta e vitória no empreendedorismo

A incursão da mulher no mundo do trabalho remete ao debate sobre as estruturas sociocultural e psicológica relacionadas às diferenças biológicas sobre sexo no sentido de que a sociedade, ao longo da história, se estruturou em torno do masculino e do feminino. As primeiras discussões sobre os estereótipos e preconceitos relacionados ao gênero feminino partiram do olhar do determinismo biológico visto que as mulheres se apresentavam com estrutura física mais frágil.

Marx (1978) ao fazer análise sobre como o homem historicamente se organizou para produzir suas riquezas, desde o feudalismo até o capitalismo, argumenta que para produzir os homens se organizam para explorar os meios naturais e que nessa relação atuam uns sobre os outros e as ideias e organizações políticas que são produzidas dentro desse contexto é reflexo do modo de produção, ou seja, o ser humano pensa de acordo como que ele vive. Nesse caso, como a sociedade atual é capitalista onde os indivíduos exploram uns aos outros, as relações que foram se estabelecendo a partir desse arquétipo foi de diferenças e desigualdades entre os gêneros que foi determinando o papel de cada um dentro da sociedade, e logicamente, no processo produtivo. Ainda que na atualidade a ciência tenha rompido com esse paradigma, ainda não foi capaz de superar totalmente com a visão que se tem do homem e da mulher, seus papéis dentro da sociedade.

As relações de gênero estão interrelacionadas com o contexto histórico, político, econômico e social que são determinadas pela forma como os valores são transmitidos, pela forma como os sujeitos trabalham e como são educados. Para Caloto (2008, p. 114),

A construção do conceito de gênero traduz um manifesto à desigual distribuição de responsabilidades na produção social da existência, ao reconhecer que o lugar socialmente atribuído a cada um está sujeito ao seu sexo e raça, entre outras variáveis de base biológica, reconhecer-se uma dimensão das desigualdades – que têm como alicerce construções sociais, até

então absorvidas seja pela dimensão meramente econômica, seja pelas teorias das classes ou da estratificação social.

Observa-se que a mulher teve que romper com uma condição que era determinada principalmente pela leitura da igreja conservadora que era contra a sua ‘saída de casa’ para ingressar no mercado de trabalho, pois iria desestruturar a família onde lhe era atribuída a responsabilidade de educar os filhos.

Romper com as desigualdades é considerado um dos mais importantes avanços que houve dos últimos anos, principalmente pelo fato de o conceito de gênero atual fazer frente à perspectiva biológica centrada no patriarcalismo. Conforme Andrade (2008, p. 146),

O trabalho, considerado atividade central na vida e na história da humanidade, constitui categoria central para compreensão da reprodução da vida social e das relações sociais na contemporaneidade, pois além de responder às necessidades dos seres humanos, em qualquer forma social, é força motriz da sociedade capitalista, uma vez que é considerado criador de valor das mercadorias e instrumento de valorização e materialização da força do capital.

Mas, não se trata apenas de uma relação econômica dentro do mundo produtivo, o trabalho é antes de tudo um processo de hominização, como destaca Frigotto (1995). No entendimento deste autor é pelo trabalho que o homem, enquanto espécie, se humaniza e transforma a natureza e no processo de transformação da natureza constrói a história, produz riquezas e sai da condição de mero objeto observador para ser sujeito da sua ação.

Para a mulher ingressar no mercado de trabalho não significa somente poder contribuir na renda da família, mas também poder se criar e recriar-se no curso da história, e se sentir criadora, é antes de tudo se sentir sujeito de sua própria história, representa superar o discurso preconceituoso de ‘incapaz’, significa a elevação da autoestima e qualidade de vida.

Retratar a trajetória de vida e trabalho das mulheres empreendedoras de Boa Vista, Roraima, supõe uma análise de superação de um estereótipo romântico de ‘mulher Amélia, da mulher capa de revista, da mulher que desfila, da negra brejeira. Significa retratar a mulher inserida em múltiplas jornadas de trabalho: esposa, mãe, motorista da família, cozinheira, gestora do lar, mas que também é mulher de negócio, que se destaca como empreendedora em sua autonomia e liberdade.

Bruschini (2000, p. 17) considera que não é suficiente ter espírito empreendedor, para entrar no mercado de trabalho, a mulher tem que traçar uma verdadeira engenharia complexa

de enfrentamento de alguns aspectos como: “pessoais relacionadas à família, estado conjugal e a presença dos filhos”. Essas questões, na opinião da autora, afetam muito mais a mulher que os homens.

Reconstituir a trajetória de mulheres empreendedoras como Bia, Nilza e Fernanda significa tentar compreender como essas mulheres conseguiram romper com o conservadorismo do mundo do negócio e tornar-se referência como empreendedoras de sucesso.

Leoni Beatriz de Siqueira, 54 anos, natural de Rio Grande do Sul, mora em Boa Vista a 26 anos, professora com terceiro grau incompleto, que veio morar em Boa Vista em decorrência da transferência profissional do ex-marido, é uma das histórias de sucesso de empreendimento. Bia, como gosta de ser chamada é uma das tantas histórias de superação da mulher. Ela nos conta que no ano de 1987 chegou a Roraima e por lá ficou. Vejamos sua história:

Vim acompanhando o meu ex-marido, militar do exército, e minhas duas filhas. A Família saiu de Natal, no Rio Grande do Norte, de carro, até Boa Vista. preferimos vir de carro para economizar a indenização que o meu marido recebeu. O veículo funcionava a gás e gasolina. A viagem durou 12 dias. (Beatriz, entrevista/2013)

Em entrevista relata que não tinha intenção de ser comerciante. Era a chamada ‘sacoleira’ que vendia confecções nas repartições públicas, e diante da dificuldade econômica que passava, sua irmã começou a enviar-lhe confecções com 20% de desconto. O risco era grande porque tinha que vender mercadoria em uma cidade que não conhecia ainda e não tinha amigadas. De acordo com Costa (2011, p. 29)

O processo de precarização do trabalho afeta de forma desigual as diferentes categorias sociais, mas afeta principalmente os trabalhadores. [...] Alguns trabalhadores ainda conseguem se colocar nesse novo modelo, são aqueles que possuem formação e qualificação, por isso atendem os critérios exigidos pelo mercado que é cada vez mais competitivo. Mas outros, que se apresentam em maior número, encontram-se perdidos, desmembrados, das regulações coletivas e do direito ao trabalho.

Bia faz parte daquele contingente de pessoas que teve o salário desvalorizado e com a queda do padrão familiar, ela se viu compelida a buscar alternativas para melhores condições de vida. No início começou vendendo confecções para as esposas de militares da Vila Militar onde morava, até que num certo momento uma cliente sugeriu que ela visitasse o Instituto

Nacional de Seguridade Social – INSS, foi quando ela se encheu de coragem e começou a visitar órgãos públicos.

Bia é considerada um exemplo de empreendedora que iniciou suas atividades por meio da informalidade. Esse tipo de atividade representa uma série de problemas para as trabalhadoras porque não podem ter acesso a financiamento, não tem direito à proteção social, exceto se for contribuinte autônoma; não tem direito a aposentadoria por tempo de serviço ou em caso de invalidez, não tem amparo trabalhista em caso de doença e não tem perfil para participar de programas sociais do Governo Federal.

Bia é considerada um típico caso de empreendedora que se faz por necessidade. De acordo com o GEM (2012, p. 14), “empreendedores por necessidade são aqueles que iniciam um empreendimento autônomo por não possuírem melhores opções de trabalho, abrindo um negócio a fim de gerar renda para si e suas famílias”.

Em um período de dois anos Bia vendeu confecções enviadas de Porto Alegre por sua irmã, ganhando apenas comissão. Fazia as visitas às repartições e residências de bicicleta e deixava suas filhas com a vizinha, que na época tinham quatro e seis anos de idade. Costa (2011, p. 23) assinala que

Evidências apontam que coube às mulheres parte substancial do elevado custo social deste processo e as famílias chefiadas por mulheres com filhos pequenos foram as mais afetadas. No caso destas últimas, o custo social parece ser ainda maior, pois enfrentam o duplo desafio de simultaneamente cuidar e prover.

Agrega-se a essa análise a crise existencial que a mulher passa pelo fato de se sentir culpada por não poder estar presente nos momentos importantes da vida dos filhos, pois considera sacrifício dos filhos o fato de não ter tempo para levar a escola, fazer a comida ou colocar na cama para dormir, momentos estes considerados importantes para uma mãe.

A falta de tempo para a vida pessoal e os cuidados com a família são indicados como elementos dificultadores do empreendedorismo, pois implica em longos momentos de ausência do lar e sacrifício da família. Conforme Omni (2013, p. 80)

As longas jornadas de trabalho fazem parte do dia a dia do empreendedor. É preciso estar preparado para essa realidade e ser totalmente transparente com a família. De certa maneira, é como se eles também se tornassem sócios da empresa – parceiros e filhos precisam saber que o negócio consumirá boa

parte do seu tempo, e estar de acordo com isso. Caso contrário cria-se um conflito difícil de superar.

Quando a empresária se refere ao fato de ter deixado as filhas pequenas com vizinhas para poder trabalhar verifica-se certo sentimento de culpa descrito por, pois “As mulheres elaboram um sentimento de culpa alimentado pela família e por elas próprias, em função da necessidade de abrirem mão do tempo destinado à convivência com a família e de suas tarefas de “mãe” e “esposa” para se dedicarem aos negócios” (CRAMER et al, 2012, p. 55).

Bia não se deteve diante das dificuldades, pelo contrário, serviu de desafio para buscar meios para proporcionar conforto e qualidade de vida para a família. Bia desenvolveu métodos de organização. Para aproveitar melhor o tempo enquanto estava em casa porque não podia parar, envolvia suas filhas no trabalho como se fosse uma brincadeira, uma forma que ela encontrou de lhes dar mais atenção acondicionando as mercadorias em sacolas de acordo com os pedidos das clientes. Segundo ela própria “Eu sempre anotava tudo que as pessoas iam querer. Então dividia, com minhas filhas, tudo em sacolas e deixava na casa de cada uma para que elas pudessem provar, e escolher à vontade” (Bia, entrevista/2013).

A preocupação com a clientela já demonstra o espírito empreendedor de Bia, pois anotava as preferências e também criou redes, e a cada visita para venda pedia indicação de futuras clientes para fazer a visita. Segundo seus relatos, sempre que visitava alguém desconhecido sempre tinha como quase certa uma nova venda. Para Costa (2011, p. 29),

A expansão do mercado informal, do crescimento do desemprego, da precarização das condições e proteção do trabalho que geram exclusão social sem levar em consideração as causas naturais. A problemática das mulheres como uma das expressões da “nova questão” social persiste, tendo em vista a continuidade da cultura machista que se perpetua na exploração sexual, nas condições inferiores de renda e prestígio social e na jornada dupla de trabalho.

Ainda que não tivesse intenção de permanecer no negócio continuou vendendo e fez economias para comprar seu próprio estoque. Nessa época já “tinha conseguido garantir uma boa clientela e percebi que podia ganhar muito mais” (Bia, entrevista/2013)

De negócio por necessidade passou para oportunidade: “Os empreendedores por oportunidade optam por iniciar um novo negócio mesmo quando possuem alternativas de emprego e renda, ou ainda, para manter ou aumentar sua renda pelo desejo de independência no trabalho” (GEM, 2012, p. 14). Segundo Bia,

Senti que com aquela atividade poderia ganhar a minha liberdade financeira, o que não poderia acontecer trabalhando apenas como professora. Além disso poderia ajudar minha família a viver de uma maneira mais confortável, pois só com o meu salário como professora, junto com o do meu ex-marido como sargento do Exército, não dava para muita coisa. vivíamos com o orçamento apertado. Com o dinheiro contado no final do mês. (Bia, entrevista/2013)

O piso salarial de um professor de acordo com o Portal da Transparência é de R\$ 1.451 reais, esse valor não é suficiente para prover uma família, ainda que seja pequena e apesar de que Bia seja professora, o salário não é convidativo para que o profissional permaneça na profissão, de maneira que o empreendedorismo, ainda que tenha começado na informalidade foi o grande atrativo.

Por ter conseguido fidelizar uma clientela e com o crescimento das suas vendas, passou a vender na sua residência, sem horário ou dia para atender as clientes. Essa realidade fez com que pensasse em criar um espaço adequado para vender suas confecções. Após cinco anos de trabalhado e economizando conseguiu comprar um imóvel onde vendia suas mercadorias. Todavia, o atendimento continuou de forma improvisada, com as mercadorias dentro das caixas.

Segundo os relatos de Bia,

Eu precisava de um local só para guardar as mercadorias e expor para vender. Enquanto ficava com o estoque em casa não tinha descanso. As pessoas iam lá a qualquer hora para comprar. Podia ser de noite, na hora do almoço, sábado ou domingo. [...] Por conta disso, Bia e o marido resolveram fazer uma parceria, cada qual num ramo de negócio. Reuniram suas economias, compraram um terreno e construíram um pequeno prédio para instalar seus comércios. O dela, de confecções, e o dele de venda de frango assado. [...] Fiquei com um quartinho apertado, na parte de trás do prédio, mas quando as pessoas iam comprar frango, eu aproveitava e já oferecia roupas (Bia, entrevista/2013).

Como o negócio do marido não prosperou, ele cedeu o espaço para Bia montar sua tão sonhada loja, nesse momento nasceu o Bia Shopping, no ano de 2000. Bia lembra que o nome sugerido pela filha não condizia com a realidade, pois era apenas uma lojinha, mas a filha argumentou que aquilo era apenas o começo, que um dia seria um shopping.

Nesse momento surgiu a necessidade de contratar duas funcionárias, e somando as duas filhas e a própria Bia, constituíam a mão de obra da empresa por um período de cinco anos. Com o crescimento, e sempre fazendo economias, surgiu a oportunidade de comprar um

imóvel ao lado da loja e criar uma loja de departamentos e justificar o próprio nome, como havia sonhado sua filha.

Percebe-se que o ingresso da mulher no mercado ocorre em diferentes contextos históricos e tem vários condicionantes, mas tem um ponto convergente, a melhoria da qualidade de vida. Picanço (2011, p. 38) afirma que,

Por um lado essa inserção se deu como realização individual, desejo de autonomia e de independência, ligados a valores mais modernos resultantes das lutas feministas por direitos iguais, por outro lado foi pela necessidade econômica para a complementação de renda especialmente em sociedades tão desiguais como a brasileira.

No início só vendia roupas femininas e a partir da inauguração da loja passou a diversificar com roupas femininas, masculinas, infantis, calçados, cama, mesa, banho, brinquedos, acessórios femininos, bolsas dentre outras.

Bia relata que durante esse processo passou por muitas dificuldades e diante da necessidade de comprar pessoalmente suas mercadorias teve que enfrentar problemas de créditos, que no caso de uma empresária iniciante de uma região distante é sempre difícil. ela relata que,

Em 1997, quando fui a São Paulo pela primeira vez para fazer compras para a loja, precisei de alguém que servisse como meu avalista. Mas não tinha ninguém que pudesse fazer isso por mim, lá. O que me salvou foi que eu era esposa de militar, e isso me serviu muito de referência. Apresentei minha carteira, eles deram alguns telefonemas e finalmente consegui trazer o que consegui comprar (Bia, entrevista/2013).

As experiências vividas por Bia comprovam a pesquisa de Leal et al (2012, p. 5) segundo a qual uma das dificuldades para empreender em um negócio é a burocracia no momento de contrair empréstimos, por esse motivo os empreendedores iniciantes terminam por utilizar as suas próprias economias.

Em pesquisa realizada pela Omni Marketing em parceria com o Fundo Nacional da Qualidade e publicada pela Revista Pequenas Empresas e Grandes Negócios, indica que recorrer a recursos próprios é o melhor caminho para o empreendedor iniciante. “O fato de ele estar usando dinheiro seu, da família ou de amigos é algo positivo. Isso indica que está criando negócios compatíveis com o capital de que dispõem”. (OMNI MARKETING, 2013, p. 81).

São escassos os estudos sobre o tratamento de gênero na concessão de crédito, mas de acordo com pesquisas realizadas por Fay e Williams (2012) por meio de um protocolo experimental foi possível constatar que em situações idênticas, os funcionários de uma instituição financeira tratam de forma diferente homens e mulheres. Esse fato é verificado principalmente quanto ao nível de formação da cliente, principalmente se tem formação de nível médio, fato que não se apresentou no caso do homem, isso quer dizer que existe critério diferente de avaliação no momento de conceder o crédito.

Outro ponto que é comprovado nas pesquisas diz respeito às razões que levam a abertura de empresa que está relacionada à satisfação pessoal ou frustração profissional, por não conseguir um orçamento que garanta conforto a família, entre outros: “No que tange a abertura das empresas por mulheres, um ponto relevante está ligado às razões que levam mulheres a empreender, destacando-se a busca por conciliar trabalho e família e a insatisfação ou frustração com um emprego anterior, pontos estes ressaltados na literatura” (MACHADO, 2012, p. 5).

Uma questão que merece destaque é que Bia não faz referência na entrevista sobre o trabalho doméstico, ou seja, é como se o trabalho doméstico como cozinhar, lavar, passar, limpar casa, cuidar de filhos estivesse cristalizado ou naturalizado na sua vida.

A questão do tempo gasto com o trabalho doméstico não é computado pela mulher nem era computado pelos órgãos de pesquisa, somente a partir de 2001 é que a PNAD passou a considerar como quesito as horas gastas em atividades domésticas. No entanto, o tempo gasto com essas atividades varia de sete a nove horas. Bruschini (2008, p. 71) assinala que,

Pagamento de aluguéis, impostos, prestações, contas, salários de empregados e outras despesas e administração do patrimônio, através de poupança ou de investimentos. Também são tarefas desse bloco a aquisição dos bens de consumo necessários para a casa e a família, tais como alimentos, produtos de limpeza ou de higiene pessoal, por meio de idas regulares a feiras, supermercados e similares. A compra de vestuário, utensílios domésticos, objetos para a casa e presentes também se inclui nesse grupo, embora seja provavelmente realizada de maneira menos regular do que a compra dos itens básicos. Pode-se afirmar, porém, que a administração ou gerência do lar engloba todas as atividades, sendo tanto mais eficiente quanto mais bem integrados estiverem os demais afazeres domésticos.

Somadas as horas gastas nas atividades domésticas com as horas de trabalho fora do domicílio pode-se dizer que a empreendedora não tem nenhum tempo destinado para o lazer e o ócio criativo, aliás, isso não foi relatado na entrevista.

Bia pode ser considerada uma empreendedora nata e ‘especialista’ em planejamento econômico, ela argumenta que nunca passou por problemas financeiros sérios por conseguir planejar muito bem o orçamento e enfrentar as dificuldades. Nunca investe mais que 80% do que tem em caixa.

A saída para não ter problemas econômicos é que diversifica seus investimentos para não depender exclusivamente de uma fonte, nesse caso investiu também em imóveis. Outra estratégia é buscar fidelizar e sempre negociar a dívida do cliente. Conforme ela própria,

Quando ainda vendia roupas como sacoleira, ouvi uma cliente me dizer que um dia me tornaria uma empresária. Naquele momento achei aquilo engraçado, mas gostei muito ficou na minha mente e dentro de mim comecei a avaliar melhor essa possibilidade, e em alguns anos tinha minha loja montada (Bia, entrevista/2013)

Cramer et al (2012, p. 57) argumentam que para ter sucesso em qualquer tipo de empreendimento são necessários três elementos básicos, o recurso financeiro, ideias e o indivíduo. Para estes autores “o indivíduo precisa ter objetivo, ter um sonho, mas não basta ter ideias se não forem estabelecidas estratégias adequadas para torná-las em realidade”.

A Omni Marketing (2013) em pesquisa com 3.623 empreendedores, no período de novembro a dezembro de 2012 confirma dados do GEM onde entre as habilidades imprescindíveis para ser um empreendedor. Apresentou uma lista na qual os entrevistados podiam escolher três alternativas, os mais destacados foram: 56% precisa ter uma visão de estratégica; 47% precisa ter criatividade/inação; 35% saber formar e liderar equipes; 33% acreditar no que faz; 29% ousadia/disposição para correr riscos.

No caso de Bia acredita-se que é um exemplo de ‘indivíduo’ que possui ideias e objetivos, além da visão estratégica, criatividade, liderar equipes e ousadia, foi seu sonho que lhe possibilitou seu estabelecimento como empreendedora que decidiu entrar em um universo que era desconhecido. Exigiu tenacidade para inventar soluções e enfrentar as adversidades para as quais não estava treinada e isso envolveu riscos, disposição e capacidade de adaptação e responsabilidade na tomada de decisão.

No decorrer destes anos Bia se casou novamente teve mais dois filhos homens, conseguiu que os três mais velhos estudassem curso superior, ela se estabeleceu como empreendedora e fidelizou clientes. Hoje tem cinco lojas, é reconhecida no mercado de Roraima, suas empresas tem características de empresa familiar, ou seja, aglutinou seus filhos

e algumas irmãs em torno da atividade econômica que iniciou. Isso ficou claro quando afirmou na entrevista em relação aos filhos: “Eles sempre estiveram comigo em toda a trajetória e hoje são meus braços nas lojas. Considero isso um fator muito importante para o futuro, sei que elas vão continuar o que comecei” (Bia, entrevista/2013).

3. 2 Nilza, sofrimento, suor e vitória no empreendedorismo

De faxineira à artista plástica, essa foi a trajetória de Nilza Reginatto, 48 anos de idade, natural de Rio Grande do Sul reside em BV a 35 anos, tem três filhos, nível de escolaridade ensino médio. A empresária e artista plástica não teve uma vida considerada fácil. Desde criança teve que enfrentar muitas dificuldades, primeiro foi a morte da mãe e depois um incêndio que destruiu a serraria de onde o pai tirava o sustento da família.

Em entrevista, Nilza Reginatto conta que a vida no Rio Grande do Sul, sua cidade natal, era muito difícil e após a perda da única fonte de renda, seu pai soube das oportunidades de emprego na região Norte. Foi quando teve a ideia de vir para Roraima. Ao chegar no Estado se estabeleceu no Município de Caracaraí, próximo a Vila Novo Paraíso a 500 Km da capital e lá montou uma serraria. Depois de um tempo retornou ao Rio Grande do Sul para pegar seu filho mais velho e assim criar certa estrutura para trazer toda a família.

Após se estabelecer no Estado, seu pai coloca as dez pessoas que fazia parte de sua família em um caminhão tipo pau-de-arara e partiu em longa viagem rumo a Roraima. Chegando ao estado na década de 70, a família se estabeleceu em uma localidade sem a mínima infraestrutura, a casa onde moravam era de barro e sem piso.

Nilza Reginatto trabalhava com o pai na serraria e desenvolvia atividades muito pesadas, em um ambiente que era só de homens. Com a convicção de que não tinha habilidade para viver na roça e considerando a exaustão do trabalho que desenvolvia resolveu vir morar na cidade e ter uma perspectiva de estudar.

Reconhecia a importância do estudo e queria muito aprender, mas na localidade onde morava não tinha escola. A oportunidade de sair da zona rural e ir para a cidade surgiu pelo convite de um casal de amigos para morar em Boa Vista – RR. Pelo fato de não possuir recursos e sem local para morar resolveu trabalhar como doméstica em troca de moradia.

Naquele contexto, trabalhar como empregada doméstica significava não ter direito a uma série de garantias que hoje são oferecidas, principalmente porque a profissão de empregado doméstico só foi regulamentada em dezembro do ano de 2012 pela Lei nº 5.859.

Com a família no interior e sem parentes na cidade vivia praticamente uma vida de exploração. De acordo com Duque Arrazola (2012, p. 253),

Reconhecida como trabalho, tanto por não objetivar-se em produtos de troca mercantil para a produção de riqueza e acumulação do capital, como por serem, para a ideologia patriarcal de gênero, tarefas e tempos domésticos de reprodução e cuidados cotidianos, entendidos como doações e entrega feminina, desdobramento de suas obrigações com a maternidade, definidora do papel das mulheres no mundo.

Ainda que em tese essa condição tenha mudado com a promulgação da Lei do Empregado Doméstico, o tipo de trabalho, apesar de formalizado, ainda é considerado pejorativamente de subemprego. A lei muda a relação entre patrão e empregado, mas não muda a forma de pensar das pessoas.

Essa é mais uma história de pessoas que migram para a cidade em busca de formação, historicamente é um fato que se repete continuamente, visto que não há uma política para manter as famílias no campo, oferecendo-lhes condições de trabalho, moradia e formação. Aquelas pessoas que desejam continuar os estudos forçosamente têm que ir morar na cidade e dessa forma entram para as estatísticas de emprego informal por não ter formação.

Como mulher de origem rural Nilza vivencia a falta de programas sociais voltados para essa área. Conforme Melo (2012, p. 249),

A Mulher agricultora, apesar da efetiva participação na produção familiar, não é pensado como agente do processo produtivo, quando da criação de programas que compõem a política agrícola. Esses programas, inspirados na histórica divisão sexual do trabalho que determina espaços diferentes para homens e mulheres, são desenhados para atender ao homem produtor, o responsável pela produção familiar.

Como é possível constatar na análise de Melo (2012), Nilza não teria a menor condição de desenvolvimento profissional morando na zona rural porque no contexto em que vivia praticamente inexistiam políticas públicas, era muito mais desfavorável que no momento atual.

Com o passar do tempo recebeu convite para trabalhar como faxineira em uma loja de decoração. “Para quem sabe o que quer, a encruzilhada tem sempre um caminho reservado, e que nem sempre é o caminho mais plano” (Nilza, entrevista/ 2013). Apesar do tipo de serviço era a sua oportunidade de ter um salário e se dedicar mais aos estudos, visto que teria menos trabalho.

Destaque-se que Nilza Reginatto nunca pensou em ter um emprego formal, como funcionária pública, por exemplo, que é o perfil do Estado de Roraima. No passado, o grande sonho de uma pessoa era ser empregado do governo, mas Nilza Reginatto sempre pensou em ter um negócio próprio.

Mesmo que conseguisse um trabalho formal no governo não alteraria sua condição, continuaria em um trabalho considerado inferior por não ter qualificação profissional. No seu caso não foi uma questão de opção, mas de oportunidade. “Há uma mudança geracional em curso. Na pesquisa do GEM deste ano, introduzimos uma nova pergunta: “Qual o seu principal sonho” 44% responderam que era abrir o próprio negócio, e apenas 25% disseram que teriam de ter um bom emprego formal. Vem aí uma nova geração de empreendedores, com mais conhecimentos e vontade de inovar” (FNQ, 2013, p. 81).

Como é possível observar, Nilza Reginatto, no passado, já tinha uma visão de futuro, ou seja, já pensava em ter seu negócio, em empreender e veio a união do útil à oportunidade, a empresa onde começou a trabalhar era de confecção de quadros e molduras. Quando Nilza Reginatto terminava o estudo e a faxina ajudava na oficina de molduras e sua habilidade e conhecimentos adquiridos na serraria do pai foram de grande utilidade, e assim ela foi se aperfeiçoando. De acordo com suas próprias palavras,

Tomei gosto pelos trabalhos manuais. Até mesmo quando saia a passeio ficava prestando atenção a qualquer coisa que pudesse ser aproveitada para a confecção de uma peça artesanal. Sempre que ia para um sítio com meus padrões, em vez de ficar com os adultos, preferia me juntar às crianças para sair catando folhas, argila e tudo que se adaptasse e fosse aproveitável para brincar de montar peças. (Nilza, entrevista/2013)

De acordo com seus relatos, sua primeira peça vendida foi resultado de uma brincadeira de criança, na qual montou um arranjo a partir de argila, galhos e folhas secas que ficou exposta na loja onde trabalhava. A peça chamou muito atenção e terminou sendo vendida.

O talento para o negócio surgiu quando Nilza Reginatto percebeu que tinha habilidades para a arte e que podia ganhar dinheiro com sua criação, foi quando começou a fazer artesanato juntando elementos como folha, barro, vidro, criando mosaico, porta retrato, vasos, etc. nesse momento surgiu o sonho de independência financeira e realização pessoal no sentido de criar seu próprio negócio. Em entrevista afirma que a ideia de montar sua empresa surgiu,

Em razão da minha vocação para a arte. Então porque não colocar em prática o que sei fazer? E quando pensei em abrir a empresa não sabia que nome colocar. Mas eu precisava de um nome forte, que causasse impacto. Então perguntei a algumas pessoas o que achavam de Reginatto e todos gostaram da ideia, inclusive disseram que iria virar marca. Tanto é que ninguém me chama de Nilza, só de Reginatto. (Nilza, entrevista/2013)

Nilza Reginatto casou com o filho do dono da empresa e de faxineira passou a cuidar da loja com o marido e seguiu aperfeiçoando sua técnica. Por convite de uma amiga começou a expor seus produtos nas feiras do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE. Com o aperfeiçoamento e refinamento de sua técnica, utilização de material mais caro, seu trabalho deixou de estar dentro do poder aquisitivo do público das feiras, foi nesse momento que decidiu expor seus trabalhos apenas na loja.

Por outro lado, ainda que tivesse talento, não poderia ir muito longe se não tivesse a preocupação de especializar-se e investir na sua autoformação buscando aperfeiçoar e desenvolver novas técnicas. O sonho de montar seu próprio negócio veio quando o sogro resolveu vender a empresa. Nilza convenceu o marido a comprar a empresa e em negociação com o sogro conseguiu parcelar as prestações que seriam pagas com o rendimento. Durante dois anos pagaram as parcelas, mas quando tudo parecia bem veio a separação, no ano de 1999, e teve que novamente recomeçar sua vida, só que agora com a responsabilidade de criar três filhos.

É interessante o fato de a entrevistada mencionar a sua responsabilidade com a criação dos filhos por dois motivos: Primeiro, ainda que não tenha sido mencionada na entrevista, mas a revisão de literatura indica que a separação representa para algumas mulheres a redução de horas gastas com tarefas domésticas. Para Bruschini (2008, p. 76),

Muitas apontaram uma diminuição importante das tarefas domésticas depois de separação conjugal: Agora sobra tempo, quando eu tinha marido eu não conseguia fazer nada [...] Ele sujava muita roupa, não tirava o prato do lugar, eu tinha que fazer muito mais comida. [...] Depois que ele saiu de casa, o serviço reduziu em 50%” (40 anos, vendedora autônoma, duas filhas).

A segunda questão é que o homem não aparece com a responsabilidade de cuidar dos filhos, mesmo quando estão casados, quando se divorciam é pior porque parece que o divórcio se estende aos filhos também, a mulher se vê na obrigação de prover o sustento, oferecer amparo psicológico e logístico levando para a escola, levando ao médico, fazendo comida, dentre muitas outras tarefas.

Recomeçando praticamente do zero e sem dinheiro para montar suas peças artesanais estruturou seu ateliê na sua casa e continuou montando sua obra com a partir de vidros velhos, folhas secas, barro, entre outros. Como ela própria diz “mais uma vez começando sem nada, tive que privar meus filhos de total conforto, pois até o quarto deles utilizei para seguir com meu trabalho. Foi um período muito difícil, eu acho que só Deus mesmo para me fazer aguentar tudo que passei” (Nilza, entrevista/ 2013).

Durante dois anos seguindo nessa batalha foi quando um empresário deu-lhe a oportunidade de expor seu trabalho em seu instituto de beleza. Ela fez exposição de quadros, espelhos e aparadores. A partir dessa experiência começou a expor seu trabalho em floriculturas e lojas de decoração, voltando a ser reconhecida e abrindo novos caminhos.

À medida que o tempo foi passando, um fornecedor facilitou a compra de máquina de cortar vidro, máquina de grampear e plastificar, que Nilza Reginatto conseguiu pagar em dez vezes. Mas ainda não dispunha de oficina para colocar as máquinas que ficavam na sua sala, sem local próprio para vender sua produção. A solução encontrada foi desalojar os filhos e adaptar o quarto deles para instalar as máquinas, mesmo porque eram máquinas perigosas e precisavam ficar em lugar fechado para evitar acidente com seus filhos que eram todos pequenos.

Por não ter funcionários, ela mesma tinha que furar as paredes dos clientes para poder fazer a instalação dos quadros, mas seu negócio continuou crescendo e sua casa já não comportava todos os produtos e novos problemas começaram a surgir. Mais uma vez, ela se deparou com enormes problemas. O imóvel escolhido, e apropriado para a instalação da loja, tinha um aluguel muito alto, e, além disso, o dono exigia um fiador. Como desistir não era sua característica, foi à luta. Embora o proprietário do imóvel tenha permanecido inflexível na exigência do fiador ela não esmoreceu. Inicialmente procurou um casal de conhecidos, na esperança de que eles aceitassem dar fiança, mas eles se recusaram. Ainda insistiu com o proprietário do imóvel para fazer um aluguel temporário, até que seu irmão que estava viajando chegasse para ser o fiador, mas não obteve êxito. Ela nos relata que,

Quando mostrei o orçamento para mudar a fachada do prédio e o projeto como eu queria e que um fornecedor de vidros antigo havia parcelado e ainda me dado um desconto de quase dois mil reais que na época era muito dinheiro, o dono do prédio resolveu alugar pra mim sem fiador, porque eu havia provado para ele, que eu era honesta. (Nilza, entrevista/2013).

Nilza sabia que sua loja não ficaria por muito tempo sob aluguel, pois seu sonho era comprar seu próprio espaço. Assegurou ao dono do imóvel que permaneceria ali apenas por um período de dois anos, jura essa que o dono do imóvel não acreditou, aliás, de acordo com os relatos, alugou pra ela, mas tinha insegurança pela sua situação, uma mulher só e com três filhos pequenos, tinha suas dúvidas se ela realmente iria conseguir honrar o compromisso com o aluguel, mas resolveu dar um voto de confiança.

Ao superar as dificuldades anteriores, no ano de 2000 conseguiu realizar o sonho de ter seu prédio próprio, então a empreendedora passou a se dedicar na instalação e montagem de sua própria loja. Era comum dedicar em torno de doze horas de trabalho na decoração e pintura da loja realizada por ela mesma. Dedicção de um longo período de tempo à empresa é uma tendência no perfil do empreendedor, de acordo com FNQ (2013)¹⁸ do total de empreendedores entrevistados, 34% trabalham mais de doze horas; 29% trabalham entre dez e doze horas; 18% trabalham oito e dez horas; 10% trabalham seis horas e 4% e 5% trabalham menos de seis horas.

A dedicação, as longas horas de trabalho é que tem possibilitado à empresária e a empreendedora crescer no mercado e conquistar seu espaço. Em novembro de 2004, finalmente, Nilza inaugura seu atelier próprio, localizado na Avenida Ville Roy e construído com recursos próprios. “Às vezes olho para esse lugar e custo a acreditar que é meu, porque um dia sonhei em ter um lugar para expor meus trabalhos, mas não como esse. Pensava num prédio 3m por 3m. E hoje, estou aqui, trabalhando com três colaboradores e pensando inclusive em ampliar a estrutura”. (Nilza, entrevista/2013).

Nilza também enfrentou muitas dificuldades no ramo empresarial, ela destaca que os entraves são incontornáveis para se estabelecer como empresária em Roraima: impostos, encargos sociais e frete são considerados os principais empecilhos e para superá-los, em parte, opta por utilizar apenas produtos do mercado local. Vejamos:

Tento utilizar tudo que posso no meu trabalho. Sempre dá para aproveitar alguma coisa que alguém vai jogar fora. Além disso, o mercado da cidade já dispõe de muita matéria-prima. O que falta apenas é o acabamento. Então, apenas parte do material, eu preciso trazer de fora, para peças mais finas. (Nilza, entrevista/2013).

¹⁸ OMNI MARKETING. A Nova cara dos negócios no Brasil. In: **Pequenas Empresas e Grandes Negócios**, p. 85, Março de 2013.

Na pesquisa realizada pela Fundação Nacional da Qualidade – FNQ (2013)¹⁹, umas das perguntas realizadas com 65.439 empreendedores, e onde 3.623 responderam indica que entre os obstáculos enfrentados por empresários estão: a carga tributária – o Brasil tem uma das legislações tributárias mais complexas do mundo, com elevadas taxas de impostos; encargos trabalhistas; falta de capital de giro – a maior parte das empresas enfrentam dificuldades no primeiro ano, já que a rentabilidade ainda não cobre os custos. Esses problemas são bem reais e foram enfrentados por Nilza. Segundo suas palavras “As dificuldades são muitas, o que são comuns aos empresários, como carga tributária, fretes caros demais e mão de obra qualificada. Temos que ter muita vontade para levar um negócio à frente. Temos que ser econômicos, porque tudo é voltado para a empresa”. (Nilza, entrevista/2013).

Segundo resultados da pesquisa da FNQ (2013)²⁰ entre as principais dificuldades do empreendedor estão: encontrar funcionários qualificados 63%; carga tributária 58%; falta de capital de giro 42% e encargos trabalhistas 36%. Os fatores concorrência de empresas maiores/globais; falta de tempo para a vida profissional; falta de conhecimento em gestão financeira, entre outros obtiveram menos de 25%.

Uma forma encontrada pela empresária para fidelizar cliente é procurar trabalhar as encomendas de acordo com o gosto do cliente, usando o material que ele deseja, e destaca que muitos clientes não valorizam o produto regional, o que considera um desafio a ser superado.

Segundo Nilza, o segredo para manter-se no mercado tão competitivo é:

Muito esforço, criatividade e bom gosto que já nasceu comigo. E tenho certeza que tenho bom gosto. Misturar criatividade com bom gosto na decoração é infalível. E digo que nem sempre o mais caro é o que vai ficar melhor na composição na hora de decorar. (Nilza, entrevista/2013).

Outro elemento importante é que Nilza disponibiliza obras exclusivas. Para tanto faz visitas ao cliente, analisa o espaço, consulta o gosto e a partir disso faz a criação e instala pessoalmente. Saber o que o cliente quer, interpretar seus desejos é muito importante para manter-se no mercado. Conforme a FNQ (2013)²¹, quando questionados sobre se sabem o que os clientes esperam, 62% dos empreendedores costumam conversar com os clientes; 17% acha que sim, mas não tenho certeza e 15% responderam sim, porque fazem pesquisas. Estar

¹⁹ Idem, pp. 79-80.

²⁰ Idem, p. 81.

²¹ Idem, p. 85.

atento ao mercado, de acordo com os dados, constitui elemento fundamental para se destacar como empreendedor.

Diante do desenvolvimento que Roraima está passando, a empreendedora acredita que os empresários devem procurar acompanhar o desenvolvimento, sendo criativas, sabendo inovar e estando sempre atentas as novas tendências. Grade et al (2010, p. 23) ao propõe novos padrões de estratégias para o desenvolvimento de local e regional,

Na viabilização de processos sustentáveis de crescimento econômico e distribuição de riquezas. Ganham centralidade formas de desenvolvimento sustentável e solidário. Estes novos conceitos vêm ocupando a agenda dos setores populares como caminho alternativos, como possibilidade a partir das condições dadas e para além delas.

No que se refere ao papel do empreendedor diante das perspectivas de mercado, em termos de habilidades imprescindíveis as pesquisas da FNQ (2013)²² indicam que: 56% devem ter visão estratégica; 47% criatividade/inovação; 35% saber formar e liderar equipes; 33% acreditar no que faz; 29% ousadia/disposição para correr riscos; 22% experiência na área de atuação.

Vieira (2010, p. 163) nos diz que “conhecimentos não se transfere, pois o que se transfere são informações”, com base na autora pode-se dizer que as habilidades descritas nas pesquisas do FNQ podem ser desenvolvidas, pois empreendedor não se faz apenas com vocação natural, é preciso “utilizar uma pedagogia que possa auxiliar na formação de um sentimento de autonomia, desenvolvendo nas pessoas a capacidade de independência, cooperação, de compartilhamento e de participação”. (VIEIRA, 2010, p. 162).

Como empreendedora Nilza acredita que Roraima tem um grande potencial em seu ramo de atividade, principalmente com a expansão da cidade com novos loteamentos, novas construções modernas que no estado existe pessoas que acompanham esse crescimento com profissionalismo. Seus planos constituem em continuar investindo no estado que ainda está em fase de crescimento, pretende também ajudar aquelas pessoas que desejam e querem realmente trabalhar no ramo e estão dispostas a enfrentar as dificuldades e aumentar o espaço de sua oficina. Sua meta é continuar inovando sempre e valorizar o produto local.

O presidente do SEBRAE Luiz Barreto analisa que todas as pesquisas realizadas pelo SEBRAE indicam o otimismo do empreendedor e comenta alguns dos motivos, a saber:

²² Idem, p. 81.

Primeiro, os pequenos e médios empreendedores não dependem do mercado externo; então não existe preocupação com a crise. Em segundo lugar; o mercado interno continua em expansão, por conta do crescimento da renda e do emprego. Mesmo em um ano ruim como foi 2012, com o crescimento de apenas 1% do PIB, o empreendedorismo cresceu. Neste ano, a tendência é que surjam ainda mais oportunidades. É preciso saber aproveitá-las. (FNQ, 2013, p. 87).

Há alguns fatores impulsionam a economia e o desejo de expansão do empreendedor. Na visão de Jairo Martins (Presidente da FNQ), um deles diz respeito às empresas internacionais no Brasil que veem a possibilidade de oportunidade no futuro e depois o enxugamento das empresas que faz com que elas estabeleçam uma cadeia de relações com outras empresas prestadoras de serviços e fornecedores. Isso gera perspectiva de mercado para as pequenas empresas (FNQ, 2013).

Para o Diretor Geral da Endeavor (instituto que incentiva empreendedorismo), Juliano Seabra “as empresas estão se estruturando, os negócios ficaram mais maduros. Em 2013, a grande questão é saber como o mercado vai reagir à crise. Para as empresas B e C, que trabalham diretamente com o consumidor, não deve ter problemas, porque o mercado continua aquecido” (FNQ, 2013, p. 87).

Felipe Matos (do *Chief Operating Officer do Start-Up Brasil*, vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, com sigla em Português COO) faz o mesmo prognóstico, porém chama a atenção para o cenário econômico, em decorrência do PIB que será menor, mas que cabe ao empreendedor analisar o mercado e ver as possibilidades porque vai aumentar a demanda por todo tipo de serviço (FNQ, 2013).

Nilza é uma empreendedora bem consciente deste fato, é muito cautelosa com seus gastos e seus lucros. Tem poucos funcionários, e trabalha com um sistema de freelances para alguns tipos de serviços como quando precisa de uma quantidade maior de corte de madeiras e outros. Sua empresa não seguiu a linha de empresa familiar, pois seus filhos não tiveram a menor aptidão para o trabalho com arte ou administração. Percebe-se que Nilza é um tanto centralizadora, gosta de ver seu toque pessoal em tudo na sua empresa, um dos motivos que trabalha muito mais, quase não tem vida social. Guarda uma certa mágoa do sofrimento do passado, é um tanto decepcionada e desconfiada com o ser humano, compensa as outras necessidades no trabalho, como uma forma de fuga do mundo. Fez da empresa a extensão de sua casa, portanto, cuida pessoalmente do jardim, da limpeza e da organização. Passa a maior

parte do tempo na Reginatto, mesmo nos horários que seriam destinados para seu descanso como os domingos e feriados.

Nilza aprendeu a viver com a “perversidade do mundo e da sociedade” (TORRES, 2005, p. 266), a vida às vezes se apresenta mais dura para umas pessoas do que para outras, é o caso de nossa entrevistada, que teve desde cedo enfrentar muitas dificuldades para poder se construir e se entender como gente no mundo. Nas pesquisas realizadas por Torres (2005, 163) as mulheres revelam que o trabalho faz com que elas deixem de ser um “peso para a família e porque queriam sua independência financeira”. Mas, em muitos casos as condições que são colocadas para as mulheres, dificuldades para encontrar pessoa para cuidar dos filhos, financiamentos, exploração e desrespeito são dificuldades enfrentadas pelas mulheres de modo geral.

Para Torres (2005, p. 153) “a revitalização da figura da mulher no processo produtivo esconde uma face perversa das relações de poder intercapitalistas, que se apropriam da chamada mística feminina, centrada num imaginário social em torno do que é definido por natureza feminina”.

Nilza, pelo instinto de sobrevivência, sabe que tinha que lutar para sobreviver, mas não consegue interpretar que as dificuldades pelas as quais passou divórcio, sacrifícios dos filhos, discriminação são formas de manifestação da discriminação contra a mulher em uma sociedade andocrêntrica.

3.3 Eliana: transformou brincadeira de criança em realidade

O sonho de uma garotinha virou realidade, antes era somente uma brincadeira de criança de cinco anos que misturava plantas para fazer remédios para curar a sua boneca. O medicamento sempre foi um fascínio para Eliana de Souza e Silva. Pode-se dizer que Eliana, natural de Boa Vista – Roraima, 51 anos, com duas filhas, como filha e neta de comerciantes de Boa Vista, Roraima, tem o DNA do comércio. Em suas férias o melhor passatempo era ajudar na loja da família. Sempre teve afinidade com plantas e medicamentos, mas Boa Vista era pouco desenvolvida e não tinha curso de Farmácia, a saída foi ir morar em Manaus no Amazonas para estudar. A graduação em Farmácia, com estágio em manipulação, hospitais e laboratórios foi só o começo da realização do sonho daquela menina que brincava de fazer remédios.

A segunda parte do sonho de Eliana tinha forte influência da família: pai e avô e ao regressar para Boa Vista, já formada, no ano de 1987,

Resolvi colocar meus planos em prática e criar a primeira farmácia de manipulação do então Território de Federa de Roraima, pois era uma época em que a farmácia de manipulação estava despontando no Brasil. Apesar do apoio e colaboração dos médicos, familiares e amigos, tive que enfrentar a dificuldade de estar à grande distância das demais regiões do país (Eliana, 51 anos, entrevista/2013).

A empreendedora percebeu o grande espaço que existia na área do Território e investiu na criação de um laboratório, o que representava aproveitar uma oportunidade de negócio. Na pesquisa do FNQ (2013, p. 81) aponta que o negócio por oportunidade vem aumentando nos últimos quinze anos. De acordo com os resultados “49% dos empreendedores enxergaram uma oportunidade; 15% sempre quis ter uma empresa e 9% por idealismo/por uma causa ou queria ser meu próprio chefe. Em termos de pensar em empreender, 25% pensaram em empreender antes dos dezoito anos; 34% entre 18 e 24 anos; 28% entre 25 e 34 anos”.

O casamento no ano de 1990 fez com que Eliana fosse morar em Manaus, no Amazonas e passou a administrar sua empresa de longe. Como funcionária pública tinha que cuidar das duas filhas e administrar a empresa. Mas no ano de 2002 veio o divórcio e com ele

surge a oportunidade de regressar a Boa Vista, que já se encontrava elevada à condição de capital do Estado de Roraima.

Nesse momento foi constatado que a distância da empresa não fez bem aos negócios. Foi quando Eliana resolveu ampliar a farmácia para uma estrutura de 500m² e atender as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, expandindo o quadro de funcionários para dezoito colaboradores. De acordo com a própria Eliana,

Ainda em cumprimento aos preceitos da legislação, a farmácia foi a primeira no Estado de Roraima a implantar Cabines Especiais para manipulação de hormônios, antibióticos e citostáticos. Essas cabines filtram o ar e preservam o meio ambiente. A empresa também possui um Abrigo de Resíduos para fazer a destinação correta do lixo. (Eliana, entrevista/2013)

Eliana não parou de se aperfeiçoar e fez pós-graduação nas áreas de Alopátia, Farmacologia Clínica, Homeopatia e Gestão estratégica de negócios. Como fez parte do Empretec – SEBRAE, realizou cursos de informática e Arte de falar em público e atualmente faz mestrado em Recursos Naturais pela Universidade Federal de Roraima e participa da Escola de Negócios da Federação do Comércio do Estado de Roraima. Hoje, além da empresa, também é professora nos cursos de Medicina e Farmácia. Para Duque – Arrazola (2012, p. 259) as mulheres, costumam atribuir uma qualificação baseada nas suas “qualidades femininas, desenvolvidas informalmente no processo de socialização no espaço doméstico familiar. Qualificação que embora usufruídas não têm reconhecimento no local de trabalho. No entanto, essas ‘qualidades’ e ‘qualificações’, garantem às mulheres os postos e trabalho menos qualificados, mais precarizados e com menor remuneração”.

O Programa de Qualificação Social e Profissional (2003-2007), uma antiga reivindicação do movimento dos trabalhadores e trabalhadoras, via sindicatos, via demandas por educação para o trabalho, e sua materialização no Programa lançado no início do Governo Lula em 15 de julho de 2003, torna-se uma desafiante medida de política pública para as mulheres e homens de camadas mais empobrecidas das classes subalternas. (ARRAZOLA, 2012, p. 262).

Mas o trilha percorrido por Eliana não foi sempre fácil. No ano de 2010 descobriu um câncer de mama e teve que fazer tratamento por dois meses em São Paulo e teve que deixar os negócios nas mãos de sua filha Carolina, com dezoito anos, que já era sócia da empresa e ficou orientando-a de longe. Eliana é uma empresária que sempre esteve “atenta ao que a legislação nacional requer e ao conforto e segurança de nossos colaboradores, fazemos ginástica laboral, oferecemos dois lanches ao dia, incentivamos e promovemos o seu

envolvimento pessoal e profissional por meio de palestras e cursos internos e externos”. (Eliana, entrevista/2013)

A empreendedora considera importante o bom atendimento dos clientes e colaboradores, para tanto faz avaliações com regularidade. Com os colaboradores faz reuniões periódicas sempre buscando atender as necessidades dos clientes. “A nossa meta é encantar nosso cliente e que nosso colaborador trabalhe dentro dos requisitos exigidos pela legislação e que tenha qualidade de vida no ambiente de trabalho” (Eliana, entrevista/2013). De acordo com suas palavras,

Este ano realizei um grande sonho e criei um ciclo de palestras gratuitas na farmácia. Estas palestras são proferidas por profissionais da área de saúde e tem o intuito de orientar a população a cuidar melhor da saúde e do bem estar. Também realizamos parcerias com diversas empresas, divulgando os produtos de alta qualidade que oferecemos. (Eliana, entrevista/2013)

Com o objetivo de prestar um melhor serviço foi realizado um plano de expansão que se concretizou graças ao financiamento. Hoje a empresa está estruturada com atendimento (recepção) três laboratórios de manipulação, três almoxarifados, laboratório de controle de qualidade, administração, sanitários adequados aos portadores de deficiência física, copa, área de conferência, estruturados de acordo com a RDC 67/07 da ANVISA. Segundo a pesquisa da FNQ (2013, p. 85) “40% dos empreendedores não usou capital externo (financiamento) para; 34% usaram apenas para capital de giro; 23% para expansão dos negócios e apenas 3% para pesquisa e inovação”.

No ano de 2008 Eliana recebeu o Premio SEBRAE Mulher de Negócio e na oportunidade fez uma retrospectiva mostrando as dificuldades na de implantação de uma farmácia de manipulação, conforme podemos perceber:

Na época que iniciei os fornecedores de embalagens e matérias-primas não estavam preparados para atender a pequenas encomendas das farmácias de manipulação que, na ocasião, estavam retornando suas atividades no Brasil. Esses fornecedores, acostumados a fornecer para a Indústria Farmacêutica, só atendiam a quantidade de mínima de 5.000 unidades de cada embalagem. Portanto, de imediato houve a necessidade de se criar um setor de armazenamento, solucionando o problema. (Eliana, entrevista/2013).

Com o propósito de sempre estar buscando inovar e se aperfeiçoar, em 2011 ela tomou parte numa viagem para conhecer as empresas vencedoras do Micro, Pequeno Empreendedor – MPE – Brasil, dos Estados do Paraná e Santa Catarina com o objetivo de aprimorar as práticas de gestão empresarial. Seus planos para o futuro consistem em,

Aumentar a oferta de produtos na área da saúde, como as perucas para as mulheres que fazem quimioterapia, organizar uma campanha de incentivo aos exercícios físicos (caminhada) como forma de promover a qualidade de vida e participar de encontros com entidades para implantar um Plano de Gerenciamento de Resíduos eficaz para toda a comunidade. (Eliana, entrevista/2013).

No ano de 2012 a empresa de Eliana completou 25 anos e aquele sonho de menina que brincava de fazer remédios para as bonecas usando plantas do jardim da casa dos pais se concretizou. Como ela mesma diz “acredito que com as ações implantadas até hoje, estou contribuindo para a consolidação da empresa no mercado de negócios e seu desenvolvimento sustentável. E ao mesmo tempo contribuindo para melhoria da qualidade de vida dos nossos colaboradores e clientes” (Eliana, entrevista/2013).

Esta empreendedora tem o propósito de buscar a eficácia e eficiência no atendimento e na relação com os colaboradores, portanto, tem como princípio a conduta ética nas ações da empresa. Os produtos oferecidos aos clientes têm a garantia de alto padrão técnico, de qualidade e segurança. Ela revela que é preciso,

Conseguir a sustentabilidade no empreendimento através da expansão dos negócios para melhor atender as demandas, num mercado que ganhou novos empreendedores. [...] Temos também a preocupação de não poluir o ambiente com resíduos químicos, nosso descarte é feito em sacos plásticos e as matérias-primas são direcionadas aos órgãos competentes para o seu devido descarte. (Eliana, entrevista/2013).

O desenvolvimento sustentável é a grande preocupação da empresa, para tanto tem um Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços, Programa de Prevenção de Riscos Ambientais e Programa de Controle de Saúde Ocupacional.

Cappellin (2000, p. 290) ao analisar as estratégias das empresas para enfrentar os desafios da globalização e os desafios de ações afirmativas no mundo trabalho, que impõe igualdade nas relações entre homens e mulheres “atribui-lhes responsabilidade social, como organizações coletivas”, porém as responsabilidades sociais vêm acompanhadas de “um leque de novas responsabilidades”.

A responsabilidade social não trata-se apenas de uma tomada de consciência do empreendedor, é consequência de um público consumidor que está mais exigente e que não aceita consumir produtos que seja resultado da exploração da mão de obra, que imponha sofrimento a animais, que agride a natureza, entre outros.

A nossa pesquisa realizada com mulheres empreendedoras de Boa Vista, em Roraima, permiti-nos compreender o papel que a independência econômica operou na vida dessas pessoas. Há evidência de que a vida profissional foi marcada por longas horas de distanciamento da família, considerada por elas como sacrifício muito grande.

A vida profissional está mistura-se com a vida familiar, pois, elas desenvolviam atividades em casa ou levava os filhos para o trabalho. Seus filhos participaram diretamente da vida da mãe e algumas empresas assumiram características de empresa familiar porque as filhas viraram sócias. Se, em um primeiro momento pareceu sacrifício, em outro, os filhos se tornaram cúmplices e companheiros, porque compreendiam o processo e queriam participar.

O fato de não possuir um companheiro para dividir as responsabilidades domésticas e de criação dos filhos terminou por aproximá-los e fortalecer os laços existentes. Os dados do PNAD (2009) indicam que 35% das famílias brasileira são monoparentais femininas e segundo pesquisa realizada por Santos (2008, p. 47-60) as mulheres que se tornaram chefes de família ao mesmo tempo que respondem pelo papel de mães o “trabalho para sustentar os seus filhos tornam-se central não somente para a sobrevivência da família, mas fundamental para garantir a sua autonomia moral [...] o preço da monoparentalidade é, no entanto, pago pela perda de uma presença real e simbólica – a figura do marido e do pai da(s) crianças) – que as faz sentirem bastante desconfortáveis, por terem uma família diferente das outras”.

Um aspecto marcante foi o fato de as entrevistadas manifestarem respeito pelos colaboradores e considerá-los como peça fundamental dentro do crescimento da empresa. Também a preocupação com a promoção da qualidade de vida e crescimento individual por meio de cursos e treinamentos em serviço.

O trabalho para essas mulheres não representa só a possibilidade de buscar proventos para o sustento da família, mas uma forma de superação, crescimento e desenvolvimento de habilidades e competências que hoje servem de referência no mercado de Boa Vista para novos empreendedores.

As mulheres pesquisadas são oriundas de classe social baixa e o fruto do trabalho permitiu mudar de classe social, mesmo iniciando suas atividades num período em que o Brasil passava por crise econômica e que as leis de proteção à mulher não estavam tão desenvolvidas. Os traços mais marcantes percebido nestas mulheres empreendedoras é que elas acreditaram em suas habilidades e se especializaram cada uma em sua área: vestuário,

decoreção, saúde, entre outras, que apesar de exigir menos informações técnicas, exigiam grandes desafios em termos de criatividade.

Essas mulheres têm a nítida compreensão do seu papel dentro da sociedade não só como mulher de negócio, mas como pessoas que são responsáveis pelas vidas de outras pessoas que colaboram com o crescimento da empresa e muito mais, entendem que dentro deste processo existe uma cadeia produtiva que se alimenta de forma dialética.

A ascensão das mulheres nos espaços de poder não aconteceu por acaso. É fruto de lutas históricas do feminismo que reivindicou o reconhecimento do sujeito mulher na sociedade brasileira.

Depois de tantos anos o Brasil conseguiu eleger pela primeira vez uma mulher como Presidenta da República, Dilma Rousseff, que como primeira medida solicitou que fosse usado o substantivo ‘presidenta’ e não ‘presidente’. Esta solicitação tem um significado simbólico de largo alcance social. Significa dizer que não se trata de um homem, mas de uma mulher que conseguiu o mais alto posto de um país. Trata-se de relações de gênero que tem na eleição da presidenta, o ponto alto de sua conquista. De acordo com Basterd e Pitanquy (2011, p. 8), Dilma Rousseff, volta seu olhar para as mulheres na medida em que nomeou,

Nove mulheres ministras e priorizou o empoderamento econômico das mulheres e o enfrentamento à violência baseada no gênero. O Congresso Nacional está analisando propostas de reforma política que garantam mais mulheres nos corpos legislativos estaduais e federais, e o país tem levado muito a sério seus compromissos com diversas Convenções e Tratados internacionais que garantem os direitos das mulheres, incluindo-se a Convenção sobre Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (Cedaw) e a Convenção de Belém do Pará.

A presidência de um país sob o comando de uma mulher exerce um efeito psicológico extraordinário no imaginário daquelas pessoas que mesmo se declarando contra a discriminação de gênero reproduzem um discurso que muitas vezes é mais perverso, porque nem sempre revela de forma declarada o verdadeiro preconceito contra a mulher. Essa realidade é possível constatar em comentários de homens que se apresentam muitas vezes em forma de piadas que são recheados de ideologias ou em análises que são dirigidas às mulheres em si e não a suas decisões como chefe, gestora ou mesmo dona de casa.

Algumas medidas já foram tomadas pela Presidenta Dilma Rousseff que, de alguma maneira, favorece e transforma a vida das mulheres, a saber:

O Brasil sem Miséria, Brasil Carinhoso, Rede Cegonha, PRONAF Mulher, Documentação da Trabalhadora Rural, Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, Viver sem Limites, Brasil sem Homofobia, Mulheres Mil, PRONACAMPO e PRONATEC. Em programas como o Bolsa Família e o Pacto de Aceleração do Crescimento II, as mulheres têm prioridade no cadastramento e, no caso do Minha Casa Minha Vida, a escritura da residência em seu nome (CNDM, 2012, p. 5).

Por outro lado, muitas barreiras ainda existem e que limitam o exercício pleno dos direitos da mulher como a liberdade sexual, violência contra a mulher e o acesso igualitário ao mercado de trabalho, que são agravados quando se trata de classes sociais mais baixas, a divisão social do trabalho, entre outros. (BARSTERD; PITANGUY, 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisar sobre as mulheres aparentemente parece uma tarefa fácil. Mas não, mas não é verdade porque mergulhar no imaginário das mulheres sem deixar que os valores e percepções pessoais interfiram nas interpretações dos fatos, constituiu-se num desafio. A neutralidade é o primeiro pensamento que vem quando vamos realizar uma pesquisa, mas depois percebemos que a neutralidade não existe, depois de leituras e reflexões constatamos que a prática também não é neutra e como tal toda decisão implica em posicionar-se de um lado ou de outro.

E estar do lado das mulheres e ser mulher foram as principais motivações para realizar este estudo. O Brasil apresenta várias realidades que são contrastantes: mulheres do sertão nordestino que têm que lutar contra a seca, mulheres rurais que trabalham duro na lavoura para tirar o sustento dos filhos; mulheres seringueiras que acordam de madrugada para tirar o látex; mulheres indígenas que contracenam com a natureza; mulheres operárias que se organizam na luta da classe operária; mulheres estudantes; mulheres donas de casa; mulheres empresárias; mulheres presidentas; mulheres professoras, etc.

Basicamente existe um ponto em comum entre essas mulheres que é a história de subordinação ao homem e ao mundo androcêntrico e patriarcal. Mas esta realidade está mudando significativamente.

Esta pesquisa revela que a força de trabalho feminina aumentou significativamente nos últimos anos. Hoje as mulheres representam quase a metade da força produtiva e arcam efetivamente com a renda familiar.

No plano da economia formal, o empreendedorismo feminino trouxe impacto na economia, notadamente no Norte do país, pelo fato de que compõe um segmento que tem atuado mais em termos de pequeno e médio empreendimento e que oferece emprego a uma parte significativa da população.

Os dados a nossa pesquisa revelam que a maioria das empreendedoras começa seus negócios por meio da economia informal, com local improvisado. A informalidade representa uma oportunidade para sair de uma situação difícil para gerar renda, mas é dificultada pela

falta de capital inicial e pelo fato de as mulheres não ter acesso a financiamentos bancários, isso faz com que fiquem pelo menos cinco anos atrás do empreendedorismo masculino porque os homens têm oportunidade de crédito mais fácil. Levam entre dois a cinco anos para conseguir a formalização do empreendimento e poder contratar funcionários e adquirir estabilidade no mercado.

Uma característica marcante é que a maioria das empreendedoras age inicialmente de forma empírica, sem estudo de mercado, sem assessoria, sem planejamento estratégico. O ensaio e erro foi um ponto marcante e muitas vezes determinante no surgimento de dificuldades enfrentadas por elas.

Em termos de contexto sociocultural as mulheres empreendedoras de Boa Vista ainda atuam em uma realidade dominada pelo homem e que elas têm que se superar e mostrar sua competência diuturnamente. As discriminações não são claras, mas como se vive num contexto ainda de hegemonia masculina as formas discriminatórias são veladas e sutis afetando a autoestima, o que não deixa de ser uma violência e com consequências mais perversas porque fere o psicológico da mulher.

As mulheres empreendedoras pesquisadas percorreram caminhos tortuosos, umas tendo que trocar o emprego formal para ingressar em um mercado para o qual não tinham preparação nem experiência, outras começando como empregada doméstica e faxineira, e galgando passo a passo seu objetivo que era montar seu próprio negócio. Todas elas sacrificaram o cuidado dos filhos e da família e enfrentaram o divórcio para alcançar o sonho.

O grande dilema das mulheres estudadas foi o fato de elas terem que sacrificar a família, o cuidado e convivência com os filhos. Todas passaram pela experiência de ter que deixar os filhos em creches ou com amigas para poder trabalhar, todas conviveram com o conflito entre trabalhar e estar perto dos filhos, o único alento era saber que um dia o sonho de ser empreendedora seria concretizado.

Em que pese todas as dificuldades, as mulheres desenvolveram habilidades que lhes permitiram destacar-se em um mundo androcêntrico. A desenvoltura feminina permitiu construir empresas que se destacam não só pela solidez de negócio e qualidade de serviço que presta, mas também por ser geradora de renda e emprego.

O fato de saber que outras pessoas dependem delas, que seus funcionários possuem família e que são responsáveis pela geração de renda, dá às empreendedoras uma força extraordinária para continuar crescendo.

O empreendedorismo na vida dessas mulheres representa muito mais do que uma fonte de renda, muito mais que ser profissional, representa a condição de existência, o sentir-se viva, como foi relatado em entrevista, ser gente. O empreendedorismo dá outro significado à vida das mulheres porque saíram da condição de apenas estar no mundo para construir o mundo.

Voltei a reler meu memorial e percebi que existiam muitos mais motivos para realizar esta pesquisa do que ‘estar do lado das mulheres e ser mulher’. Está lá no meu memorial a minha história objetiva, mas existia um lado subjetivo que eu ainda não havia percebido: de certa maneira eu faço parte do percentual de mulheres que foram pesquisadas. Havia um lado afetivo que eu ainda não havia desvelado e que na conclusão deste estudo ficou mais claro quando reli que ‘acordei de um sonho e vim para vida real’.

Como todas as mulheres fui educada para ser esposa e mãe e como tal era preciso abrir mão dos sonhos particulares para poder construir uma família. Não existe nenhuma incompatibilidade entre ser mãe, esposa, dona de casa e o projeto de fazer uma faculdade e ser uma profissional, mas naquele momento não foi possível perceber isso e hoje tenho a consciência que faço parte das estatísticas de mulheres que voltaram a estudar no Ensino Supletivo e ingressaram no mercado de trabalho após os 35 anos de idade.

Neste trabalho existe muito mais do que um estudo sobre mulheres empreendedoras, nas linhas do texto tem minha alma, tem implícito minha história. A história de uma menina que nasceu no interior de Boa Vista em Roraima, que como tantas outras mulheres que foram entrevistadas para fundamentar esse trabalho, abriu mão de uma carreira para buscar outros sonhos.

Realizar as pesquisas de campo, colher informações sobre as mulheres empreendedoras, tentar mergulhar no mundo e no imaginário de outras mulheres foi como um olhar para dentro do meu eu. Durante o processo fui percebendo que estava trilhando um caminho já conhecido, que de alguma forma havia mais do que identidade de gênero. De alguma maneira falei de minha história.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Laís. **Inserção das mulheres no mercado de trabalho na América Latina: uma força de trabalho secundária**. In: HIRATA, Helena; SEGNINI, Liliana (Orgs.). **Organização, trabalho e gênero**. São Paulo: Senac, 2007.
- ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos de estado**. 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.
- ANDRADE, Priscila Maria de. **A economia solidária é feminina? A política nacional de economia solidária sob o olhar de gênero**. Rev. SER Social, v. 10, n. 23, p. 139-169, jul/dez., 2008.
- ARGERAMI, Stela e Fernanda. **Bem-me-quer mal-me-quer**. São Paulo: Editora Évora, 2012.
- AZEVÊDO, Sandra. **Preconceito contra a mulher: diferenças, poemas e corpos**. São Paulo: Editora Cortez, 2007.
- BÁRCENA, Alicia. **Edição Especial Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero**. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres, Brasília, 2009.
- BARSTERD; Leila Linhares; PITANGUY, Jaqueline (Orgs.). **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010**. Rio de Janeiro: CEPia; Brasília: ONU Mulheres, 2011.
- BRASIL, Manha Carvalho. Os fluxos migratórios na região norte Nas décadas de 70 e 80: uma análise exploratória. **Cad. Est. Soc. Recife**, v. 13, ii. 1, p. 61-84, jan.1jun., 1997. Disponível em <http://periodicos.fundaj.gov.br/index.php/CAD/article/viewFile/446/435>, acesso em 07 de 2013.
- BRASIL, Ministério do Trabalho. **Fórum Brasileiro de**. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/sobre/cidadania/economia-solidaria> acesso em 07. 2013.
- BRUSCHINI, Cristina. **Gênero e trabalho no Brasil: Novas conquistas ou persistência da discriminação? (Brasil, 1985/95)**. In: ROCHA, Maria Isabel Baltar (Org.). **Trabalho e gênero: Mudanças, permanências e desafios**. São Paulo: Ed. 34, 2000.
- BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. **Trabalho, educação e rendimento das mulheres no Brasil nos anos recentes**. In: HIRATA, Helena; SEGNINI, Liliana (Orgs.). **Organização, trabalho e gênero**. São Paulo: Senac, 2007.
- BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha (Coord.). **Articulação trabalho e família: famílias urbanas de baixa renda e políticas de apoio às trabalhadoras**. São Paulo: FCC/DPE, 2008.
- BUTTNER, E. H. **Examining female entrepreneurs' management style: an application of a relational frame**. In: CRAMER, Luciana et al. **Representações femininas da ação empreendedora: uma análise da trajetória das mulheres no mundo dos negócios**. Revista

de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas – REGEPE, v.1, n.1, jan/abril de 2012.

CACCIAMALI, C. **Globalização e Processo de Informalidade**. In: **Economia e Sociedade**, Campinas, Unicamp, Instituto de Economia, n. 14, jun. 2000.

CACOUALT, Marlaine. **Introdução variações nos ofícios femininos e masculinos**. In: MARUANI, Margat; HIRATA, Helena. **As novas fronteiras das desigualdades: homens e mulheres no mercado de trabalho**. São Paulo: SENAC, 2003.

CAPPELLIN, Paola. **Ações afirmativas, gênero e mercado de trabalho: a responsabilidade social das empresas na União Europeia**. In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da (Orgs.). **Trabalho e gênero: Mudanças e permanência e desafios**. São Paulo: Ed. 34, 2000.

CARLOTO, Cássia Maria. **O Conceito de gênero e sua importância para análise das relações sociais**. In: ANDRADE, Priscila Maria de. **A economia solidária é feminina? A política nacional de Economia solidária sob o olhar de gênero**. Rev. SER Social, v. 10, n. 23, p. 139-169, jul/dez., 2008.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Tradução de Iraci D. Poletti. Rio de Janeiro: Vozes, 1998

CAVEDON, Neusa Rolita. **Gênero e o trabalho com a morte violenta**. In: FREITAS; Maria Ester; DANTAS, Marcelo (Orgs.). **Diversidade sexual e trabalho**. São Paulo: Cegage Learning, 2012.

CEPAL- COMISSÃO ECONOMICA PARA AMERICA LATINA E O CARIBE. Disponível > www.cepal.org.br em 10/01/2013.

CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor**. 2ª ed. rev. e atualizada. - São Paulo: Saraiva, 2007.

COSTA, Heloisa Lara Campos, **As Mulheres e o Poder na Amazônia**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2005.

CRAMER, Luciana et al. Representações femininas da ação empreendedora: uma análise da trajetória das mulheres no mundo dos negócios. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas – REGEPE**, v.1, n.1, jan/abril de 2012.

CRUZ, Maria Helena Santana. **Trabalho e condições de vida de mulheres na realidade brasileira**. In FERREIRA, Maria Mary (Org.). **Conhecimento feminista e relações de gênero no Norte e Nordeste Brasileiro**. São Luís: Redor; NIEPEM, 2012.

CULTI, Maria Nezilda. **Economia solidária: incubadoras universitárias e processo educativo no Paraná**. In: TORRES, Iraildes Caldas (Org.). **As malhas do trabalho e da Economia solidária no Brasil**. Manaus: Edua, 2010.

DAUNE-RICHARD, Anne-Marie. **Qualificações e representações sociais**. In: MAURIANE, Margaret; HIRATA, Helena. **As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho**. São Paulo: Senac, 2003.

DUQUE-ARRAZOLA, Laura Susana. **Qualificação profissional e força de trabalho feminina no capital contemporâneo**. In: FERREIRA, Maria Mary (Org.). **Conhecimento feminista e relações de gênero no Norte e Nordeste Brasileiro**. São Luís: Redor/NIEPEM, 2012.

ECCEL, Cláudia Sirangelo; ALCADIPANI, Rafael. **(Re)descobrimo as masculinidades**. In: FREITAS, Maria Ester de; DANTAS, Marcelo (Orgs.). **Diversidade sexual e trabalho**. São Paulo: Cengage Learnig, 2012.

EID, Farid. Descentralização do estado, economia solidária e políticas públicas: construção da cidadania ou reprodução histórica do assistencialismo? **Revista ORG & DEMO**, v.8, n.1/2, Jan.-Jun./Jul.-Dez., p. 47-66, 2007.

FARAH, Osvaldo Elias; CAVALCANTE, Marly; MARCONDES, Luciana Passos. **Empreendedorismo Estratégico**. 1º. Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 18 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

FRANZONI, Gledismara dos Santos Cardozo de Castro. **Violência psicológica contra a mulher na relação conjugal**. In: FERREIRA, Maria Mary (Orgs.). **Conhecimento feminista e relações de gênero no Norte e Nordeste Brasileiro**. São Luís: Redor, NIEPEM, 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1995.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. Disponível < www.fgv.br em 22/12/2012

GEM- Global Entrepreneurship Monitor. **Empreendedorismo no Brasil: Relatório executivo**. Curitiba: Imprensa da Universidade Federal do Paraná (UFPR), 2012.

GOERCK, Caroline. **Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento: sua contribuição para a viabilidade das experiências coletivas de geração de trabalho e renda no Rio Grande do Sul**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – da Faculdade de Serviço Social, PUCRS. Porto Alegre, 2009.

GONÇALVES, Hortência de Abreu. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: Avercamp, 2005.

GRADE, Marlene, MARI, Cezar Luiz de, MILANI, Ana Maria. **Mulheres Empreendedoras na Amazônia: transferência de tecnologia social a grupos de mulheres no Estado de Roraima**. Universidade Federal de Roraima – UFRR. ano

GRADE, Marlene; ACQUATI, Geizanayara Silva. **Economia solidária: uma compreensão histórica e conceitual**. In: GRADE, Marlene et al. **Mulheres migrantes e indígenas em Roraima: a construção de uma história coletiva**. Boa Vista-RR: UFRR/PROEX, 2010.

GRECO, Simara Maria de Souza Silveira, al. **Empreendedorismo no Brasil**. Curitiba: IBQP, 2010.

HIRATA, Helena; SEGNINI, Liliana (Orgs.). **Organização, trabalho e gênero**. São Paulo: Senac, 2007.

HOBERT, Annette. **Sindicatos e formação profissional na Europa**. In: HIRATA, Helena; SEGNINI, Liliana (Orgs.). **Organização, trabalho e gênero**. São Paulo: Senac, 2007.

<http://www.sophiamind.com.Br> acesso em 12. 07.2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ÉTICA CONCORRENCIAL. Disponível <www.Etco.org.br> em 25/011/2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. Disponível <www.ibge.ogr.br>. em: 09/10/2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE QUALIDADE E PRODUTIVIDADE. Disponível< www.www.ibqp.org.br/gem> em: 09/01/2013.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO CENTRO OESTE. Disponível<www.itco.org.br em: 10/01/2013.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. 2012. Disponível<www.ipea.gov.br> em: 25/03/2012.

LAUFER, Jacqueline. **Introdução – entre a esfera pública e a esfera privada: os desafios dos direitos das mulheres.** In: MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena. **As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho.** São Paulo: Senac, 2003.

LEAL, Larissa Estela B. Balan; FABRÍCIO, Joice dos Santos; FREITAS, Aparecida Fabiana de; MURANA, Keila. **Percepções de Mulheres Empreendedoras quanto ao acesso ao crédito em instituições financeiras na cidade de Apucarana.** VII EGEPE, 2012 Disponível em [http://facnopar.com.br/revista/2012/percepcoes de mulheres empreendedoras.pdf](http://facnopar.com.br/revista/2012/percepcoes%20de%20mulheres%20empreendedoras.pdf) acesso em junho de 2013.

MACHADO, Hilka Pereira Vier. **Identidade empreendedora de mulheres no Paraná.** Tese de doutorado.UFSC, 2002.

MARTINS, Cibele Barsalini et al. Empreendedorismo feminino: características e perfil de gestão em pequenas e médias empresas. **Rev. Adm.** UFSM, Santa Maria, v. 3, n. 2, p. 288-302, mai./ago. 2010.

MARUANI, Margaret, HIRATA, Helena. **As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho.** São Paulo: Editora Senac, 2003.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos.** Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

_____. **Manuscritos econômicos – filosóficos.** Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

MELO, Hildete Pereira de, PISCITELLI, Adriana, MALUF, Sônia Weidner, PUGA, Vera Lucia. **Olhares feministas.** Brasília: ministério da Educação Unesco, 2009.

MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO. Disponível em:<[www.mte.gov.br/observatório/geração de emprego1.pdf](http://www.mte.gov.br/observatório/geração%20de%20emprego1.pdf) em: 09/10/2010.

MONTYSUMA, Hilda Maria Freire. **La evaluación del aprendizaje y la relación con el sistema de valores del docente y la formación en valores de los alumnos.** (Tese de

Doutorado), Instituto Pedagógico “Juan Marinello”. Departamento de Formación Pedagógica General. Matanzas – Cuba, 2003.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2 ed. Trad. Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawya. São Paulo: Cortez, 2000.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história**. São Paulo: Martins Fontes, 1998. MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO. Disponível <www.mte.gov.br/rel_internacionais/convencoesOIT.asp> em: 20/12/2012.

OMNI MARKETING. A Nova cara dos negócios no Brasil. In: **Pequenas Empresas e Grandes Negócios**, p. 78-89, Março de 2013.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. 2012. Disponível em:< www.onu.org.br/onu-no-brasil/oit em 25/03/2012.

PEREIRA, Meire Joisy Almeida; LEMOS, Dalila Marques; SILVA, Dayane de Souza; SANTOS, Greiele Oliveira dos. **O movimento de comercialização dos produtos oriundos da economia solidária: Uma compreensão da lógica de mercado**. In: In: GRADE, Marlene et al. **Mulheres migrantes e indígenas em Roraima: a construção de uma trajetória coletiva**. Roraima: UFFF/PROEX, 2010.

PETERS, Tom. As mulheres reinam! **HSM Management** 43, p.51-56, março-abril 2004.

POCHMANN, Marcio. Nova classe média? **O trabalho na base da pirâmide social brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2012.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS. 2012. Disponível em:< www.pnud.org.br em 10/04/2012.

QUITANEIRA, Tânia, BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira, OLIVEIRA, Márcia Gardênia. **Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber**. 2 ed. rev. Belo Horizonte editora: UFMG, 2002.

RICHARD-DAUNE, Anne-Marie. **Qualificações e representações sociais**. In: MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena. **As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho**. São Paulo: Senac, 2003.

ROCHA, Maria Isabel Baltazar da. **Trabalho e gênero: mudanças, permanências, e desafios**. São Paulo: Editora 34, 2000.

SAFFIOTI, H. I. B. **O Estatuto teórico da violência de gênero**. In: SANTOS, J. V. T. dos (Org.) **Violência no tempo da globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização do pensamento único à consciência universal**. 6 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001

SANTOS, Yumi Garcia dos. Mulheres chefes de família entre a autonomia e a dependência: um estudo comparativo entre Brasil, França e Japão. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Departamento de Sociologia – Université Paris – Saint-Denis. São Paulo: USP, 2008.

SEBRAE-NA. **As Mulheres Empreendedoras no Brasil**. Em PowerPointe. Disponível em <http://www.slideshare.net/riovoluntario/boas-praticas-ibp> acesso em 15.06.2013.

SERVIÇO DE APOIO A MICROS E PEQUENAS EMPRESAS/MG. Disponível: <www.agenciasebrae.com.br> em 28/09/2010.

SINGER, Paul. **É possível levar o desenvolvimento a comunidades pobres?**. In: TORRES, Iraíldes Caldas (Org.). **As malhas do trabalho e da Economia solidária no Brasil**. Manaus: Edua, 2010.

SOARES, B. M. **Mulheres invisíveis, violência conjugal e as novas políticas de segurança**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

SOIHET, Rachel. **Formas de violência, relação de gênero e feminismo**. In: MELO, Hildete Pereira de; PISCITELLI, Adriana; MALUF, Sônia Weidner; PUGA, Vera Lucia (Orgs.). **Olhares feministas**. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2009.

SOPHIA MIND - **Pesquisa e Inteligência de Mercado feminino**. <http://www.sophiamind.com/>

SWEDBERG, Richard. **Entrepreneurship: The social Science View**. Oxford University Press. 2000.

THERBORN, Göran **The Ideology of Power and the Power of Ideology**. Tradução: Jair Pinheiro, São Paulo: PUC, 1980.

TONET, Ivo. **Educação cidadania e emancipação humana**. Ijuí: Unijuí, 2005.

TORRES, Iraíldes Caldas. **As malhas do trabalho e da economia solidaria no Brasil**. Manaus: Edua, 2010.

_____. **As novas amazônidas**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2005.

_____. **As novas amazônidas**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2005.

_____. **Gênero e sustentabilidade na Amazônia**. In: TORRES, Iraíldes Caldas (Org.). **O ethos das mulheres da floresta**. Manaus: FAPEAM/VALER, 2012.

TORRES, Iraíldes Caldas; SANTOS, Fabiana Vinente dos (Orgs.). **Intersecção de gênero na Amazônia**. Manaus: EDUA, 2011.

VALE, Ana Lia Farias. **Migração e territorialização: As Dimensões Territoriais dos Nordestinos em Boa Vista / RR**. (Tese de doutorado). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, Presidente Prudente: UNESP, 2007.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da práxis**. 3 ed. Tradução de Luiz Fernando Careo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

VIEIRA, Antonieta do Lago. **Construindo cooperativas populares e solidárias**. In: TORRES, Iraíldes Caldas. **As malhas do trabalho e da economia solidária no Brasil**. Manaus: Edua, 2010.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Brasília: Editora da UNB; São Paulo: Imprensa oficial do estado de São Paulo, 1999.

WEVER, Luiz. Mulher empreendedora: pronta para encarar os novos desafios. **Endeavor Empreendedorismo**. Disponível

em: <<http://www.endeavor.org.br/documents/BR/library/Mu-lheres%20Empreendedoras-ryb.pdf>>. Consultado em 15.06.2013.

ANEXOS

Foto 1 – Visão frontal da Loja Bia Shopping – Boa Vista-RR



Fonte: Jerce Lânia Queiroz, 2013

Foto 2 – Visão frontal das lojas Fino Trat e Fino Trato – Boa Vista-RR



Fonte: Jerce Lânia Queiroz, 2013

Foto 3 – Vista frontal da Logomarca Reginatto – Boa Vista-RR



Fonte: Jerce Lânia Queiroz, 2013

Foto 4 – Vista frontal da Loja Reginatto – Boa Vista-RR



Fonte: Jerce Lânia Queiroz, 2013